

Nilton de Oliveira

**A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de
Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário Maestri.

Passo Fundo

2014

E aos que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa e fraterna.

Existe uma quantidade muito grande de pessoas a agradecer. À família, pelas horas que deixamos de conviver, pela angústia, pelas palavras de incentivo e ânimo e ajuda técnica e metodológica. Às diversas pessoas que indicaram leituras, contatos, entrevistas. Às pessoas entrevistadas, por compartilharem um pouco de sua história e de suas experiências de vida. Aos amigos. Aos funcionários do Arquivo Histórico Regional. Aos funcionários do Arquivo do Jornal Diário da Manhã. Aos funcionários do PPGH pelo apoio e ajuda. Aos professores que orientaram e incentivaram a conclusão deste trabalho, em especial ao professor Mário Maestri que foi decisivo para a conclusão desse trabalho.

"A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa"

Karl Marx – 18 Brumário de Luis Bonaparte

RESUMO

Este trabalho dissertativo busca entender o processo de atuação do grupo chamado Ação Popular (AP) no movimento estudantil universitário na cidade de Passo Fundo durante o período da ditadura civil-militar. O recorte histórico escolhido foi o período entre os anos de 1964, ano do Golpe Civil-Militar no Brasil, e o ano de 1968, ano do Ato Institucional número 5 que inaugurou o período de maior repressão às liberdades democráticas dentro da referida ditadura. Este período é marcado pela existência efetiva de uma ditadura com as limitações de liberdades de organização e mesmo combate às entidades que se opunham ao regime implantado. Porém o formato da repressão no período anterior ao Ato Institucional número 5 possibilitava a existência de ações e organizações do seio do movimento estudantil. Após este, existe um corte, as mobilizações de massa contrárias ao regime não existem mais. O movimento estudantil universitário é um dos mais perseguidos nesse processo. O objetivo central deste trabalho é perceber as transformações deste agrupamento que sofre profundas transformações na perspectiva organizativa e ideológica. Na perspectiva organizativa passa de um grupo eclético e pequeno burguês e transforma-se em um agrupamento revolucionário inspirado no Maoísmo. No aspecto ideológico parte de uma perspectiva de ação fundamentalmente cristã, passa por transformações até adotar a teoria marxista de entendimento de mundo. Estas transformações ocorrem em um período de profundas transformações políticas no Brasil. Este passa por regimes democráticos, um acirramento ideológico alimentado pela Guerra Fria até um golpe civil-militar e um posterior golpe dentro do golpe acirrando as práticas ditatoriais após o AI-5. Percebemos os efeitos destas transformações internas e externas entre estes jovens, inseridos no nascente ensino superior de Passo Fundo, este mergulhado em disputas e tensões pelo controle desta instituição. Foram analisadas as formas de disputas do movimento estudantil, suas bandeiras, suas formas de atuação, suas atividades neste período. Por fim buscaram-se as causas do fim da Ação Popular em nossa cidade. Quais foram os efeitos do acirramento da repressão ao movimento estudantil no seio da Ação Popular de Passo Fundo. Por fim colheram-se as análises que algumas destas lideranças da época fizeram deste período e de suas ações e seus julgamentos destas ações.

Palavras-chave: Ação Popular. Movimento estudantil. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This dissertative work seeks to understand the process of acting group called the "Ação Popular" (Popular Action) (AP), the university student movement in the city of Passo Fundo during the civil-military dictatorship. The historical period chosen was the period between the years of 1964, the Civil-Military Coup in Brazil, and the year 1968, year of the Institutional Act No. 5, which ushered in the period of greatest repression of democratic freedoms within said dictatorship. This period is marked by the actual existence of a dictatorship with the limitations of freedoms of organization and even combat entities that opposed the regime deployed. However, the format of repression in the previous Institutional Act No. 5 period enabled the existence of actions and organizations within the student movement. After the AI-5, there is a cut, mass mobilizations opposing the regime no longer exist. The university student movement is one of the most persecuted in the process. The central objective of this work is to understand the transformations of this group that undergoes profound changes in the organizational and ideological perspective. In organizational perspective becomes a bourgeois eclectic and small group and it turns into a revolutionary group inspired by Maoism. On the ideological aspect of a perspective fundamentally Christian action, undergoes transformations to adopt the Marxist theory of understanding the world. These changes occur in a period of profound political changes in Brazil. The country undergoes democratic regimes, where there was already an ideological intensification fueled by the Cold War, to a civilian-military coup and a subsequent coup within the coup inciting dictatorial practices after the AI- 5. Perceive the effects of these external and internal transformations between these young people entered higher and fresh education in Passo Fundo, dipped in disputes and tensions over its control. Forms of disputes in the student movement, their flags, their modes of action, their activities during this period were analyzed. We sought to determine the causes of the end of the People's Action in our city, what were the effects of the intensification of the repression of the student movement within the People's Action Step Fund. Finally, picked up the analysis that some of the leaders of the time made this period and its actions and judgments of these actions.

Keywords: People's Action. Student movement. Military dictatorship

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Ação Católica do Brasil
ACA - Associação Cristã Acadêmica
ACB - Ação Católica do Brasil
AI-5 - Ato Institucional Número 5
ALN - Aliança Libertadora Nacional
AMES - Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (do Rio de Janeiro)
AP – Ação Popular
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC - Centro Popular de Cultura
CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CTA - Conselho Técnico Administrativo
DAJCM – Diretório Acadêmico João Carlos Machado
DASA - Diretório Acadêmico Santo Agostinho
DCE - Diretório Central de Estudantes
DEE - Diretório Estadual de Estudantes
DI-RJ - Dissidência do Rio de Janeiro do Partido Comunista Brasileiro
DI-SP – Dissidência de São Paulo do Partido Comunista Brasileiro
DNE - Diretório Nacional de Estudantes
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMME – Projeto Memória do Movimento Estudantil
POC - Partido Operário Comunista
POLOP – Política Operária
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN- Partido Trabalhista Nacional
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SPU - Sociedade Pró-Universidade
UCEB - União Cristã dos Estudantes do Brasil

UEE – União Estadual de Estudantes
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE - União Nacional dos Estudantes
UPE – União Passofundense de Estudantes
UPF – Universidade de Passo Fundo
USP - Universidade de São Paulo
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A ORIGEM E FORMAÇÃO DA AÇÃO POPULAR.....	15
1.1 Ação católica brasileira.....	17
1.2 A busca de um método.....	18
1.3 O “ideal histórico” e a influência de Maritain.....	20
1.4 O começo da ruptura da JUC com a igreja católica.....	22
1.5 Construção de uma ideologia.....	25
1.6 A JUC e o Movimento Estudantil.....	26
1.6.1 A primeira gestão da JUC na UNE.....	28
1.7 A Construção da Ação Popular.....	31
1.7.1 O Papel da UNE-Volante na Construção da AP.....	32
1.8 A Ação Popular ocupa seu lugar.....	35
1.9 A UNE se posiciona pelas reformas de base.....	37
1.10 A origem dos militantes da Ação Popular.....	38
1.11 A UNE e a AP na ilegalidade.....	40
1.12 Nova realidade após o Golpe de 1964.....	41
1.12.1 O Movimento estudantil é um dos principais alvos da Ditadura.....	41
1.13 A relação da ditadura com o Movimento Estudantil.....	43
1.14 As lições do Golpe de 1964.....	44
1.15 A resolução política de 1965.....	45
1.16 As manifestações estudantis começam a ser retomada.....	46
1.16.1 O Congresso da UNE de 1966.....	47
1.16.2 Massacre da Praia Vermelha.....	49
1.17 A conjuntura da política estudantil do pré-AI-5.....	50
1.18 O debate teórico e ideológico de 1967.....	51

1.19	Assassinato de Edson Luiz.....	53
1.19.1	Passeata dos Cem Mil.....	54
1.20	O Congresso da UNE de Ibiúna	55
2	A AP EM PASSO FUNDO.....	57
2.1	As características do ensino superior em Passo Fundo.....	59
2.2	O processo de construção de uma liderança.....	61
2.3	A origem dos militantes.....	65
2.4	Debates ideológicos.....	66
2.4.1	Detenções de Zelci Dall´Acqua e o depoimento de Alcides Guareschi	67
2.4.2	Tentativa de fechar o DCE.....	69
2.5	O MOVIMENTO ESTUDANTIL SOB VIGILÂNCIA.....	70
2.5.1	Sigilo até para os amigos e companheiros de militância.....	72
2.5.2	Os processos de ampliação.....	72
2.6	A estratégia de luta.....	73
2.7	As passeatas dos calouros.....	75
2.8	Aposição ao DEE.....	78
2.9	O ano de 1967 foi um ano de ouro para a AP em Passo Fundo.....	80
2.10	Retirada de militantes do país.....	82
2.11	Encontro do Movimento Estudantil de Passo Fundo com o ministro da Educação.....	83
2.12	As manifestações motivadas pela morte do estudante Edson Luiz.....	85
2.12.1	Os ventos de 68 sopravam em Passo Fundo.....	86
2.13	O Congresso da UNE de Ibiúna.....	87
2.13.1	As ações no Congresso de Ibiúna.....	90
3	O DECLÍNIO DA AP EM PASSO FUNDO.....	92
3.1	O AI-5.....	92
3.2	Começo do fim da AP em Passo Fundo.....	94
3.3	Representações estudantis no DCE e nos DA´s após o AI-5.....	95
3.4	A crítica as mensalidades.....	96
3.5	Diáspora.....	98

3.6 Compreensões do período feita pelos atores do processo.....	99
3.7 Trajetórias de alguns militantes da Ação Popular após o processo de redemocratização.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
FONTES PRIMÁRIAS.....	110
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

O período compreendido entre o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Instituição do AI-5, no final de 1968¹, representa um corte específico no grande processo que envolve a ditadura militar, entre os anos 1964 e 1985. Podemos dividir este período em três grandes fases. A primeira se inicia com um Golpe em 31 de março de 1964, promovido por uma ampla parcela de atores sociais – em contraponto a outro setor da sociedade que defendia o Governo João Goulart e seu Programa de Reformas de Base. O golpe teve a direção de diversos setores, especialmente, altos oficiais militares e líderes civis das classes dominantes do Brasil². Possuía importantes apoios na sociedade brasileira, não somente entre setores tipicamente de direita³, como também em setores da pequena-burguesia. Mesmo com o sistema ditatorial vigente no Brasil do período, permaneceram algumas liberdades individuais e instituições que permitiam espaços de manifestação política.

O segundo momento, estabelecido com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, inaugurou um novo período da ditadura no Brasil. Essa fase se estende até o dia 28 de agosto de 1979, com a chamada Lei da Anistia, que foi caracterizada por Élio Gáspari como “Ditadura Escancarada”, ou seja, como uma ação de combates sem trégua e sem leis aos opositores do regime. Durante esses anos, as liberdades individuais foram suprimidas. Para os opositores do regime, foi um período de grandes dificuldades e de necessidade de alterações táticas. Muitos grupos, diante da impossibilidade de buscar manifestações dentro do que restava da política institucional, fizeram a opção pela luta clandestina no enfrentamento à ditadura Militar.

¹ Élio Gáspari chamou este período de “Ditadura Envergonhada” para caracterizar este período histórico.

² Dentre estes se destaca Carlos Lacerda.

³ A compreensão de direita e esquerda, nesta dissertação parte da teoria de Norberto Bobbio. Em que esquerda e direita diferem especialmente no que tange a compreensão da desigualdade. Para setores de direita a desigualdade é algo natural e que até deve ser incentivado.

O último período da ditadura é a fase da chamada abertura política, a qual tem seu ponto mais importante com a Anistia e encerra-se com a eleição indireta do primeiro presidente civil em 1985. Tal abertura política é construída por uma ampla mobilização da sociedade. O regime militar passava por oposição popular. As contestações ao assassinato do jornalista Wladimir Herzog, as greves do ABC paulista, o movimento contra a carestia, o retorno do movimento estudantil às ruas eram sinais inequívocos do desgaste da ditadura militar inaugurada em 1964. Uma ação que foi símbolo deste processo foi o “Movimento Direto Já”, que mobilizou amplos setores da sociedade. Esta proposta foi vencida no Congresso Nacional em 1984. Porém, dessas lutas floresceu a perspectiva da democracia no Brasil.

Nossa atenção se concentrará no primeiro período da Ditadura Militar no Brasil, mais especificamente entre o Golpe de 1964 e a instituição do AI-5 ao final de 1968. Este período da história política brasileira é carregado de especificidades, sendo marcado por uma intensa agitação política. Essa turbulência política e social tem raízes no antagonismo ideológico, de propostas políticas e luta sociais antagônicas que o Brasil e o mundo viviam no período.

Anteriormente ao golpe, em 25 de agosto de 1961, estes antagonismos criam novas características, com a renúncia de Jânio Quadros, político populista de direita que foi eleito com maioria de votos, vencendo ao Marechal Lott, candidato dos setores progressistas e do nacionalismo brasileiro, nas eleições de 1960. A eleição motivou grandes agitações políticas, tendo em vista que o eleito Vice-Presidente era João Goulart⁴, líder do trabalhismo e um dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas. Setores das classes dominantes brasileiras buscaram impedir sua posse, uma vez que, quando da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart estava em visita oficial, mandado por Jânio, à China de Mao Tsé Tung. Para impedir o golpe, foi formado, no Rio Grande do Sul o Movimento da Legalidade, tendo à frente o então governador do estado Leonel de Moura Brizola.

Participaram da mobilização contra o golpe militar de setores da sociedade, entre eles, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que representava o conjunto dos estudantes universitários do Brasil. À frente dessa entidade, estava o presidente Aldo Arantes, primeiro presidente eleito pela Juventude Universitária Católica (JUC). Para sua eleição a JUC teve o apoio dos militantes universitários do PCB, o que provocou fortes reações de setores conservadores do clero.

⁴ Neste processo eleitoral, a votação era feita para presidente e para vice-presidente. Assim, o resultado da eleição revelou um presidente vinculado a setores de direita e um vice-presidente vinculado a setores de esquerda.

Os setores de esquerda da JUC serão o embrião da construção da organização que conquistou, nos anos que se seguiram, ampla liderança sobre o movimento estudantil brasileiro, representada pelas sucessivas vitórias nas eleições subsequentes para presidentes da UNE nos anos de 1960, até o arrefecimento de suas atividades no início dos anos setenta, quando o período mais violento e intransigente da ditadura derramou sua fúria sobre os opositores do regime. A repressão foi sentida de forma especial entre os militantes do movimento estudantil organizados em suas entidades representativas, especialmente na UNE (União Nacional dos Estudantes), nas UEE's (Unões Estaduais de Estudantes), DCE's (Diretórios Centrais de Estudantes), de cada universidade e nos e DA's (Diretórios Acadêmicos), vinculados aos curso ou unidade das universidades.

O objetivo desta pesquisa é entender como ocorreu a história da Ação Popular no movimento estudantil nesse período. E, ao mesmo tempo, das mobilizações políticas estudantis. De modo especial, a atenção será colocada na forma como a AP se comportava no movimento estudantil universitário de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, no contexto do nascente ensino superior dessa cidade.

Desde os anos de 1950 e especialmente 1960 a cidade de Passo Fundo tem como um dos seus pilares o ensino superior. A ação dos diversos agentes do ensino superior ecoava em vários setores da sociedade, especialmente no aspecto político institucional. As disputas pelo controle do ensino superior da cidade foi um dos principais objetos de disputa entre os partidários do prefeito no período do golpe militar Mário Menegaz e dos irmãos Santos, lideranças locais do PTB. Os estudantes em geral não participavam desta dimensão da disputa. Mas não estavam alheios a ela.

Diversos militantes do movimento estudantil de Passo Fundo tiveram importante papel neste período. Das participações no movimento estudantil de Passo Fundo saíram diversos expoentes da política estudantil nacional e da política institucional.

A militância estudantil não pode ser entendida como apenas um período de aprendizagem para a política institucional. Sobretudo, ela deve ser entendida em sua especificidade, ou seja, os atores atuam como representantes do conjunto dos estudantes, expressando suas demandas, suas pautas e suas agendas e políticas próprias. Nesse processo, esses atores constituem-se como sujeitos da construção de conhecimentos, de dores, de lutas, de frustrações e de vivências. Importante notar a "ciclicidade" dos líderes do movimento estudantil, visto que o tempo de estudos na graduação é determinado. Não podendo estabelecer um longo período de liderança estudantil.

Para entender este período histórico serão usadas diversas fontes. Dentre estas as fontes orais dos militantes da época. Elemento perigoso, mas fundamental para esta construção. Visto que não existem muitas fontes específicas sobre o tema abordado nessa pesquisa. As fontes mais importantes foram as entrevistas das pessoas que participaram dos acontecimentos ou que presenciaram os fatos. Neste sentido Niethammer entende que as fontes orais e a história oral são um “meio privilegiado para o resgate da vida cotidiana, tendo em vista que esta se mantém firmemente na memória, apesar de poder sofrer alterações como resultado de experiências posteriores ou mudanças de atitudes”⁵. Elementos estes muito presentes em alguns dos entrevistados. O que de forma alguma comprometeu o trabalho.

O presente trabalho será dividido em três capítulos: o primeiro situa o ambiente político nacional e a sua implicação nos rumos da AP e do movimento estudantil nacional. De um modo especial, serão analisados os processos que constroem e alteram a orientação política da AP e sua participação no Movimento Estudantil.

O segundo capítulo trata da Ação Popular em Passo Fundo, especialmente nos anos imediatos anteriores ao AI-5, suas demandas, suas formas de atuação, as condições locais de ação política, os personagens que construíram essa organização e a luta dos estudantes.

O terceiro capítulo tratará das impressões dos agentes político-estudantis desta corrente no período estudado, bem como de suas análises quanto às vivências políticas tomadas por eles. Além disso, nesse capítulo, analisam-se as biografias posteriores desses militantes estudantis e as consequências das posturas por eles adotadas.

⁵ NIETHAMMER, Lutz. La história oral como canal de comunicacion entre obreros e historiadores. Cuadernos Falcsos, Costa Rica, n. 19, p.41, 1987. Apud MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: a cultura popular revisitada. 3ª Ed. São Paulo. Contexto, 2001. p. 17.

1 A ORIGEM E FORMAÇÃO DA AÇÃO POPULAR

A JUC era uma organização da Ação Católica do Brasil (AC ou ACB), que buscava estabelecer uma relação entre os elementos católicos com as diversas vivências do mundo civil, era destinada aos estudantes universitários católicos⁶. A JUC juntamente com a JEC (Juventude Estudantil Católica), setor especializado da Ação Católica para os estudantes secundaristas, formavam o braço estudantil da Ação Católica. Havia também a JOC (Juventude Operária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica) e JIC (Juventude Independente Católica). A JUC e a JEC eram os setores mais numerosos desta ação especializada da Ação Católica.

A Ação Popular teve sua origem majoritariamente nos quadros da esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). A Ação Popular (AP) surge como uma organização que buscava implantar o socialismo no Brasil e, para tanto, organizava-se para contribuir à revolução. Porém o socialismo que esses militantes buscavam era diferenciado do implantado nos países que tinham hegemonia política dos Partidos Comunistas.

O espaço político que a AP trilhou no início de sua trajetória era um caminho alternativo ao marxismo-leninismo. Almejava construir um socialismo inspirado em elementos distanciados do “convencionalidade” do Partido Comunista. Eram fortemente influenciados por Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, Pe. Manuel Lebreton e outros autores do humanismo, existencialismo e socialismo cristão.⁷

O filósofo francês Emmanuel Mounier (1905-1950) foi um inspirador do pensamento da JUC, propondo uma “democracia cristã”, com uma boa dose de existencialismo propõem em sua obra “O Personalismo” o processo da vivência como o centro do seu pensamento.

Jacques Maritain (1882-1973) foi um filósofo francês que exerceu grande influência sobre os católicos da época. Sua origem remonta a uma postura de extrema direita. E como a própria AP sofreu um processo de mudanças. Propunha um Humanismo Cristão sua teoria se

⁶ SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 16

⁷ Conforme entrevistas de Liége Rocha e Argeu Santarém. Liége Rocha foi militante da Ação Popular (AP) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sofreu sanções por meio do o Decreto-Lei 477/69, juntamente com o também militante da AP, José Sérgio Gabrieli Presidente da Petrobrás no Governo Lula), igualmente da UFBA. Foi impedida de se aproximar da UFBA e de qualquer universidade do Brasil por um período de três anos. Neste período era presidente do Diretório Acadêmico da Biblioteconomia. Os estudantes da UFBA mobilizaram-se reivindicando seu direito de retorno. Após este episódio ingressou na vida clandestina, vivendo em diversas cidades do Brasil ocupando o cargo de direção da Ação Popular (AP).

tornou uma forte influência para a JUC e após para a AP. De certa forma fazia a oposição ao racionalismo contemporâneo⁸. Sua obra mais conhecida foi o *Humanismo Integral* (1936). Fez o caminho inverso de diversos pensadores da época quando se aproxima da religião e distanciando-se das ciências naturais⁹.

Louis-Joseph Lebret (1897-1966) que sendo religioso dominicano buscou estabelecer uma leitura econômica, saindo da leitura puramente teológica, para os problemas vividos pelos diversos países, especialmente nos países subdesenvolvidos.

A Juventude Universitária Católica (JUC) vai gradativamente participando da vida acadêmica e dos espaços de poder dentro destas instituições. Vai gradativamente ganhando espaço e representatividade entre os estudantes.

Em 1960, Herbert de Souza foi candidato à presidente da UNE, pela JUC, ficando em segundo lugar, no ano de 1960 a JUC já estava inserida na relação da disputa da entidade, estabelecendo alianças com setores do movimento estudantil que extrapolavam as relações da cristandade. Em 1961, a JUC assumiu a presidência da UNE com Goiano Aldo Arantes, que antes fora presidente do DCE da PUC-RJ. As posturas que a JUC tomou estando à frente da União Nacional dos Estudantes (UNE), a entidade máxima dos estudantes universitários no Brasil¹⁰. A eleição da JUC para a presidência da UNE e a postura tomada por seus dirigentes provocou a reação da alta hierarquia da Igreja Católica, estreitamente ligadas ao golpe militar, com a expulsão do então presidente da UNE, Aldo Arantes em 1961.

Após isso em 1962 houve a construção da AP e a constituição da maioria na UNE e em boa parte do movimento estudantil brasileiro. Com o Golpe de 1964 a AP precisa se reorganizar. Faz uma análise crítica em 1965 e em 1967 adotando uma postura de partido de esquerda e após uma postura de partido revolucionário de tendência maoísta adotando a Nomenclatura Ação Popular Marxista-Leninista (APML), uma grande parcela se incorpora ao PCdoB no início dos anos 1970 e outra segue como APML inserindo-se como corrente do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos de 1980.

⁸Disponível em <www.maritain.org.br> acesso em 20/05/2013.

⁹Disponível em <www.maritais.org.br>, acesso em 15/07/2013.

¹⁰ A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundada em 1937. Sendo a entidade mais representativa dos estudantes universitários no Brasil. Originalmente representava todos os estudantes brasileiros, mas houve um desmembramento em 1943 quando foi criada a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), que representa desde então os estudantes de Ensino Médio. Mais recentemente foi criada a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) entidade que atualmente representa os estudantes de pós-graduação no Brasil.

1.1 Ação católica brasileira

Na década de 1920, a Ação Católica Brasileira (ACB) manifestou-se por ações dispersas e, mais oficialmente, em 1935, como um movimento de *leigos* incentivado pela Igreja católica, sob a direção do papa Pio XI “[...] durante seu pontificado (1922-1939), [Pio XI] foi o grande incentivador do apostolado leigo, mediante cartas e recomendações aos bispos de vários países. Ao conjunto dos movimentos de leigos se deu o nome de Ação Católica.”¹¹

O setor leigo da Igreja especializado para os universitários católicos foi a JUC (Juventude Universitária Católica). Como lembra Souza, os primórdios desta entidade datam de meados da década de 30:

Durante o pontificado de Pio XI (1922-1939) começou na Itália a experiência da Ação Católica. É verdade que se encontram já ensaios, e mesmo a expressão, desde os tempos dos papas Leão XIII e Pio X, mas foi Pio XI que estruturou realmente e a Ação Católica como um movimento que ele mesmo definiu de ‘participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja fora e acima dos partidos, para estabelecer o reino universal de Jesus Cristo’¹².

Segue o mesmo autor relatando certa dificuldade de inclusão de um espaço específico da Ação Católica dentro da estrutura da Igreja. Definindo-se pela definição de colaboradores da Igreja estes leigos

A ideia nova de participação no apostolado dos bispos provocou, aliás, alguma estranheza, já que parecia introduzir os leigos na missão própria do episcopado. O Papa seguinte, Pio XII, não mais usaria esta expressão, que para muitos era forte demais e a substitui pela de *colaboração*, já presente aliás nos textos de seu antecessor. Os que acompanhavam a história da Ação Católica, no começo dos anos [1940], lembram bem a polêmica em torno desses termos e da extensão da noção de AC [Ação Católica] a outras associações religiosas, como as Congregações Marianas. A ideia de colaboração, em lugar de participação, impedia mais facilmente a possível intromissão dos não-clérigos na esfera do poder exclusivo do setor sacerdotal.¹³

Neste período, no Brasil, a JUC era um setor especializado da Juventude Masculina Católica, seguindo o modelo italiano da Ação Católica (AC). Por conta das agitações políticas

¹¹ SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil**: a evolução e impasse de uma ideologia São Paulo: Cortez; Piracicaba: Unimep, 1982, p 15.

¹² SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **A JUC**: os estudantes Católicos e a Política. Vozes. Petrópolis. 1984. p. 91-92.

¹³ SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **A JUC**: os estudantes Católicos e a Política. Vozes. Petrópolis. 1984. p. 91-92.

provocadas pela revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL), inspirada pelo Partido Comunista, em 1935, os membros da Ação Católica fizeram ensaios de constituição de milícias anticomunistas, proposta que foi vetada pela hierarquia da Igreja. Note-se a inspiração fascista que motivava a Ação Católica.

Ainda Beozzo:

[...] o problema do engajamento político volta novamente em 1935, ano da ‘Intentona Comunista’, e agora, de maneira crucial, para os militantes da *Ação Católica*. Muitos desejavam o engajamento na luta anticomunista, argumentando que as ‘milícias’ da Ação Católica faziam péssima figura ante as brigadas decididas e entusiasmadas da Ação Integralista, ‘mais engajada, mais política, mais combativa’. Novamente, o Cardeal Leme volta seu ‘não’ categórico: para ele não se conquistam almas pela espada, mas pelo apostolado. ‘Não se trata de dominar, de esmagar, de vencer no sentido material. Os comunistas, os inimigos de Deus, os inimigos da Igreja são os que mais necessidade tem de contacto com Nosso Senhor. Nossa Missão é facilitar o encontro’¹⁴..

Com a instalação da ditadura do Estado Novo, em 1937, por Getúlio Vargas, a Ação Católica (AC) deixou esta tentativa de estabelecimento de um caráter político-militante e voltou-se para a formação cristã e para o apostolado católico. Com o impedimento da ação política, de certa forma a Ação Católica retorna para dentro da Igreja Católica.

1.2 A busca de um método

Beozzo¹⁵ afirma que a segunda fase da JUC tem início em 1943, com a vinda de três padres canadenses com experiência em Ação Católica Especializada. O período que vai de 1943 até 1950 é denominado por este autor de “etapa preparatória” da JUC. Nele, são realizados diversos encontros e congressos ainda tendo sob o patrocínio da Ação Católica (AC). Podemos determinar a Semana Interamericana, de 30 de janeiro de 1950, como data e momento da fundação da JUC.

Como relata Beozzo, a JUC tinha como um dos seus pontos de pauta a:

Reflexão sobre: - a espiritualidade do estudante; - sua situação de estudante; – JEC e JUC, como resposta a seus problemas. Descoberta da Grande diversidade regional

¹⁴ BEOZZO, José Oscar. *Cristão na Universidade e na Política: história da JUC e da AP*. Petrópolis: Vozes.. 1984. p.32.

¹⁵ Idem, p. 36.

do Brasil e da necessidade de união. Para facilitar o Trabalho de coordenação nacional, toma-se a decisão de se realizar, a cada ano, um Conselho Nacional da JUC, reunindo os dirigentes de todo país.¹⁶

A preocupação inicial da alta hierarquia da igreja era de formar um grupo de jovens leigos da Igreja Católica. A característica almejada para a entidade era de um grupo para a formação e o apostolado, preocupado, portanto, com a ação cristã. Neste sentido, a busca de novos valores em um mundo vivendo profundas transformações era um dos elementos centrais, debatidos em diversos encontros nacionais. A universidade no Brasil estava inserida neste processo de transformação. A quantidade de alunos que frequentava as universidades aumentava nos anos de 1950. Novas Universidades eram criadas. O papel destas universidades era um dos elementos que estava em debate.

Em 1957, em Recife, o Conselho Nacional da JUC foi muito importante neste processo de transformação como relata Souza:

O primeiro tema do Conselho analisava a universidade e pelo simples título já se pode se descobrir uma evolução: ‘A universidade a serviço da sociedade no Brasil atual’. Um ano atrás, a universidade era vista em seus aspectos de vida intelectual, agora se insistia nos aspectos da vida profissional. Passava-se de uma análise abstrata sobre a missão da universidade, a um estudo mais ou menos empírico. Na bibliografia final, encontramos publicações no [do] Ministério da Educação, do IBGE e do livro de Almeida Júnior, Problemas do Ensino Superior, de uma tradição bem distinta daquela própria aos meios de educação católica. Até então as citações eram, sobretudo de teólogos ou textos do magistério da Igreja.¹⁷

A busca destes valores embasados no humanismo cristão norteará a ação dos militantes. Estando estes elementos definidos, poder-se-ia caminhar por este mundo em transformação. Neste período inicial da JUC, a preocupação deste setor a Ação Católica era de uma formação “para dentro” dos jovens católicos.

O método utilizado era o do “Ver, Julgar e Agir”. Era um processo aonde o universitário católico não tinha somente uma visão contemplativa do mundo. Mas buscava intervir na realidade. Porém, esta intervenção estava pautada por um processo de razão apoiado em movimento dialético. Buscava-se um meio termo entre a dimensão da tradição medieval, da contemplação e a modernidade, que estabelecia o antropocentrismo e a razão como critérios.

¹⁶ Ibidem, p. 37.

¹⁷ SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Vozes. Petrópolis, 1984. p. 133

A consciência cristã experimenta esta oposição. Sabe e aceita a ordem providencial de Deus, mas percebe e aceita, com não menor convicção, que a construção do mundo é uma tarefa que se impõem ao homem, portanto também isto é querido por Deus. Como propor estas duas exigências? E a Ação católica, não apenas pelo nome (ação), como também pelo método, que desde os primórdios se definiu, consiste no ver-julgar-agir.¹⁸

A participação política dos jovens da JUC vai sendo construída, primeiramente, em um processo de formação dentro do organismo, que se desdobre em uma ação externa deste coletivo especializado.

1.3 O “ideal histórico” e a influência de Maritain

Em fins dos anos 1950 existe uma busca de construção de um entendimento por parte da JUC de uma dimensão histórica para a sua ação. Neste esforço um dos principais teóricos que irá construir base teórica para ancorar os militantes da JUC será Maritain com sua construção do Ideal Histórico. Esse mesmo autor transitou de uma posição de extrema-direita para uma leitura mais progressista. Mantendo a ideia de humanismo como centro e cunhando a expressão Ideal Histórico

O Ideal Histórico concreto é assim definido por Jacques Maritain, que criou a expressão... ‘Não é um ser de razão, mas uma essência ideal realizável e não como uma obra feita, mas que se faz: - uma essência capaz de existir e que tende a existência num clima histórico dado; - que responde por consequência a um máximo relativo (relativo a este clima histórico) de perfeição social e política; - ou que apresente apenas – justamente porque ela implica uma ordem efetiva à existência concreta - as linhas de força e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura’.¹⁹

Mesmo não sendo esta a intenção do filósofo, esta teoria construirá posteriormente a oposição entre os dois entendimentos. O entendimento da leitura histórica e o entendimento da dimensão teológica das leituras de mundo. Esta passagem é feita com grande esforço teórico para esta organização que estava acostumada somente com a leitura teológica de mundo.

JUC, no Congresso dos 10 anos, em 1960, encontrava-se mergulhada em um grande esforço de reflexão e sistematização de sua experiência e, também, empenhada na

¹⁸ SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: Evolução e Impasse de uma Ideologia*. Cortez. São Paulo. 1982. p. 43.

¹⁹ MARITAIN, J. *Humanisme integral*, Paris, Aubier, 1946, p. 135. In Beozzo op. cit. p. 87.

elaboração de um ambicioso projeto, que denominou de “Ideal Histórico” para o povo brasileiro, incluindo o plano religioso, econômico, social, político e cultural.²⁰

O movimento conhece, porém, uma mudança de orientação. Passa de um segmento organizado de jovens vinculado à Igreja Católica, com uma visão vinculada a elementos fundamentalmente teológicos, e avança para uma leitura de concepções políticas dos elementos históricos que vinham ocorrendo no Brasil. Esta chamada para a participação da vida política da sociedade, especialmente do movimento estudantil, mostrava, de certa forma uma anciã dos militantes em fazer parte das transformações que estavam ocorrendo no país e no mundo. O cristianismo deveria ser o viés de transformação desta sociedade que rapidamente se transformava.

A mudança de orientação da JUC que consistiu na passagem para uma ação cada vez mais inserida no temporal, dentro de uma preocupação de evangelização do meio. Este movimento foi concretizado ao nível teórico, através da elaboração do Ideal Histórico, cujo primeiro esforço foi apresentado pelo Pe. Almeri Bezerra, no IX Conselho Nacional da JUC, em Belo Horizonte, em julho de 1959. É importante notar que todo o meio universitário brasileiro encontrava-se muito politizado. Essa passagem da JUC para a política pode bem representar, pois, o fim do seu isolacionismo no meio universitário e sua identificação com esse meio, suas lutas e suas aspirações.²¹

Neste processo de transformações que a JUC vivia destaque-se o debate ocorrido na PUC do Rio de Janeiro nesse período. Naquela instituição tradicional do catolicismo carioca houve uma grande movimentação em direção ao debate sobre as diferentes leituras internas no cristianismo universitário. Este debate foi promovido pelo DCE da entidade em 1959. Ao final deste debate foi construído o chamado Manifesto da PUC do Rio, este, segundo Arantes, foi um dos estopins para a criação da Ação Popular.

Arantes esclarece que:

(...) cria-se uma situação conflitiva, porque a esquerda da JUC tinha um compromisso com as lutas sociais. Esse conflito já vinha se configurando há algum tempo. Quando eu estava no DCE da PUC, houve a invasão de Cuba, pelos americanos. Então, nós emitimos uma nota protestando contra a invasão norte-americana. Isso acabou sendo uma discussão muito grande, porque a tradição política do DCE era de direita. E acabou criando, também, um certo tumulto dentro da faculdade, com os seguimentos direitistas querendo me afastar da presidência do DCE. Resolvemos realizar, então, a chamada Semana Social. Pela primeira vez na PUC, se discutia a existência de diversas correntes de opinião. E o que ocorre com

²⁰ Beozzo op. Cit p.83

²¹ Beozzo, op. cit p.85

isso é a criação de um clima de debates, que termina caminhando para a elaboração de um Manifesto do DCE da PUC.²²

A tutela católica na PUC era muito presente, a opção de muitos dos estudantes da época que frequentavam esta instituição estava pautada pelo elemento religioso. O elemento confessional era muito mais presente na época do que nos anos posteriores. Por isso este debate foi de tal modo paradoxal. Prossegue seu relato Arantes:

E este manifesto tem um papel importante, porque acaba criando as condições políticas e teóricas para se encaminharem no sentido da criação da Ação Popular. Esse manifesto pregava a inserção dos católicos na luta social e política, e há, então, o primeiro problema de relacionamento com o então Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara. Há um diálogo difícil, naquele momento, quando o Cardeal questiona o manifesto e nós reafirmamos nossa posição.²³

Estes elementos de contestação aos ditames da alta hierarquia católica irá se desenvolver em um processo de ruptura deste grupo de jovens com a Igreja Católica. Não sendo mais tutelados por esta instituição e agora fazendo um processo de relação e construção política de forma autônoma. Mas esta seguirá um rito gradual, em que as etapas de distanciamento serão construídas e percorridas.

1.4 O começo da ruptura da JUC com a igreja católica

Esta ação da alta hierarquia da Igreja Católica precipita um processo de ruptura com a direção da JUC. A tomada de postura por parte da JUC de posições vinculadas a proposições de setores de esquerda do movimento estudantil brasileiro e internacional faz com que os setores dominantes da Igreja Católica, que estavam alinhados a posições conservadoras, se opusessem fortemente às posturas da JUC. Arantes afirma que:

Outro aspecto: o congresso que me elegeu presidente da UNE, decidiu, também, que a entidade deveria se filiar a União Internacional dos Estudantes (UIE). Daí veio uma carta do Vaticano, e fui chamado pelo então Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, para me comunicar, visivelmente constrangido, que o Cardeal tinha resolvido me expulsar da JUC²⁴

²² Entrevista Aldo Arantes a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²³ Entrevista Aldo Arantes a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁴ Entrevista Aldo Arantes a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

Esta buscou manter-se vinculado a Igreja Católica, mas esta condição estava insustentável. Mesmo assim Arantes busca contornar a situação

Não aceitei este comunicado, transmitido por Dom Hélder, até porque ele manifestara a sua discordância diante da posição do Cardeal. Houve, então, uma segunda audiência, muito tensa, quando reafirmei todas as minhas posições, e Dom Jaime me comunicou que eu estava expulso da JUC. Estava criada uma situação de conflito com a alta hierarquia da Igreja; outras pessoas da JUC terminam sendo expulsas; e nós entendemos que chagara a hora de se constituir uma organização política, totalmente independente da hierarquia da Igreja. É aí que surge a necessidade política de criação de Ação Popular.²⁵

Outro elemento importante a ser colocado no cômputo desta decisão foi a postura da Igreja católica de fazer a oposição ao governo de João Goulart. A UNE posicionava-se, no período, de forma a apoiar as reformas de base propostas por Jango, entendendo da necessidade de reformar uma série de instituições brasileiras, que carregavam amarras de um passado elitista. Neste sentido a reforma universitária que buscava uma aproximação da realidade vivida pelo povo brasileiro e uma busca de uma leitura mais concreta²⁶ da realidade eram uma das ações defendidas pela UNE e pela AP.

Sérias contradições perpassam a JUC do período. Não havia uma centralidade de ações, por não se tratar em um grupo político organizado e centralizado a maneira leninista²⁷, como outras organizações de esquerda clássica, que praticavam o *centralismo democrático*. Neste período, a JUC ainda era um movimento, isto é, era um processo muito amplo da ação dos jovens católicos universitários.

Esta amplitude e contradições expressaram-se anteriormente no Conselho de 1959, como assinalou por Souza.

Mas, no mesmo Conselho, a equipe regional do Nordeste se inquieta pelo 'humanismo excessivo da JUC' e fala do perigo que se apresenta no meio como uma 'organização'. O importante, segundo ela, é que a JUC fosse vista como movimento apostólico e não com interesses políticos.

Importante perceber ainda o temor, nesta etapa, em relação aos estudantes marxistas. Buscando lembrar que os estudantes católicos que não deveriam ter qualquer tipo de

²⁵ Revista "UNE: 60 anos em favor do Brasil". Publicada pela União Nacional dos Estudantes em comemoração ao 60º aniversário de sua fundação. 1997. Edição e Redação Jalusa Barcellos. p.25

²⁶ Percebemos ainda com clareza esta busca de reforma e concretude presente no discurso do candidato da AP ao DAJCM publicada no Jornal Diário da Manhã de 19 de junho de 1967.

²⁷ Organização política com centro único e deliberação de forma hierarquizada.

aproximação com os estudantes vinculados a esta ideologia. Importante notar sempre os aspectos do contexto histórico da disputa ideológica entre os blocos socialista e capitalista da época. Da mesma forma é importante notar a importância histórica da Revolução Cubana efetiva no ano de 1959. Ilha esta que fica em posição limítrofe dos Estados Unidos, principal representante dos princípios ocidentais religiosos e ideológicos deste período de Guerra Fria.

Uma outra observação da mesma equipe sobre os marxistas atesta as prevenções e temores que ainda existem naquele momento. Afirma que é difícil saber quantos são. ‘São líderes, sabem o que querem’ exercendo forte influência no meio, sobretudo na política. E opina que muitos esquecem que ‘não podemos colaborar com esses colegas, nem mesmo de maneira indireta.’²⁸

Este mergulho no mundo histórico proposto pela JUC ocorre com alguns cuidados. Um dos principais cuidados se insere na proposta de engajamento político, mas mantendo os princípios cristãos. O trabalho do Pe. Almeri relator da proposta de construção de um Ideal histórico é descrito na obra de Beozzo da seguinte forma:

Então ‘é absolutamente necessário em vista de um engajamento cristão eficaz na ordem temporal que se faça uma ampla e cuidadosa reflexão sobre as realidades históricas concretas (segundo tempo e lugar) à luz dos princípios universais cristãos, em busca de fixação de certos princípios médios, que exprimem o que se pode chamar de ideal histórico cristão.’²⁹

Este instrumento dava a base teórica e a oportunidade para que a JUC se inserisse efetivamente na cotidianidade das relações do movimento estudantil como ocorria de fato. Nas suas disputas, nas suas lutas e no diálogo na construção de suas bandeiras.

1.5 Construção de uma ideologia

Pode-se afirmar que existia um espaço político que foi ocupado pela AP, no relativo a uma esquerda não organizada como o Partido Comunista da época. Uma esquerda vinculada principalmente a uma ideologia do humanismo cristão. Mounier caracteriza o socialismo como

(...) a abolição da condição proletária; substituição de uma economia baseada no lucro, por uma economia organizada em ordem às perspectivas totais da pessoa;

²⁸ JUC, Boletim Nacional, nº 2, 1959, p.8 in SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. A JUC: os estudantes católicos e a política. Vozes. Petrópolis. 1984. P.153.

²⁹ Beozzo, op.cit. p. 87.

socialização, sem estatização, dos setores de produção que alimentam a alienação econômica; desenvolvimento da vida sindical; reabilitação do trabalho; promoção contra o compromisso paternalista, da pessoa do operário; primado do trabalho sobre o capital; abolição das classes formadas na divisão do trabalho ou da fortuna; primada da responsabilidade pessoal sobre as estruturas anônimas.³⁰

O esforço teórico dos militantes da JUC, que se transformava em AP, era dirigido ao estabelecimento de uma nova forma de socialismo, inspirado nos ideais cristãos. O que torna clara a profunda ligação existente entre a formação cristã e a postura ideológica construída. Um socialismo no qual Maritain propõe um novo cristianismo e Mounier defende um cristianismo autêntico.³¹

Um extrato do Boletim Nacional da JUC, de 1960, mostra com clareza esta perspectiva de articulação entre os ideais do socialismo e do cristianismo. Certamente não obedecia a leitura socialista construída pelo PCB e não representava o cristianismo defendido pela alta hierarquia da Igreja Católica. O extrato mostrava uma grande fé nos processos de transformação da realidade e uma clara perspectiva otimista da passagem do processo histórico:

a JUC de amanhã será a resposta a esta conversão que se opera em nossos dias... ela verá o Brasil capitalista e deverá lutar, verá o Brasil sem Deus e deverá mostrar ao brasileiro que Deus não é mito nem desculpa do fracasso, mas é resposta real, encarnada, do Amor(...)³²

1.6 A JUC e o movimento estudantil

O contexto político e social do final da década de 1950 e início de 1960 golpearam forte à porta da JUC, exigindo uma tomada de posição mais clara por parte dos seus militantes. Impunham-se debates sobre o rumo do país. Sobre qual o projeto que o Brasil deveria seguir e qual deveria ser a postura de seus militantes.

O debate sobre o projeto nacional era um tema premente não somente nas direções da AP, nos grandes centros urbanos do país – o mesmo ocorria no interior do Brasil. Isto fica claro em depoimentos como o do Pe. Alcides Guareschi, ex-reitor da Universidade de Passo

³⁰ MOUNIER, Emmanuel. **O Personalismo**. Moraes. São Paulo. 1970. p.181

³¹ PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. **A Influência de Immanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS**. EDPUCRS. Porto Alegre. sem ano. p. 37

<http://books.google.com.br/books?id=18UuKQXzLOsC&pg=PA37&lpg=PA37&dq=socialismo+segundo+Mounier&source=bl&ots=xHYVv5mIcv&sig=qQGvO8SbhJoEH4623MCxJMKJFeA&hl=ptBR&sa=X&ei=Jju1TC TOMGYgweWrJTZDw&ved=0CFQQ6AEwAw#v=onepage&q=socialismo%20segundo%20Mounier&f=false> acesso em 17 de maio de 2012.

³² JUC, 10 anos de JUC, Boletim Nacional, 1960, nº 3, p.20. In SOUZA, Luiz Alberto Gomez. **A JUC: Os estudantes Católicos e a política**. Vozes. São Paulo. 1984. P. 165.

Fundo (UPF), na época conselheiro da JUC e JEC em Passo Fundo e no depoimento de Alda Fortes militante da JEC, JUC e AP.³³

O clima político e social deste período histórico, um dos mais agudos da Guerra Fria, fez que diversos setores da sociedade brasileira tomassem posições.

Afirma Beozzo que do linguajar, passando pelas mudanças ideológicas até as afirmações políticas a JUC passava por profundas transformações. Os elementos históricos do momento acirravam as contradições internas

Só o vocabulário da JUC é suficiente para provocar irritações ou mesmo choque: palavras como ‘alienação’, ‘revolução brasileira’, ‘consciência histórica’, ‘socialismo’, era consideradas temas marxistas, tomados como ignorância da doutrina social da igreja ou simpatia pelo comunismo. Certas atitudes eram vivamente censuradas, tais como: o desejo que o Brasil retomasse o comércio com todos os países ou que restabelecesse relações diplomáticas com países do Leste Europeu e com a Rússia; a simpatia para com a revolução cubana (mesmo estando ela em seu início), o apoio, no plano interno, às ‘ligas camponesas’ de Francisco Julião ou aos Movimentos de Cultura Popular.³⁴

A intensa participação política de amplos setores da sociedade no começo dos anos 60 fez com que setores vinculados à JUC começassem a participar da vida institucional do movimento estudantil.

O debate sobre os grandes temas nacionais e a tomada de posições políticas, criavam tensões entre as lideranças de esquerda da JUC e a hierarquia católica.

As diferentes intervenções da hierarquia, bem como o engajamento cada vez maior do Movimento [lideranças leigas da seção especializada (JUC) da Ação Católica] no temporal, não facilitaram uma solução para a crise, ao nível dos valores e da estrutura da JUC.³⁵

Ainda em 1960, a JUC lançou um candidato para a presidência da UNE, Herbert de Sousa, o Betinho. Ele era um dos melhores quadros da JUC, exercendo papel de liderança na direção da AP. Sem obter maioria interna no bloco da esquerda teve que abrir mão da candidatura. O que teve consequências internas na JUC.

A desistência do Betinho provocou uma certa decepção entre os jucistas. De um lado [Olivieiros] Guanais, com suas posições nacionalistas, contava com bastante simpatia, mas para muitos, o apoio a sua candidatura da União da Juventude Comunista e a presença de dois membros da UJC na chapa eram fatores adversos;

³³ Depoimento de Alcides Guareschi a Nilton de Oliveira em agosto de 2009 e depoimento da Alda Fortes a Nilton de Oliveira via e-mail em janeiro de 2010.

³⁴ Beozzo, José Oscar. Cristãos na universidade e na política. Op. Cit. p.96.

³⁵ Beozzo, José Oscar. Cristãos na Universidade e na Política. Vozes. Petrópolis. 1984. p. 96

do outro lado estava um candidato de direita e uma orientação que, para alguns dos jucistas, tampouco merecia adesão. Muito questionados pelos membros do movimento presentes, os representantes da equipe nacional, contudo, deixaram a questão em aberto e a decisão final recaiu na consciência de cada um.³⁶

Quem venceu foi o baiano Olivieiros Guanais, representante da esquerda independente³⁷. Este bloco, no qual os principais expoentes eram a JUC e a esquerda independente, junto com a União da Juventude Comunista, venceu nas urnas do congresso ao candidato da direita à presidência da UNE³⁸.

Outro aspecto criticado por uma parte dos jucistas naquele processo congressual foi a forma de decisão tomada. A falta de consulta aos militantes motivou críticas de “base” dos delegados da JUC ao Congresso da UNE.

O relatório da JUC criticava o fato de as eleições tenham sido decididas em ‘conchavões’ apenas por um pequeno grupo de líderes políticos, sem que os outros delegados fossem ouvidos. ‘Típica decisão eleitoral de cúpula, sem a menor atenção às inclinação da base’.³⁹

O que este relatório da JUC não mostra é qual o peso nesta avaliação dos religiosos responsáveis pela JUC. Podendo ser a intenção destes e de um grupo mais afinado com a alta hierarquia católica de descredenciar as lideranças da JUC neste episódio, especialmente Betinho, que fora candidato a presidente que abriu mão da candidatura.

1.6.1 A primeira gestão da JUC na UNE

A participação mais efetiva na representatividade estudantil construiu os elementos para a vitória da JUC, em 1961, com o goiano Aldo Arantes. Este era goiano, estudava direito na PUC do Rio de Janeiro sendo presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) daquela universidade, um dos principais centros de debate político dos rumos do Brasil e da JUC.

A eleição de Aldo Arantes foi construída através da união entre a JUC e os representantes universitários do Partido Comunista. A aliança entre um setor especializado da Ação Católica e os comunistas provocou graves consequências nas já tensas relações entre a alta hierarquia da Igreja e os setores da esquerda da JUC.

³⁶ Souza. Op. Cit. p.167.

³⁷ Revista “UNE: 60 anos em favor do Brasil”. Publicada pela União Nacional dos Estudantes em comemoração ao 60º aniversário de sua fundação. 1997. Edição e Redação Jalusa Barcellos p. 41

³⁸ Revista “UNE: 60 anos em favor do Brasil”. Publicada pela União Nacional dos Estudantes em comemoração ao 60º aniversário de sua fundação. 1997. Edição e Redação Jalusa Barcellos. p.40.

³⁹ Souza, Op. Cit. P. 167.

Eram, enfim, outras tantas fontes de atrito as tomadas de posição sobre assuntos como: o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, durante o seminário da UNE em Salvador, sobre Reforma Universitária, em maio de 1961, ou a aliança com grupos de esquerda, nas eleições da UNE em 1961. A eleição de Aldo Arantes, militante jucista, para a presidência da UNE, aumenta os atritos e acaba por levar o Cardeal do Rio a expulsá-lo do Movimento.⁴⁰

A inserção da JUC na direção da UNE, por sua forma de gestão e devido ao momento político que o Brasil vivia na época, o Movimento Estudantil “adquire contornos extremamente dinâmicos”⁴¹.

Em agosto de 1961, Jânio renuncia, poucos meses após sua posse, abrindo uma ampla crise sucessória no Brasil. Como visto, houve forte oposição à posse de João Goulart, especialmente articulada pelos setores militares contrários a Jango, expressão dos segmentos conservadores brasileiros⁴².

Os políticos recusaram-se a abdicar, mas estavam preparados para fazer um acordo. Os ministros militares não se tranquilizaram. Em 29 de agosto publicaram um manifesto, expondo suas razões para continuar a considerar a posse de Goulart como inaceitável por motivos de segurança nacional. O manifesto foi mais longe que os termos usados pelos coronéis em fevereiro de 1954, quando forçaram a demissão de Jango como Ministro do Trabalho de Getúlio. Acusava Jango de ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregado a ‘agentes do comunismo internacional’ posições-chave nos sindicatos além de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita a China Comunista.⁴³

Um dos movimentos políticos mais importantes da gestão primeira gestão da JUC, que se transformará em AP, na presidência da UNE foi a transferência da direção da entidade para Porto Alegre, para se somar ao movimento pela Legalidade. Aldo Arantes no entendimento de Jean Marc uma das vozes mais ouvidas na “Cadeia da Legalidade”⁴⁴

O Movimento pela Legalidade foi liderado por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que defendia a posse do então Vice-Presidente João Goulart como Presidente da República, após a renúncia do Presidente eleito Jânio Quadros. A crise política originava-se na grande cisão que havia na sociedade brasileira e na fórmula eleitoral da época, que permitia a eleição, separadamente, do presidente e do vice. Nas eleições de 1960, foram

⁴⁰ LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. Alfa-Ômega. São Paulo. 1984. p.31.

⁴¹ SANFELICE, José Luis. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao Golpe de 64. Cortês Editora. São Paulo. 1986. P.38.

⁴² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 7ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1982. p. 248.

⁴³ Idem p.256-257.

⁴⁴ A Cadeia da Legalidade era a transmissão de rádio que era feita durante a Campanha da Legalidade em 1962.

eleitos candidatos de chapas diferentes, Jânio Quadros (pelo pequeno PTN), apoiado pelas forças conservadoras, para presidente, e, para a vice-presidência, João Goulart, do PTB.

Eu comecei a notar a existência do Aldo Arantes na tentativa do golpe, depois da renúncia do Jânio Quadros, por causa da Cadeia da Legalidade, porque o Aldo foi uma das figuras que mais falou na Cadeia da Legalidade. Sua voz, inclusive, ficou na minha memória.⁴⁵

O papel da UNE em defesa da nomeação de João Goulart foi muito destacado. Segundo o relato de Aldo Arantes “decidimos deslocar a direção da UNE para Porto Alegre, que era o foco de resistência ao golpe que estava ocorrendo. Lá participamos de todo o processo. Falávamos em nome da juventude brasileira”.⁴⁶

O movimento em defesa da Legalidade resultou na posse de João Goulart, com seu poder diminuído pela implantação do parlamentarismo.⁴⁷

Vinculada à grande efervescência política, cultural e ao grande espírito de mudança deste tempo, a gestão de Aldo Arantes como presidente da UNE foi uma das mais marcantes da década de 60. Dentre os movimentos executados por aquela gestão podemos citar a Greve do 1/3, a UNE Volante e o CPC da UNE.

Na Greve do 1/3, a UNE buscava que o corpo discente pudesse ter a participação de 1/3 do peso dos votos nas deliberações nas instituições de ensino superior do Brasil.

Foi uma greve de três meses que, praticamente, parou todas as Universidades brasileiras. Ela teve uma força muito grande, e surgiu deste processo de discussão, realizado a partir do Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, e também do Segundo Seminário, onde se pode fazer, aliás, uma análise profunda da situação brasileira e da Universidade brasileira diante disso. Por outro lado, a greve surge, também, como consequência da UNE Volante, que tinha mobilizado os estudantes entorno das conclusões do Seminário de Reforma Universitária. Emparticular; da bandeira de representação dos estudantes nos órgãos colegiados. Então, quando a greve surge, ela vem com muita força.⁴⁸

Mesmo sem alcançar uma vitória no seu objetivo, a Greve do 1/3 foi um importante marco na luta pela participação estudantil nos processos decisórios das universidades. Foi um ato em que os estudantes declararam sua vontade e lutaram pela participação efetivas nos fóruns decisórios das instituições de ensino superior do Brasil.

⁴⁵ Entrevista concedida por Jean Marc Van Der Weid ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 07 de outubro de 2004, Militante da AP, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano de 1969. Disponível em : <<http://www.mme.org.br>>. Acesso em 24/07/2012.

⁴⁶ Entrevista Aldo Arantes a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

⁴⁷ SKIDMORE. Op. Cit. P. 258-260.

⁴⁸ Entrevista Aldo Arantes *Revista UNE 60 anos em defesa do Brasil*. Op. Cit. P. 47

A UNE Volante foi movimento pela interiorização da UNE. Foi uma saída do eixo Rio-São Paulo, em direção ao interior, com a intenção de conhecer a realidade do Brasil.

Durante 1961 e 1962, uma parte da direção da UNE deslocou-se para diversas cidades do Brasil. O movimento foi aproveitado para dialogar com diversas lideranças do interior sobre a necessidade da construção da Ação Popular⁴⁹.

O Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE foi um das grandes atividades da UNE no período anterior ao Golpe de 1964. Foi um espaço diferenciado de construção de cultura popular. É bem verdade que grande parte desta iniciativa não partiu e não foi dirigida pela AP. Coube especialmente aos militantes e simpatizantes do PCB a condução deste Centro. Participaram deste processo Oduvaldo Viana Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, entre outros artistas.⁵⁰

1.7 A construção da ação popular

A construção da Ação Popular teve dois elementos fundamentais, com profundas vinculações. O primeiro deles foi o conflito com a alta hierarquia da Igreja Católica e, o segundo, a profunda politização de diversos setores da sociedade brasileira no começo dos 1960.

O depoimento de Paulo Fonteles⁵¹, que era dirigente da JUC no momento do rompimento com a alta hierarquia da Igreja Católica, mostra claramente a leitura da proposta da AP que, mesmo rompendo os vínculos com a hierarquia da Igreja Católica matem o aspecto religioso.

A vida é profundamente dinâmica, está na evolução, no dinamismo. Então, existe esse lado místico junto com o lado poético e a AP me atendeu nisso. Nós também queríamos transformar a sociedade. Não era ficar só na contemplação pela contemplação, nem me parece que Jesus pretendeu isso, quer dizer, o que Ele pede é que a gente se transforme se transforme sempre. (...) A AP não era um partido político, mas tinha uma concepção. (...) Nós da AP propúnhamos uma sociedade solidária, dentro dos valores cristãos.⁵²

⁴⁹ LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. A História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. 2ª Ed. Alfa Ômega. São Paulo. 1984. P.31.

⁵⁰ Disponível em <<http://glaucoortez.com/2011/12/18/para-historiadora-centro-de-cultura-popular-cpc-da-une-foi-um-expressivo-periodo-de-educacao-estetica-politica-e-sentimental-iniciado-com-peca-de-vianinha>> acesso em 10/03/2014.

⁵¹ Disponível em : <<http://www.mme.org.br>>. Acesso em: 9/05/2009.

⁵²Entrevista de Paulo Fonteles ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: < <http://www.mme.org.br>>. Acesso em: 9/05/2009.

Isto é um sinal uma onda de transformação e um certo otimismo nas transformações advindas desta nova geração e nova ideologia que ganha os corações mentes dos estudantes brasileiros do período⁵³. As amplas atividades e novas deste período da UNE denotam este ar de transformação que ocorre no ME.

1.7.1 O Papel da UNE-Volante na Construção da AP

Como vimos, a UNE-Volante foi instrumento de descentralização das atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE). Buscou ser um instrumento para conhecer as imensas desigualdades do Brasil. Visitou diversas cidades pelo Brasil, deslocando, ao menos momentaneamente, o centro da liderança do movimento estudantil universitário para outras cidades que não o eixo Rio-São Paulo. Outra consequência prática das atividades da UNE-Volante foi contatar amplamente militantes da JUC e dialogar com estes a necessidade de criação de uma nova entidade mais ampla e politizada desvinculada da hierarquia da Igreja Católica.

O limite político apresentado pela hierarquia da Igreja Católica foi um dos fatores que alavancaram a necessidade da construção de uma organização política independente.⁵⁴ A expulsão de Aldo Arantes representa um rompimento do setor da esquerda da JUC com a hierarquia da Igreja Católica. Porém a relação com o cristianismo permaneceu por mais algum período.

Para pôr fim a uma situação que não aceitava, a alta hierarquia da Igreja decidiu, em 1961, pelo abandono da direção da JUC por todos aqueles que concorressem a cargos de representação:

A começar do ano de 1962, nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacional ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC. O mesmo se diga, como é evidente, quando se trata de participação ativa em partidos políticos.⁵⁵

⁵³ MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. 2ª Ed. Brasiliense. São Paulo. 1982. p. 60-61.

⁵⁴ MENDES JUNIOR, Antônio. Op. Cit. p. 61.

⁵⁵ Resolução da CNBB in DIAS, Reginaldo Benedito. **Como a Ação Popular escreveu e reescreveu o sentido de sua história**. Trabalho originalmente apresentado ao XXIV Simpósio Nacional da Associação Nacional de História/ ANPUH. Unisinos - São Leopoldo, julho de 2007. <http://www.espacoacademico.com.br/084/84dias.htm>Acesso em maio de 2012, p. 949-950.

Em um primeiro momento, as características do cristianismo estavam presentes nas práticas e nos discursos daquele movimento. Souza descreve assim o momento do surgimento da AP:

(...) no início de 1962, reuniu-se em Belo Horizonte uma centena de jovens profissionais e estudantes provenientes do jornal *Ação Popular* da cidade, e de centros como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, tendo sido convidado também alguns intelectuais e políticos, assim como dirigentes da UNE.⁵⁶

Buscava-se, tendo como base o extrato progressista da JUC, a construção de uma entidade que tinha como objetivo construir a revolução no Brasil. A busca de uma revolução era uma ação corrente neste período histórico do Brasil.

A nova organização buscava a implantação do socialismo no Brasil, sem definir claramente a forma do socialismo buscado.

Nesta construção, na nascente AP, diversos elementos confundem-se. A opção por transformação social alternativa ao Partido Comunista era evidente neste período. Na intervenção no Movimento Estudantil existe eleição paradigmática, a da AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas) do Rio de Janeiro. Até o ano de 1961, a entidade era controlada por estudantes secundaristas ligados ao PCB. Em 1962, houve eleição na entidade e muitos estudantes da JEC (Juventude Estudantil Católica), ainda um “braço” especializado da Igreja Católica, buscou destituir os comunistas do comando da entidade. A aliança para vencer as eleições dos comunistas foi feita com os setores mais reacionários da Igreja Católica.⁵⁷

O instrumental para a construção deste elemento já estava presente de forma embrionária na JUC anteriormente. Assim, existe uma espécie de transição do *Ideal histórico* para a “consciência histórica”, mais clara neste encontro de construção da Ação Popular no início de 1962. Esse Esboço ideológico é descrito segundo as palavras de Souza:

A ideia de ‘Consciência Histórica’ que se encontra no Manifesto da PUC do Rio e nos artigos do Pe. Henrique de Lima Vaz, faz-se presente no Esboço ideológico elaborado nesta ocasião: ‘É a consciência que os homens de uma época determinada adquirem em relação as condições concretas nas quais suas exigências de realização

⁵⁶ SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *A JUC: Os estudantes Católicos e a Política*. Op. Cit. p. 198.

⁵⁷Entrevista Franklin Martins ao Projeto de Memória do Movimento Estudantil disponível em <www.mme.org.br> acesso em 10/04/2009.

humana devem ser assumidas e, em consequência, na direção da história humana desta época'.⁵⁸

Esta busca de concretude e de influir efetivamente no mundo buscando sua transformação foi uma grande mudança para este grupo de católicos. O entendimento das relações de poder existentes no mundo. E a busca da construção de um novo homem era o esforço teórico da época. Ainda profundamente influenciada por elementos teológicos este grupo buscou construir seus entendimentos para a transformação do mundo que vivia:

Os homens e o mundo se enfrentariam: num primeiro momento seria a oposição; logo viria o reconhecimento mútuo, que se poderia constituir em termos de dominação, com o mundo servindo como instrumento de imposição de uma consciência sobre a outra, ou de *reconciliação* (ou *libertação*), quando o mundo se tornasse um instrumento de comunicação das consciências. O sentido da história vai na direção do movimento de *libertação*. O *Esboço* tenta elaborar um esquema do processo dialético da relação na sociedade entre um pólo dominante e um pólo dominado, ainda que, pelo seu caráter preliminar o faça simplificarmente. Consciência histórica, dominação, libertação, ideias que voltarão tantas vezes nos anos seguintes. A última será um dos eixos do pensamento teológico novo na América Latina, no futuro.⁵⁹

A novidade da militância da JUC e depois da AP, independente da Igreja Católica, em amplos setores da sociedade, mas especialmente no movimento estudantil, trouxe uma grande novidade para o “tabuleiro de xadrez” das relações políticas estudantis. Segundo o depoimento de Jean Marc:

A movimentação em direção à esquerda dos movimentos de juventude da Igreja Católica trouxe uma renovação aos movimentos políticos estudantis, secundaristas e universitários, muito forte e um novo arejamento, uma nova militância saindo um pouco dos quadros mais estreitos do Partido Comunista Brasileiro. E foi a primeira oportunidade, digamos, em que surgiu com força política, em nível nacional, uma militância de esquerda que não era a do Partido Comunista.⁶⁰

Estes elementos fazem amadurecer a necessidade de criação de um novo partido político para intervir na vida política do Brasil.

1.8 A Ação Popular ocupa seu lugar

⁵⁸ Op. Cit. Souza, p. 198.

⁵⁹ Souza, obra citada p. 198.

⁶⁰ Entrevista de Jean Marc Van der Wied ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acesso em 15/08/2009.

O nascimento da Ação Popular esteve vinculado ao que convencionou chamar posteriormente de “Nova Esquerda”. Este termo refere-se fundamentalmente ao surgimento de organizações de esquerda desvinculadas do antigo Partido Comunista. Segundo Edgard Carone, a AP foi “um fenômeno estranho na nossa história, pois, na nossa história, o catolicismo sempre se identificou com o reacionarismo”⁶¹. A originalidade da AP estava inserida especialmente neste aspecto. A esquerda revolucionária estava tradicionalmente vinculada a posições não católicas, e muitas vezes combatia o catolicismo, importante vetor do conservadorismo no Brasil.

O Documento Base da AP, de fevereiro de 1963, teve um caráter notadamente mais prático e instrumental dos que os documentos anteriores da JUC, mesmo permanecendo alguns elementos filosóficos anteriores. Propõe-se busca pela implantação do socialismo no Brasil, através de uma negação e superação do capitalismo, segundo a perspectiva marxista. O socialismo adquiria, porém, um caráter claramente humanista, segundo a concepção da AP. Para a organização, o socialismo era:

Uma consequência imediata da negação do capitalismo, negação que, dialeticamente, se coloca não como pura negatividade, mas como concretização de um novo modo de existir. De fato, o sistema socialista. Cria condições econômicas e sociais que rompem inúmeras relações de dominação, aumentando as possibilidades de comunicação das consciências e de domínio da natureza. É um estágio importante na luta contra o processo de dominação e na busca da conciliação das consciências.⁶²

Os elementos tratados neste documento consideram a situação vivida no Brasil imediatamente anterior ao Golpe Militar de 1964. Um dos elementos suscitados por este documento era a premente revolução no Brasil, que instauraria o socialismo, através do amplo movimento frentista que dava sustentação ao governo João Goulart, vigente no momento da construção desta “certidão de nascimento política da AP”.

No momento revolucionário, deverá dar a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada, num organismo que deve reunir progressivamente as forças populares, acentuando o caráter representativo do poder e abrindo-se ao debate que o tornará expressivo das necessidades e aspirações do povo.⁶³

⁶¹ CARONE, E. Movimento operário no Brasil (1964-1984). São Paulo: Difel, 1984. In DIAS, Reginaldo Bendito. A Ação Popular na História do Catolicismo. Trabalho originalmente apresentado no I ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: ANPUH. 2007. Texto incluso na Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008 disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.pdf>> acesso em maio de 2012.

⁶² Documento Base da AP de 1963. In REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (Organizadores). Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971. Expressão Popular. São Paulo. 2006. p. 53.

⁶³ Id.ib. p. 55.

O documento base de 1963 criticava o “socialismo real” e os Partidos Comunistas na limitação ao processo de transformação profundo do homem no aspecto ideológico. Afirmando sua crítica a concepção estatal como produtora de alienação e não realizando o projeto emancipação do homem.

Historicamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado, que, liderado pelo PC, dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência acrítica e massifica.⁶⁴

A crítica aos processos de implantação do socialismo era feita pela Ação Popular. Porém um possível limitador desta crítica, o que demonstrava certo idealismo por parte da organização, era a falta de entendimento sobre as dificuldades reais e efetivas destas experiências socialistas da época.

Da mesma forma eram analisados também alguns aspectos positivos construídos por estas experiências. As análises eram feitas de forma panorâmica.

Esta crítica não pode ser vista de um modo estático. A evolução da experiência socialista em países como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia e a União Soviética mostra a quebra da ortodoxia rígida. Define-se uma política de bem estar, permite-se um certo pluralismo político, há a preocupação com a diversificação da produção industrial dos bens de consumo, discute-se abertamente o “realismo socialista” nas artes, o dogmatismo, o culto da personalidade, e prepara-se aos poucos o campo para o desenvolvimento da crítica como exercício dialético do próprio sistema.⁶⁵

Percebe-se a preocupação da Ação Popular com a participação do sujeito na construção política. Além de buscar equilibrar elementos positivos e negativos às experiências socialistas.

1.9 A UNE SE POSICIONA PELAS REFORMAS DE BASE

O período anterior ao Golpe de 64 denota um grande acirramento ideológico. Setores favoráveis e contrários ao governo de Jango deixavam claras suas posições. As manifestações

⁶⁴ Id.ib. P. 52.

⁶⁵ Id.ib. p. 52-53.

públicas de parte a parte iam acirrando cada vez mais os antagonismos influenciados fortemente pela divisão ideológica ditada pela guerra fria. Nesta composição do quadro de forças a Ação Popular tinha um papel especial na mobilização popular entre os favoráveis às Reformas de Base propostas por Jango especialmente através da UNE.⁶⁶

A UNE estava claramente ao lado de Jango, em favor da busca de reformas de base, especialmente por conta da Reforma Universitária⁶⁷. Desde o início dos anos 1960, a UNE realizava seminários para debater a Reforma Universitária.⁶⁸ Os estudantes defendiam as reformas propostas por Jango. Mas viam esta como um importante avanço no ensino superior no Brasil.

Dado interessante é de que militantes da AP participavam de estruturas de governo antes do golpe militar, tanto no Ministério da Educação⁶⁹ quanto em secretarias estaduais de educação⁷⁰. O que não era absolutamente raro aos ex-militantes do movimento estudantil ocupar cargos nestas estruturas. Vide um caso em Passo Fundo em que Paulo Pires, jovem representante do MTR da cidade, ex-presidente da União Passofundense de Estudantes (UPE) e ex-presidente da Fundação Universitária Passofundense (FUP), entidade organizada anteriormente ao Diretório Central de Estudantes (DCE) da SPU, participou do Governo⁷¹ de Mário Menegaz.

A oposição ao governo de João Goulart pelos setores conservadores tinha como elemento ideológico a ameaça de construir no Brasil de uma “República Sindical”, capitaneada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Neste período, o movimento sindical vivia um grande afluxo, sendo dirigido majoritariamente por sindicalistas vinculados ao (Partido Trabalhista Brasileiro) PTB de João Goulart.

No período anterior ao Golpe de 1964, o clima social e intelectual era profundamente vibrante. A participação política era efetiva e as reformas de base eram um dos principais temas discutidos pela população brasileira, construindo certa unidade entre setores da esquerda brasileira. Jacob Gorender lembra que teria sido a luta pelas reformas de base “que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964,

⁶⁶ FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Record. Rio de Janeiro. 2004. p. 17

⁶⁷ Depoimento Cláudio Fonteles ao PMME. Disponível em: <<http://www.mme.org.br>>. Acesso em 24/07/ 2012.

⁶⁸ MENDES JÚNIOR, Antônio. Op. Cit. p. 62-66.

⁶⁹ Entrevista Aldo Arantes a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

⁷⁰ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Op. Cit. p. 101.

⁷¹ Entrevista Teresinha Susin a Nilton de Oliveira em abril de 2009.

uma situação pré-revolucionária no Brasil”.⁷² Porém as reformas de base propostas por Jango estavam inseridas nos marcos da dimensão capitalista.

As liberdades democráticas vividas neste período são igualmente elementos importantes. A luta contra a efervescência política e social e a defesa dos valores tradicionais esteve presentes nos setores contrários à proposta de transformação do governo de Jango. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em março de 1964, foi um dos pilares sociais civis que ancoraram o Golpe de Estado. Com ela, setores conservadores das classes proprietárias e médias e do clero foram às ruas para denunciar a proposta ameaça comunista sobre o Brasil. A fraseologia de luta contra o perigo comunista era importante pano de fundo ideológico conservador.

1.10 A origem dos militantes da Ação Popular

É notável o caminho percorrido por diversos militantes da AP. Muitos passam de uma posição tutelada pela Igreja Católica, para uma posição crítica. Passando por um partido pequeno Burguês e para após adotar uma postura marxista-leninista com a adoção do maoísmo. Segundo depoimento de Pereira⁷³:

É inquestionável que a JUC e, particularmente, lideranças saídas da entidade tiveram um papel decisivo na criação da AP, assim como as ideias filosóficas e políticas de raiz cristã, de que eram portadores. Mas, remontado assim, o quadro não está completo. Do ponto de vista de ideias e posições, é preciso levar em conta, desde o início, o movimento renovador que ocorria no seio de várias igrejas cristãs evangélicas e que, no caso da juventude, se cristalizou em organizações como a UCEB (União Cristã dos Estudantes do Brasil) e as ACAs (Associações Cristãs Acadêmicas). Uma figura como a do pastor Richard Schauli desempenhou nesses meios um papel semelhante ao do padre Vaz nos círculos católicos juvenis.

Nesse sentido, por exemplo, na série de *Textos para debate*, publicados pela AP em 1965 e 1966, foram divulgados trechos “retirados de obra escrita por eminente teólogo protestante”, que não era identificado, mas se tratava de Richard Schauli.⁷⁴ Percebemos nestes

⁷²GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1987. p.31.

⁷³ Duarte Pacheco Pereira, um dos principais quadros da Ação Popular, doou documentos sobre sua militância ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O acervo Duarte Pacheco Pereira é uma das principais fontes de documentação e pesquisa sobre a Ação Popular, juntamente com o acervo de Jair Ferreira de Sá no Rio de Janeiro.

⁷⁴*Textos para debate*, 2. *Humanização, política e ideologia revolucionária*, 1965, p. 20.

elementos a participação de setores vinculados às Igrejas Protestantes. Sendo Paulo Wright um dos principais expoentes deste “engajamento protestante”.

Segue Pereira:

Em vários aspectos, as ideias desses setores evangélicos podem ser consideradas mais avançadas do que as que circulavam na Igreja Católica e mesmo em seus movimentos leigos. É claro que a influência deles era muito menor. Mas, desde 1963, pelo menos, algumas das lideranças saídas desses movimentos tiveram um papel na criação da AP. Rubens Menzen Bueno, ou ‘Rubão’, chegou a ser em 1963 um dos pré-candidatos da AP à presidência da UEE paulista. Escolhi como minha principal assessora na UNE a Abigail. Paulo Wright começou a aproximar-se da AP no segundo semestre de 1963. E assim por diante. Após 1964, esses vínculos aumentaram, até com movimentos e lideranças evangélicas de outros países, inclusive dos Estados Unidos na luta contra o racismo e contra a guerra do Vietnã.⁷⁵

A Ação Popular não teve uma origem única. Sua intenção era ser força consequente da sociedade que impulsionasse e disputasse os rumos da revolução no Brasil. Pretendia ser um desaguadouro de militantes que buscavam um socialismo de matizes diversos aos dados pelos Partidos Comunistas, já que negava o marxismo-leninismo.

Ridenti⁷⁶ assinala as transformações internas no seio da AP, com o posterior afastamento do cristianismo, é mostrado. Dos 20 religiosos acusados e processado pela justiça ditatorial de participarem das lutas das esquerdas brasileiras somente 3 entre se identificavam com a AP. Um dado que demonstra um claro e gradual distanciamento das estruturas da Igreja Católica por parte da Ação Popular.

1.11 A UNE e a AP na ilegalidade

Uma das primeiras ações dos grupos sociais conservadores que se coadunavam com o golpe militar foi um violento ataque à sede da UNE. Esta ação não estava desvinculada da leitura política dos setores de direita da época que identificavam a UNE como um dos principais inimigos a serem perseguidos.

O historiador estadunidense Skidmore entende que:

⁷⁵ Entrevista Duarte Pacheco Pereira ao Projeto de Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acesso em 03 de abr. de 2009.

⁷⁶ RIDENTI, Marcelo. O fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo. Unesp. 1993. p. 151.

Antes do golpe de 1964, o radicalismo estudantil, com suas ruidosas manifestações [sic] era um elemento que empurrava o Governo Goulart para a esquerda. Foram, portanto, o alvo principal para a repressão pós-golpe. Conhecidos líderes do movimento estudantil foram presos, alguns torturados e seus órgãos associativos ao nível federal, estadual e universitário (o mais conhecido era a União Nacional dos Estudantes - UNE), abolidos.⁷⁷

Em entrevista, Daniel Aarão Reis apresenta sua visão sobre as relações da UNE e os estudantes. Entende que a reação ao Golpe Militar por parte dos estudantes não ocorreu. A tônica foi de surpresa e de falta de orientação a ação vinda da direita. O Movimento estudantil que foi um ator fundamental da construção desta nova conjuntura não conseguiu fazer oposição ao golpe.

Mas, em 1964, por exemplo, a reação do movimento estudantil ao golpe limitou-se a núcleos de estudantes reunidos na Faculdade de Filosofia, outros no Caco. Não eram tantos assim, tanto é que os da Filosofia, que funcionava na época na Avenida Antônio Carlos, perto da Maison de France, foram para o Caco e ali ficaram, e ficou um ou outro grupo na União Nacional dos Estudantes. Quer dizer, não houve uma reação maciça ao golpe de 1964 por parte dos estudantes do Rio de Janeiro, nem, ao que me consta, em lugar nenhum do Brasil. Isso mostra que as articulações daquela UNE, mesmo muito radicalizada, com as do movimento estudantil não eram tão substanciais, não eram tão sólidas como parecia.⁷⁸

Os militares entendiam que as universidades eram possíveis focos de oposição à ditadura. Desta forma, as entidades estudantis foram motivo de atenção especial por parte das autoridades golpistas. Registro da importância das entidades estudantis na contestação aos golpistas, quando do assalto ao poder, foi o incêndio da sede da UNE por setores partidários do golpismo. Notadamente havia o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anti-Comunista (MAC) que viam no movimento estudantil de esquerda um dos principais focos de oposição às suas ideias totalitárias de apoio ao golpe Civil-Militar.

A sede da UNE foi um dos locais onde os atores favoráveis ao golpe atacaram. Sendo este um local simbólico. Esta sede fora tomada pelos estudantes de uma sociedade pró-germânica no período da 2ª Guerra Mundial. Nesse período a UNE mobilizara-se para que o Brasil tomasse parte na 2ª Guerra Mundial, ao lado dos Aliados e contra o Eixo. O governo ditatorial getulista tomou tal posição no bojo de forte mobilização na qual a UNE foi uma das forças motrizes. Após a declaração de guerra à Alemanha, a UNE fez uma campanha de arrecadação de fundos para colaborar com o esforço de guerra, doando alguns aviões para

⁷⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Paz e Terra: São Paulo, 2004. p. 151

⁷⁸ Entrevista ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em : <www.mme.org.br>. Acesso em 14 de ago. de 2009.

treinamento dos militares brasileiros.⁷⁹ Sendo desde então a sede da UNE um local simbólico para os estudantes brasileiros.

1.12 Nova realidade após o Golpe de 1964

O clima de Guerra Fria e o medo da mobilização universitária estavam dispostos nas palavras do então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, no V Fórum Universitário em outubro de 1964:

Todos os prezados colegas sabem (...) dos perigos por que passam as Universidades brasileiras, e sabemos todos também que não dispomos de tempo para perder porque, se os perigos maiores se foram, outros, na certa, poderão vir. Continuamos ameaçados. Não há professor de ensino superior do Brasil que não saiba disso. A revolução comunista só se dará pela universidade inautêntica. Os comunistas têm bem ciência desta mediana evidência, e sabem melhor ainda do que nós que há dois meios infalíveis, que se empregam em separado ou em conjunto para fazer surgir da Universidade o Estado Comunista: a massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime.⁸⁰

Ficava clara a postura que adotada no processo universitário brasileiro após a “revolução de 1964”.

O desprezo pelo acúmulo construído pelo processo anterior de debates sobre a Reforma Universitária era verbalizado sem nenhum tipo de pudor.

Estudantes e professores deverão adquirir, por dever cívico, uma atitude nova perante a Nação, que tenha foro de espírito público, que se defina por grandeza imanente de nós, das nossas convicções, do nosso comportamento, e não dos textos legais de uma suposta Reforma Universitária. A reforma legal, revolucionária, já foi feita, está na Lei de Diretrizes e Bases [...]. Respeite-se a lei [...].⁸¹

Com este entendimento as propostas de reforma de base da educação são abandonadas. O entendimento da universidade como um instrumento de emancipação e desenvolvimento coletivo é deixado de lado e gradativamente reforçam-se elementos de tecnicismo nas escolas e universidades.

1.12.1 O Movimento estudantil é um dos principais alvos da Ditadura

⁷⁹ Revista Comemorativa da UNE: UNE 60 anos. Sem edição. p.23

⁸⁰ Discurso proferido por Flávio Suplicy de Lacerda no V Fórum Universitário e outubro de 1964. In SANFELICE, op. Cit. p. 75.

⁸¹ Idem p. 75.

A ilegalidade da UNE imposta pela ditadura foi determinada pela Lei 4464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, do nome do Ministro da Educação nascido no Paraná, nomeado pelos militares.

Skidmore entende que “O governo Castelo Branco pressionou com êxito o Congresso pra aprovar uma lei de novembro de 1964 [...], criando uma nova estrutura de associações estudantis proibidas de engajar-se em atividades políticas”⁸².

A lei, além de ter colocado na ilegalidade a União Nacional de Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE’s), determinava a forma de ação e participação nas novas instituições. Nota-se a intenção de construir um processo de busca de *submissão social*, impedimento de qualquer tipo de contestação, através da colocação do movimento estudantil dentro da métrica do processo pré-determinado. Bem ao gosto do positivismo que buscava uma sociedade disciplinada e hierarquizada em que cada protagonista social teria seu lugar no corpo orgânico da sociedade.

Esta intencionalidade está pedagogicamente expressa em uma das finalidades do Movimento Estudantil, determinada no 1º artigo desta lei: “[...] promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior”⁸³.

Podemos perceber a intenção dos defensores do Golpe Militar na expressão “revolução”, comumente utilizada por este setor. A intenção era propor *colocar ordem na confusão* que havia se estabelecido no país no período anterior a 1964, especialmente após a posse de João Goulart, através de um poder *discricionário*, ou seja, *revolucionário*. As organizações centrais do Movimento Estudantil seriam um dos principais agentes destes distúrbios, causas da grande desarmonia entre o povo brasileiro.

1.13 A relação da ditadura com o Movimento Estudantil

Os militares entendiam o movimento estudantil como um elemento social “desarmonioso” que não contribuía para o tipo de nação que buscavam construir.

⁸² SKIDMORE, 2004 p. 151. Grifo nosso.

⁸³ Lei 477/69

Lei Suplicy de Lacerda buscou a organização paralela local dos estudantes.⁸⁴ O alvo dos militares era atacar e desestabilizar as direções nacionais e regionais autônomas do movimento, com a instauração dos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE's) e do Diretório Nacional de Estudantes (DNE).⁸⁵

Com a nova legislação, havia a intenção dos militares de re-fundar o movimento estudantil com um novo perfil, adequado à nova realidade nascida em março de 1964. Um movimento harmônico, regido pela paz interna e pelo combate a ameaça desarmônica *externa* do comunismo, que procurava conquistar a juventude brasileira. Por isso, era importante identificar e reprimir as lideranças do movimento. O restante dos estudantes envolvidos episodicamente nas manifestações eram tidos pelos militares como “inocentes úteis” e “massa de manobra”.

A lei teve um efeito contrário ao pretendido pelo governo, já que houve uma forte oposição às eleições que criavam entidades estudantis nos moldes estipulados pelo novo governo:

Os estudantes mais ativistas recusaram-se a ser intimidados durante os anos de 1965 e 1966. Em muitos **campi** eles sabotaram as eleições compulsórias para os diretórios das instituições governamentais de ensino e organizaram protestos contra expurgos de professores da Universidade de Brasília, contra a repressão a reuniões da UNE posta fora da lei e contra a proposta do governo de pagamento do ensino nas universidades federais.⁸⁶

Registre-se, portanto, a capacidade das direções estudantis de rearticulação e reação, já em 1965, que alcançou, indiscutivelmente, determinar a própria ação da ditadura, como no relativo à proposta do pagamento das universidades públicas, jamais implementado.

2.14 As lições do Golpe de 1964

A derrota de 1964 calou fundo nos estudantes organizados em entidades estudantis e em organizações que participavam destas como a AP. O período pré-1964 representou uma grande experiência política que não deu certo. A crença de que as Reformas de Base, os processos institucionais, as ações eleitorais, a aliança reformista pluri-classista pudessem trazer transformação profunda na sociedade era negada por diversas vertentes política da esquerda, com fortes representação no Movimento Estudantil.

⁸⁴ Lei Suplicy de Lacerda.

⁸⁵ Lei Suplicy de Lacerda

⁸⁶ SKIDMORE, 2004, p. 152.

Segundo Jean Marc:

“Até o golpe você tinha um movimento bastante polarizado politicamente, com esquerda e direita em posições extremas. Você tinha uma direita muito forte pré-1964.”⁸⁷

Isto denota a profunda polarização da sociedade no período anterior a o Golpe Militar de Abril de 1964. Mesmo no Movimento Estudantil que após a onda direitista na UNE teve um afluxo de movimentos de esquerda o ME estava dividido. Neste sentido o que falar de outros setores da sociedade em que não existiam uma tradição de participação e debate democrático.

O impacto do Golpe Militar nas organizações e entidades que lutavam por reforma foi muito grande. Daniel Aarão Reis propõe cenário que tem quase como única razão a derrota de 1964, desconhecendo determinações bem mais profundas, como a vitória da Revolução Cubana e o avanço internacional da luta pelo socialismo e independência nacional:

Organizações, partidos, dirigentes e linhas políticas prevaletentes até então emergiram desta experiência profundamente abalados e, em consequência com reduzidíssima capacidade de coesão. Seguiu-se em expressivos setores da Nova Esquerda um processo de desencanto com a discussão e organização política. Passou-se a privilegiar a então chamada ‘prática’, entendida como atos e ações que produzissem efeitos imediatos na luta contra o poder recém-estabelecido. O reino do empirismo favorecia a emergência de grupos e organizações auto-suficientes em âmbito regional ou mesmo municipal. Argumentavam que a prática ensinaria o caminho da aglutinação das esquerdas. Não havia mais tempo a perder com discussões que a nada levavam.⁸⁸

A nova conjuntura imposta exigia uma tomada de novas posições novos encaminhamentos por parte das organizações.

1.15 A resolução política de 1965

As consequências do Golpe de 1964 provocam profundas transformações na estruturação da militância organizada no Brasil. Na AP, o documento chamado “Resolução Política de 1965” fez críticas as posturas anteriores ao Golpe de 64. A resolução pretendia reorganizar a militância da AP, dispersa e desorganizada pelo Golpe militar de 1964.

Em 1966, o Comando Nacional da Ação Popular elaborou um documento, intitulado “Histórico da AP”, realizando um balanço de sua experiência. A história da AP foi dividida em quatro fases. A primeira se estenderia dos primeiros contatos e articulações para a formação da AP, datados de 1961, até seu congresso de

⁸⁷ Jean Marc em entrevista ao Projeto de Memória do Movimento Estudantil.

⁸⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. Introdução de 1985 a obra **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971. De Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (Organizadores)

fundação, ocorrido em 1963. A segunda, iria desse congresso até o ‘golpe de abril’ de 1964. A terceira, iria do ‘golpe de abril’ até a elaboração da **Resolução Política**, em 1965. A quarta, se estenderia até o momento vivido (AÇÃO POPULAR, 1966). Tal exercício se justifica. O advento da ditadura militar impôs ao conjunto da esquerda uma reflexão sobre a derrota sofrida em 1964. O ‘histórico’ aponta que, na terceira fase de sua trajetória, a AP vivia uma crise, caracterizada pela desarticulação da base social, por desorientação política e por uma tendência à desagregação.⁸⁹

A Resolução Política de 1965 propunha-se como tarefa reorganizar o processo de militância e estabelecer os novos padrões políticos para enfrentar o novo panorama imposto pela Ditadura Civil-Militar.

Uma primeira resposta aos novos desafios foi condensada em 1965, no documento Resolução Política. Preservou-se, nessa resolução, parte essencial do edifício conceitual do Documento Base, especialmente seus fundamentos filosóficos, os aspectos que abordavam o socialismo como humanismo e as críticas ao socialismo real.⁹⁰

O rumo adotado pela direção da Ação Popular introduz uma postura mais radical para a organização, de enfrentamento com a ordem ditatorial imposta ao povo brasileiro: “A grande marca da Resolução Política foi a adesão explícita ao objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional, por meio da estratégia da Revolução Socialista da Libertação Nacional, conceito que sofria influência das revoluções cubana e chinesa.”⁹¹ Nesse momento, a opção pela luta armada, sob a influência das revoluções cubana, vietnamita, argelina, etc., era uma tendência da qual escaparia apenas o núcleo prestista-*ortodoxo* do PCB e agrupações trotskistas, de menor expressão.

1.16 As manifestações estudantis começam a ser retomadas

Em 1966, o AI-3 estabelece a eleição indireta para os cargos de governador de Estado, prefeitos de capitais e cidades estratégicas, fechando ainda mais o torniquete ditatorial. Ele deveu-se ao fato de que os setores contrários ao golpe tinham grandes possibilidades de sair vitoriosos em diversas eleições para prefeitos. Tal decisão constitui registro indiscutível de

⁸⁹ AÇÃO POPULAR. Histórico. 1966. In DIAS, Reginaldo Bendito. A Ação Popular na História do Catolicismo. p.1 Trabalho originalmente apresentado no I ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: ANPUH. 2007. Texto incluso na Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008. Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.pdf>>. Acesso em 5/05/2012.

⁹⁰ Op. Cit. In DIAS, Reginaldo Bendito. A Ação Popular na História do Catolicismo. p.3 Trabalho originalmente apresentado no I ENCONTRO DO GT NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: ANPUH. 2007. Texto incluso na Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008 <http://www.espacoacademico.com.br/088/88dias.pdf> acesso em maio de 2012.

⁹¹ Idem op. Cit p.3.

que os militares haviam perdido boa parte do apoio, sobretudo entre as classes médias no período imediatamente anterior ao golpe de 64, durante os anos de 1966 a 1968. O AI-3 pode ter sido um elemento motivador da explosão de insatisfação popular que se expressaria a seguir nas manifestações de rua.

1.16.1 O Congresso da UNE de 1966

Em julho de 1966, a UNE realizou o seu 27º Congresso, em Belo Horizonte, apesar de toda a repressão. Os estudantes produziram dois expressivos documentos: o "Plano de Ação" e a "Declaração de Princípios". O "Plano de Ação" apresentava uma síntese das reivindicações estudantis: luta pela reforma universitária e revogação do acordo MEC - USAID; luta contra a transformação das universidades federais em fundações particulares e em favor da escola pública gratuita; luta para a alfabetização de todo o povo, por um ensino secundário voltado para a formação profissional e pela revogação da Lei Suplicy.

Este congresso mostra uma mudança no sentido da retomada das ações públicas do movimento estudantil. Existe uma clara reorganização dos estudantes para a o enfrentamento a ditadura militar. Para isso contribui, também, o desgaste dos militares que para muitos fariam uma passagem rápida de poder aos civis.

No documento e na "Declaração de Princípios" do Congresso da UNE de 1966 os estudantes assumiam a condição de “vanguarda do povo na luta contra as forças de opressão”⁹².

A própria forma do congresso mostra o desgaste da ditadura. Muitas das mesmas famílias mineiras que se mobilizaram na “Marcha da Família com Deus pela Propriedade Privada” agora davam guarida aos estudantes que faziam seu congresso da então ilegal União Nacional dos Estudantes.

Importante elemento para construção desta conjuntura de desgaste dos militares dos anos de 1966 a 1968 foi a política econômica imposta pelo governo Castelo Branco. Elementos como a expansão do crédito ou a inflação são particularmente sensíveis na classe média. No ano de 1966 o investimento do Estado Brasileiro na economia foi reduzido⁹³. A

⁹² Sanfelice. Op. Cit. p.109

⁹³ SKIDMORE, 1988 p. 118.

Inflação do ano chegou a 39,1%⁹⁴. Acima dos valores de 1965. Os números de inflação posteriores a 1966 são de queda inflacionária. Mas a capacidade de compra deste setor da população brasileira ficou limitado ainda nos anos seguintes até 1969. Com uma política de contenção da inflação com a contenção de demanda com a precarização do acesso a crédito e aumento de salário. Este era um dos objetivos do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964-1969. Netto defende que

O plano procurou diminuir a inflação através da diminuição da demanda agregada. Cujas ênfase recaiu na redução dos gastos do governo e na remoção do excesso da demanda agregada provocada pelas políticas populistas de juros baixos e aumento de salários acima da produtividade.⁹⁵

Estas ações neste ano desfavorecem a classe média brasileira que viu seu poder de compra perder em dois aspectos. Primeiro pelo processo inflacionário que tinha como pauta a queda e segundo pelo aspecto da frustração da possibilidade de aumento.

Outro elemento desgostoso à classe média foi a promulgação do AI-3 em fevereiro de 1966 que definiu a eleição indireta dos governadores e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores. Esta exclusão dos setores políticos da participação política institucional causou mais um desgaste com o setor médio da população.

Elemento importante de ser mencionado é que o Congresso de 1966 da UNE não seria possível se não houvesse relação da direção da AP com setores vinculados a igreja Católica. Mesmo sabendo que esta instituição não possui uma coesão estrutural, ao contrário, ela é formada por diversas congregações e ordens religiosas que se diferenciam entre si. Mesmo assim, percebe-se, com esta atitude um claro desgaste dos militares. Alguns religiosos fizeram a opção de auxílio ao enfrentamento aos militares. O próprio congresso foi realizado no porão de uma igreja.

1.16.2 Massacre da Praia Vermelha

O ano de 1966 foi um ano de diversas manifestações estudantis. José Luiz Guedes⁹⁶, membro da AP, conduzia a UNE em diversos atos de contestação as ações dos militares, tanto no campo educacional como no aspecto mais amplo da política nacional.

⁹⁴ Fonte: Fundação Getulio Vargas disponível em <portal.fgv.br> acesso em 5/10/2013.

⁹⁵ NETO, Dary Pretto. **Um histórico das recentes políticas econômicas de combate a inflação no Brasil**. UFRGS. 2003. Dissertação de Mestrado. p. 10

⁹⁶ Sanfelice, op cit. p. 110.

Os militares pressionavam os professores nesta conjuntura de enfrentamento acusando aqueles que não interviesses como omissos⁹⁷ e aqueles que colaborassem com as pautas e as mobilizações dos estudantes eram considerados inimigos do regime.

Nesta conjuntura a UNE chamou uma greve geral dos estudantes em 1966 determinando o dia 22 de setembro “Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura”⁹⁸ esta ação acirrou as contradições na ditadura militar. A UNE se apresenta como uma entidade representante da sociedade brasileira que concentrava a luta contra os militares.

O Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura, onde o lema mais difundido foi “Povo organizado derruba a ditadura”, constituiu o clímax do movimento estudantil no período imediatamente posterior a 1964. Os homens do governo, como o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, não deixaram de perceber tal fato.⁹⁹

Esta reorganização das ações de contestação a ditadura caminhará no processo de acirramento das ações de contestação. Culminando em ações ocorridas no ano de 1968 que marca o fim deste período especial da ditadura e iniciando sua característica mais violenta e articulada da repressão manifesta pelo AI-5.

Importante notar que diversas mobilizações ocorriam em horários em que os populares eram testemunhas das ações. Sirkis em seu livro ilustra que na madrugada a repressão invadiu a universidade e promoveu uma violenta repressão: “Lembro o massacre dos estudantes na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, quando da Faculdade de Medicina”.¹⁰⁰

Neste episódio, os militares tiveram imensa dificuldade para retirar os estudantes, que após uma manifestação de rua, permaneceram na Faculdade de Medicina da Universidade Federal. Os estudantes foram retirados somente de madrugada, quando não havia mais imprensa no local e quando havia poucos familiares. As forças policiais usaram de extrema violência neste ato.¹⁰¹

A invasão do prédio da Faculdade de Medicina, no dia 23 de setembro de 1966, pelas forças da ditadura, resultou na agressão a seiscentos estudantes e na depredação de patrimônio público. Foi um capítulo exemplar do vigor e da importância do movimento estudantil. Além das muito conhecidas e fartamente documentadas arbitrariedades perpetradas pela ditadura, como a censura e tortura, um fator que agitava a academia, em meados dos anos sessenta, era a iminente reforma universitária.¹⁰²

⁹⁷ Sanfelice, op. Cit p. 113.

⁹⁸ Sanfelice op. Cit. p.113.

⁹⁹ Poerner, 1979: 274-279, in Sanfelice op. Cit. p. 114.

¹⁰⁰ Sirkis, Alfredo. *Os Carbonários: Memória da guerrilha perdida*. Global. Rio de Janeiro. 1994. p. 45

¹⁰¹ Op. Cit. Depoimento de Wladimir Palmeira ao Projeto de Memória do Movimento Estudantil.

¹⁰² Disponível em <<http://www.medicina.ufrj.br/noticias>> acesso em 15/12/2013.

Este caso de grave violação do espaço acadêmico denota as futuras violações que virão nos anos posteriores em relação ao movimento estudantil e a oposição organizada ao regime militar.

1.17 A conjuntura da política estudantil do pré-AI-5

Existia uma afirmação do novo sobre o velho. O PCB, com sua postura de dizer não à luta armada e de prosseguir na aliança com a proposta burguesia progressista e democrática, sofrera uma série de defecções no período posterior ao Golpe Militar de abril de 1964, sempre sobre a forte pressão do avanço mundial da revolução. Do PCB surgiu uma série de grupos que criticavam o seu imobilismo e reformismo, apresentando-se como a nova esquerda, em relação à velha esquerda. Jamais se procedeu, porém, em uma rediscussão estrutural das posições político-ideológicas hegemônicas no período anterior no PCB.

As novas organizações de esquerda revolucionárias, entre elas os *rachas* do PCB, à exceção das de orientação trotskistas, indicavam a necessidade de preparação da luta armada para enfrentamento dos militares e a imposição da nova ordem no país. Outros setores de esquerda, como o PCB, apontava como alternativas ao enfrentamento guerrilheiro ao regime militar a mobilização de um amplo frente pluriclassista pela democracia.

Nos anos entre 1964 e 1968, os estudantes universitários, em número diminuto em relação à população, pertenciam majoritariamente às classes médias brasileiras. Os líderes estudantis deste período eram em sua grande maioria pertencentes a pequena burguesia brasileira. Ao contrário, o movimento secundarista possuía já extração profundamente plebeia. Por diversos anos, a Ação Popular, foi corrente majoritária na UNE e na UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), quando conquistou a ampla liderança posteriormente ao Golpe de 1964.

Segundo Reis, as motivações das ações estudantis tinham duas bases: as propostas políticas gerais, relacionadas com a sociedade, e as demandas pontuais e imediatas do universo estudantil.

Então, eu diria que, já desde de 1964, você tem esses dois universos que às vezes confluíam, mas às vezes, a meu ver, se mantinham relativamente separados: o universo das propostas políticas mais gerais para a sociedade brasileira, que

empolgava as lideranças, e o universo das reivindicações imediatas dos estudantes, que era, de modo geral, não muito estimado pelas lideranças políticas.¹⁰³

Assim como existiam estas duas posições nas palavras de ordem e nos discursos, existiam duas posições a serem tomadas em relação ao enfrentamento a ditadura. A via pacífica ou a luta armada. Estas questões, assim como qual deveria ser o modelo revolucionário que deveria ser utilizado pela AP são os temas que exigirão uma tomada de posição.

1.18 O debate teórico e ideológico de 1967

Com o desenvolvimento do processo da ditadura militar, a AP propõe-se a uma reorientação ideológica, buscando superar seu passado pequeno-burguês e inserir-se enquanto partido revolucionário de inspiração marxista.

Desde sua origem na JUC, até então sua, a formação da AP era relativamente eclética. Neste aspecto o Documento base, de 1963, e a Resolução Política, de 1965, não definiam modelo e postura revolucionárias claras a ser assumido. No documento de 1967, percebe-se uma clara crítica ao idealismo do período anterior, renegando-se as fontes do pensamento humanista cristão que eram base do pensamento da esquerda da JUC e no início da AP.

Pedir de menos seria negar a necessidade de centralizar o debate no estudo do marxismo, e pretender estudar, ao mesmo tempo, o pensamento de Teilhard Chardin, Emanuel Mounier, Bertrand Russel etc. (...). Na etapa atual, para que se possa chegar a resultados coerentes e inclusive preparar etapas futuras, é necessário considerar o estudo crítico do marxismo como eixo e princípio ordenador da discussão.¹⁰⁴

Os desdobramentos da proposta do Debate acirram as posições, formando-se internamente duas tendências. Uma, defendia o *modelo chinês* e a outra, o *modelo cubano* de revolução. A primeira ficou conhecida como “Corrente 1” e a segunda, como “Corrente 2”.

No curso desse debate, a influência das revoluções chinesa e cubana não correu de forma híbrida, como na RP (Resolução Política). Essa influência se particularizou em cada uma das duas alas em que a AP se dividiu no processo, cada qual apresentando postulados sobre a caracterização da sociedade brasileira e sobre os caminhos para a revolução. Em 1968, prevaleceram as posições da “Corrente 1”, de linhagem maoísta e adepta da estratégia da guerra popular prolongada. Os membros

¹⁰³ Entrevista Daniel Aarão Reis ao Projeto Memória do Movimento Estudantil.

¹⁰⁴ AÇÃO POPULAR. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, 1967.p.14 in DIAS, Reginaldo Benedito. Como a Ação Popular escreveu e reescreveu o sentido de sua história. Revista Espaço Acadêmico nº 84 on-line. Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84dias.pdf>>. Acesso em 03/05/2012.

da “Corrente 2”, próximos da influência da revolução cubana, foram expulsos. No que diz respeito à atualização da identidade da AP, as duas correntes, formalmente, romperam com suas origens e tentaram refunda-la, cada qual a seu modo, como uma organização marxista-leninista. As divergências diziam respeito a qual marxismo aderir. Ambas correntes pretendiam superar a “velha” AP, tida como pequeno-burguesa eclética e idealista, em nome do marxismo-leninismo.¹⁰⁵

Deste processo, emergiu a busca por uma afirmação enquanto um partido proletário e revolucionário. O processo de inserção na produção, como forma de proletarização política e social da organização, se acentuaram após o AI-5. Elas jamais se processaram em Passo Fundo.

No início do ano de 1967 ocorre o início da vigência da nova constituição promulgada pelos militares. A forma de eleição indireta do Presidente da República é um dos traços reacionários desta Carta Magna. Esta constituição, também, possuía um caráter centralizador do executivo federal excluindo de “apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964 (...)”¹⁰⁶. Esta nova disposição constitucional prepara as ações de acirramento da repressão no final de 1968.

1.19 Assassinato de Edson Luiz

O estopim fundamental para as manifestações de 1968 foi o assassinato do estudante secundarista Edson Luiz. Na noite de 28 de março de 1968 após uma manifestação por melhorias na assistência estudantil no restaurante Calabouço, que servia alimentação para os estudantes. O Jornal Diário da Manhã descreveu assim os fatos.

Grave incidente verificou-se a porta do restaurante dos estudantes nas imediações do Aeroporto Santos Dumont ocasião em que ocorreu um conflito entre elementos da polícia militar e estudantes.

Vários disparos foram feitos causando a morte de um estudante e de um funcionário do INPS.

O estudante morto foi identificado como Nelson [Edson] Luiz de Lima Souto, de 17 anos de idade natural do Estado do Pará.

O funcionário do INPS morto a Bala foi João Dutra Frasão.

Os estudantes levaram o corpo do seu colega a Assembleia Legislativa do Estado.

Segundo testemunhas, os incidentes começaram com uma tentativa de manifestação contra a condição do restaurante.

No caminho para a Assembléia legislativa os estudantes apedrejaram as vidraças da embaixada norte-americana.¹⁰⁷

¹⁰⁵ DIAS, Reginaldo Benedito. **Como a Ação Popular escreveu e reescreveu o sentido de sua história.**

p.2.Revista Espaço Acadêmico nº 84 on-line. Disponível em :

<<http://www.espacoacademico.com.br/084/84dias.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2012.

¹⁰⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 apud Sanfelice op. Cit. p. 117.

¹⁰⁷ Jornal Diário da Manhã 29 de março de 1968.

Esta ação gerou grande comoção nacional. Os estudantes velaram o corpo do colega morto na Assembléia Legislativa e impediram que este fosse retirado, pois temiam pelo seu desaparecimento por parte dos militares. As palavras de ordem dos estudantes foram no sentido de sensibilizar a sociedade brasileira. Escreveram nos cartazes “mataram um estudante poderia ser seu filho”.

A comoção pela morte do estudante Edson Luiz gerou grande impacto na sociedade Brasileira gerando manifestações em diversas cidades do Brasil.

1.19.1 Passeata dos Cem Mil

A Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968 foi um dos pontos altos das manifestações contra a ditadura militar no período anterior ao AI-5. Mostra um claro desgaste dos militares perante a opinião pública brasileira.

O Jornal Diário da Manhã do dia da manifestação em sua capa trazia o clima vivido pelo Brasil nestes dias “O governo da Guanabara autorizou a passeata estudantil das 11 horas de hoje, da qual participarão também padres e freiras, mas advertiu que 30 mil homens estarão nos quartéis para reprimir qualquer violência”¹⁰⁸.

Percebe-se o clima de liberdade vigiada. E uma extrema preocupação dos militares nas possíveis consequências destas ações. Esta passeata ocorreu sem repressão.

Além do Rio de Janeiro ocorreram manifestações em todo Brasil¹⁰⁹. Podem-se destacar as manifestações ocorridas na capital dos gaúchos. Na mesma reportagem de capa é relatada a ação de repressão policial ocorrida em Porto Alegre no dia anterior.

A Brigada Militar reprimiu violentamente ontem em Porto Alegre as tentativas de manifestações no centro da capital.

Diversos manifestantes foram presos com os Pedro e Paulo espancando numerosas pessoas na Praça Parobé.

As ações dos Pedro e Paulo voltaram-se principalmente contra a imprensa, sendo agredidos seis jornalistas e fotógrafos, inclusive com cassetetes, quando documentavam os acontecimentos. Eram, principalmente, profissionais do “Correio do Povo” e “Zero Hora”.

Os jornalistas foram medicados em pronto socorro particular. Munidos de fuzis e baionetas caladas, os brigadianos cercaram o Palácio Piratini e impediram a aproximação dos manifestantes.¹¹⁰

¹⁰⁸ Jornal Diário da Manhã do dia 26 de junho de 1968.

¹⁰⁹ Jornal Diário da Manhã do dia 26 de junho de 1968.

¹¹⁰ Jornal O Nacional de 26 de junho de 1968.

Nos dias seguintes as manifestações prosseguiram. Os militares perdiam o apoio popular dos dias do golpe de 1964. No dia 4 de Julho ocorreu a chamada Passeata dos 50 Mil no Rio de Janeiro segundo o site de Vladimir Palmeira “A passeata reuniu mais de 50 mil pessoas e parou as ruas do centro do Rio de Janeiro por cerca de sete horas”¹¹¹.

No mesmo sentido ocorrem manifestações em outros locais do país. O Jornal O Nacional anuncia as manifestações que ocorrerão naquele dia “Em Porto Alegre estudantes, padres e outros setores realizarão passeata hoje a tarde. O General Ibá Ilha Moreira reuniu-se ontem a tarde com os seus auxiliares, para examinar as medidas de repressão a passeata estudantil de hoje”¹¹².

1.20 O Congresso da UNE de Ibiúna

A eleição pela direção da UNE em 1968 seria muito disputada. Todos os votos seriam importantes. Os dois principais grupos que disputavam a presidência da UNE eram a AP, liderada na época por Travassos, e a DI (Dissidência do PCB, especialmente no Rio e São Paulo), que tinha como principais representantes José Dirceu e Vladimir Palmeira. Esse grupo apontava para a luta armada imediata.

O candidato da Ação Popular era Jean Marc Von Der Weid. Posteriormente, Jean Marc entendeu que a vitória da “dissidência” na escolha pelo local da realização do Congresso marcou definitivamente os rumos da UNE, do Movimento Estudantil e do futuro enfrentamento da luta contra a ditadura já que, após o desfecho trágico do Congresso, a direção da UNE foi presa e grande parte da estrutura dos militantes universitários do Brasil foi fechada pela polícia. Uma posição parcialmente correta, já que não incorpora o refluxo do movimento social e, portanto, universitário, devido em partes à expansão econômica que se sucederia, a partir dessa ano – Milagre Brasileiro.

Em defesa da proposta de realizar um congresso de tal magnitude, em forma clandestina, no interior de São Paulo, destaque-se que havia o medo do mapeamento geral da militância estudantil, o que ocorreu, de fato, em forma geral e minuciosa, após a queda do congresso. Após os sucessos, correu o boato da despreocupação das organizações voltadas para a luta armada com a queda do congresso, o que, se ocorresse, terminaria com as ilusões sobre os meios pacíficos de luta, realidade jamais confirmada documentalmente.

¹¹¹ Disponível em <www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_4html>. Acesso em 24/07/ 2013.

¹¹² O Nacional 4 de julho de 1968.

Eu e o Luís Travassos fizemos e panfletamos uma proposta de realização no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Ali era uma espécie de área liberada, e a idéia era fazer no CRUSP e aberto. Dava para mobilizar a Ordem dos Advogados do Brasil e todos os estudantes para fazer um negócio tão grande que seria difícil para a repressão cair em cima.¹¹³

Porém, para buscar manter a unidade do Movimento Estudantil Universitário, o grupo ligado à AP, liderado por Travassos (Presidente da UNE), recuou e aceitou a ideia defendida pelo grupo de oposição a direção da UNE. O que registra, igualmente, falta de confiança em sua posição, pelo setor majoritário da UNE, no caso, a AP.

Com a “queda” do Congresso da UNE de Ibiúna se confirmam os temores dos militantes da AP. Este é o último dos grandes atos do movimento estudantil nacional antes do AI-5.

Após esta ação alguns atos de grupos militantes revolucionários como o seqüestro do embaixador americano são usados de pretexto para os militares “linha dura” construírem o período mais duro da ditadura simbolizado pelo AI-5.

Inicia-se, com o AI-5, uma das mais sombrias fases da história recente do Brasil. Esta conjuntura gerou muitas feridas. Muitas aparentes e muitas na alma.

O Capítulo 2 irá tratar da formação da Ação Popular no movimento universitário de Passo Fundo. Para isso tratará de elementos que deram fundamento para a existência desta organização, sua forma de atuar no movimento estudantil, as manifestações contra a Ditadura e seu declínio no período posterior ao AI-5.

¹¹³Disponível em <www.zedirceu.com.br/> Acesso em 07/01/2011.

2 A AP EM PASSO FUNDO

Existe uma dificuldade em especificar uma origem da Ação Popular na cidade de Passo Fundo. Diversos motivos contribuem para isso. Especialmente a falta de registros escritos das ações desenvolvidas. E pelo caráter clandestino da organização no período posterior ao Golpe Militar.

Mas segundo os diversos depoimentos colhidos podemos afirmar que um dos fundamentos da origem desta organização tenha ocorrido, como foi nacionalmente, pelo desenvolvimento das organizações especializadas da Ação Católica, especialmente a JEC e JUC.

Segundo Alcides Guareschi¹¹⁴, na época assistente da JEC (Juventude Estudantil Católica), ramo especializado secundarista da Ação Católica. Em Passo Fundo, existiu um núcleo efetivo da Ação Popular, especialmente na nascente universidade, formado por estudantes em geral oriundos da JEC e JUC. Em verdade, a influência da Ação Popular nessa cidade do norte do Rio Grande do Sul estava circunscrita a universidade e a poucos eletricitários da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), visto que Miguel Rocha¹¹⁵ e por um breve período Gilberto Borges¹¹⁶ trabalharam nesta empresa. Fora esses, existiam pouquíssimos contatos, sempre não públicos.¹¹⁷

Passo Fundo era um pólo local regional na década de 1960. É nesse período que se consolida como um grande centro médico¹¹⁸ cultural¹¹⁹ e especialmente educacional com a criação da Sociedade Pró-Universidade¹²⁰. No processo de desenvolvimento que o país experimenta desde os anos 1950 Passo Fundo se torna uma cidade de referência regional. Onde as pessoas das diversas cidades da região recorrem a ela para buscarem serviços mais especializados.

No aspecto educacional a cidade deu um grande salto com a criação da SPU na qual reforça esta característica de polo educacional. Atraindo para a cidade um contingente ainda maior de jovens para o ensino superiormente.

¹¹⁴ Entrevista Pe. Alcides Guareschi a Nilton de Oliveira em setembro de 2009.

¹¹⁵ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em julho de 2013.

¹¹⁶ Entrevistas Juliane Borgesa Nilton de Oliveira em março de 2013.

¹¹⁷ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em setembro de 2010.

¹¹⁸ DAMIAN, Marco Antônio. Artigo publicado na página da Sociedade Brasileira de História da Medicina. Disponível em : <<http://www.sbh.org.br>>. Acesso em 10 de dez. de 2012.

¹¹⁹ DAMIAN, Marco Antônio. Artigo publicado na internet no Projeto Passo Fundo. Disponível em : <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em 10 de dez. de 2012.

¹²⁰ BENVENEGUÉ, Sandra Mara. Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra. 2006. Dissertação de Mestrado UPF. p. 191.

No aspecto de comunicação¹²¹ já contava na época com dois jornais diários relativamente bem estruturados e com uma rádio municipal.

Na década de 1960 Alcides Guareschi conta que a JUC em Passo Fundo foi muito ativa. Estava vinculada ao Movimento de Educação de Base (MEB), que tomou um grande impulso no período do governo de João Goulart. As aulas eram transmitidas nacionalmente via rádio, seguindo o método de alfabetização de adultos construído por Paulo Freire. Os militantes da AP faziam grupos de estudos especialmente nas paróquias onde eram vinculados, na perspectiva de promover a conscientização política da realidade e a alfabetização. Este trabalho era realizado especialmente na diocese. Chegou-se a estabelecer um trabalho de alfabetização de adultos nos bairros de Passo Fundo por volta de 1961 na comunidade de Santa Teresinha.¹²²

Regionalmente, neste período, a JUC tinha uma postura mais voltada para a espiritualidade, tanto que a eleição do primeiro presidente jucista da entidade maior dos estudantes brasileiros foi recebida sem sobressaltos. Denotava que a JUC era uma entidade muito ampla e quando se unia sua força era muito grande. Era um período de busca de transformações, sem que houvesse clareza sobre elas e como seriam feitas. Colaborou para a o estabelecimento desse processo a construção do documento conhecido como Ideal Histórico, no congresso da JUC de 1960, fortemente influenciado por pensadores sociais cristãos. O documento apresentava a necessidade do enfrentamento dos cristãos com os elementos históricos ou terrenos e não mais apenas transcendentais. O método da Ação Católica deste período já apontava para um engajamento social, pois tinha como palavras chaves: ver, julgar e agir.

Como vimos, o documento Ideal Histórico foi fundamental para a JUC e para AP quando do seu surgimento até sua aproximação com o marxismo, no processo gradativo de mudança de visão puramente religiosa do mundo para ação política. As mudanças gradativas na JUC apoiaram o surgimento da AP. As mudanças políticas do período provocaram mudanças na AP no sentido na constituição de um partido socialista e depois maoísta, como também proposto.

A JUC em Passo Fundo era uma pequena organização de lideranças leigas da Igreja Católica que não excedia as 20 pessoas¹²³, com característica fundamentalmente juvenil.

¹²¹DAMIAN, Marco Antônio. Disponível em <www.projetopasso fundo.com.br> acesso 15/12/2012.

¹²² Entrevista Pe. Alcides Guareschi a Nilton de Oliveira em setembro de 2009.

¹²³ Entrevista Pe. Alcides Guareschi a Nilton de Oliveira em setembro de 2009.

2.1 As características do ensino superior em Passo Fundo

A universidade em Passo Fundo surgiu da conjugação de diversos fatores que resultaram na Universidade de Passo Fundo (UPF), a característica comunitária de caráter regional, através da junção das diversas entidades de ensino superior existentes na cidade¹²⁴. Para esse processo contribuíram especialmente a Sociedade Pró-Universidade (SPU) e Consócio Católico. Um empreendimento que se deu no contexto de fortes disputas políticas e grandes esperanças para a comunidade da cidade regional¹²⁵.

Pe. Alcides Guareschi lembra que existia um forte debate sobre os rumos da nascente Universidade de Passo Fundo¹²⁶. As tensões se polarizaram especialmente entre o grupo que era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha César e Reissoli Santos como as figuras mais destacadas, e o grupo de Mário Menegaz, que sai do PTB indo para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Menegaz foi prefeito de Passo Fundo entre os anos de 1964 e 1969. O MTR era uma defecção à direita do PTB, comandada por Fernando Ferrari¹²⁷, forte especialmente no RS. Após este setor da política se vinculará a ARENA. Dando sustentação política à ditadura.

O grupo dos irmãos Santos, por serem lideranças públicas do PTB, perdeu força com o golpe militar de 1964, sobretudo em relação ao Governo Federal, sendo destituído da direção da Sociedade Pró-Universidade (SPU) em abril de 1964. É igualmente importante assinalar os movimentos contraditórios da imprensa de Passo Fundo. O Jornal Diário da Manhã, notadamente vinculado a posições contrárias ao trabalhismo, defendeu César Santos, então presidente do PTB, nos episódios da disputa pelo controle do ensino superior de Passo Fundo. Ao contrário, o jornal O Nacional, trabalhista e progressista, dirigido na época por Múcio de Castro, aproxima-se das posições do grupo de Mário Menegaz.¹²⁸ As tensões surgidas em torno do projeto mobilizaram não só a comunidade acadêmica, mas os meios políticos da cidade.

¹²⁴ O Nacional 10 de maio de 1967. Artigo Alcides Guareschi.

¹²⁵ BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação de Mestrado UPF. p. 191.

¹²⁶ GUARESCHI, Helydo Alcides. *UPF, que horas são?: Alcides Guareschi e Ivaldino Tasca*. Passo Fundo: Aldeia Sul Editora, 2002. p.19

¹²⁷ BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação de Mestrado UPF. p. 170.

¹²⁸ BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação de Mestrado UPF. p. 218 e p. 221.

A disputa gerou fatos pitorescos, como a tentativa de retomada da direção da SPU pelos irmãos César e Reyssoli Santos e seu grupo de apoiadores, em 2 de fevereiro de 1967¹²⁹, quando a maioria dos membros daquele organismo estava em férias. As reações contrárias ao *golpe* ocorreram sob a direção do prefeito Mário Menegaz que orientou, no dia seguinte, que os funcionários e as máquinas da prefeitura municipal obstruíssem as ruas de acesso a SPU.

¹³⁰ A situação causou imenso comentário na cidade.

Outro desdobramento pitoresco dessa disputa foi a decisão do prefeito municipal de decretar Luto Oficial no Município, devido a tentativa de retomada da direção da SPU, no dia seguinte ao fato¹³¹. Esses fatos causaram grande confusão na cidade, na comunidade acadêmica e nas esferas legais, tanto que a direção da SPU chegou a ficar sob a tutela do delegado de polícia da época¹³².

Os estudantes, enquanto membros de processos organizados – DA's, DCE – não participou da disputa. Segundo depoimento de Carlos Alceu Machado estas eram esferas diferentes de debate. Segundo militantes da época identificados com o pensamento de direita e de esquerda do movimento estudantil, os estudantes observavam aquelas movimentações, mas não tinham sua pauta de ação motiva por elas¹³³.

Preocupavam-se fundamentalmente com o andamento de seus cursos e com a possibilidade de manutenção da instituição conforme nota publicada pela presidente do DAJCM da gestão 1965-1966, Suria Chedid que afirma em parte da nota

Estivemos e estaremos sempre alertas, no sentido de que o currículo escolar seja cumprido, os exames de segunda época e vestibulares realizados, dentro de um clima de tranquilidade e segurança, evitando qualquer prejuízo de centenas de acadêmicos, envolvidos por injunção de circunstâncias.¹³⁴

Poucas ações são destoantes desta perspectiva nestas poderíamos citar a proposição de Miguel Rocha em 1967 que propôs a aprovou em assembleia do Diretório Acadêmico Santo Agostinho a seguinte moção:

Nós acadêmicos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Passo Fundo, como parcela esclarecida da população, e consciente de nossas responsabilidades, para com o desenvolvimento do ensino superior de nossa terra, tomamos a liberdade de

¹²⁹ O Nacional 6 de fevereiro de 1967.

¹³⁰ Atual Campus II da UPF.

¹³¹ O Nacional 6 de fevereiro de 1967.

¹³² O Nacional 7 de fevereiro de 1967.

¹³³ Nota emitida pela Presidente do DACJM, Suria Chedid, em 16 de fevereiro de 1967; Entrevista Carlos Alceu, Argeu Santarém e Ivaldino Tasca.

¹³⁴ Diário da Manhã dia 17 de fevereiro de 1967.

nos dirigir as Autoridades Públicas, Professores, Industriais, e ao Povo em Geral para manifestar-lhes nossos anseios, nossas aspirações no sentido da criação da Universidade do Planalto.

Solidarizamo-nos com aqueles que compreendendo a necessidade de uma verdadeira união dos Passofundenses com o fito de criar a Universidade, não medem esforços para alcançarem o nobre objeto. Precisamos da Universidade do Planalto.

Assim sendo acreditamos que só existe uma atitude sadia. Só existe uma posição construtiva. E nesta posição não haveremos de encontrar nem interesses pessoais, nem querelas do passado. Considerando dados objetivos que nos cercam, nós, acadêmicos da Faculdade de Filosofia, não compreendemos como os interesses de todos os estudantes e conseqüentemente de toda uma região possa ser relegada a segundo plano. Baseados nisso conclamamos a todos os Passofundenses para que esqueçam os conflitos passados e cerrem fileiras em torno da CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO.¹³⁵

A intenção da nota é buscar que os dois grupos que disputavam o controle do ensino superior de Passo Fundo pudessem unir forças para a conquista da Universidade. Uma nota ousada para o nível de enfrentamento entre os dois grupos políticos, como foi relatado anteriormente.

2.2 O processo de construção de uma liderança

Alda Fortes¹³⁶, natural de Tenente Portela, local de forte atuação política de orientação brizolista, foi uma das primeiras pessoas que iniciaram o trabalho efetivo da AP em Passo Fundo. Sua participação no movimento estudantil começou na JEC, em Ijuí, na Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, entre os anos de 1958 e 1963. Sob a orientação de professores e dos padres capuchinhos teve intensa participação política. Participou do Movimento de Educação de Base (MEB), mesmo sendo estudante secundarista. Importante notar a participação de militantes da AP neste movimento. Sendo o Brasil na década de 1960 um país com altos índices de analfabetismo. Entendia-se que o acesso a educação levaria a um processo de tomada de consciência da população.

Os processos de alfabetização estavam vinculados necessariamente ao processo de politização. No método usado pelo MEB, o método Paulo Freire, a relação entre alfabetização e politização era indissociável. Desta forma a ação educacional era uma ação de militância, de construção de uma nova sociedade.

Outro aspecto importante, que foi potencializado pela UNE, foi o entendimento que o acesso a arte era fundamental. Mas não deveria ser qualquer arte. A arte era entendida como elemento de construção de consciência ou de construção de alienação. Desta forma era a

¹³⁵ Diário da manhã 5 de Julho de 1967.

¹³⁶ Entrevista Alda Forte a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

construção de CPC's em diversos estados do Brasil e até mesmo em cidades como Ijuí onde Alda Fortes era uma figura muito ativa faziam parte da paisagem desta época. Haviam, especialmente, peças de teatro, músicas, que eram apresentadas para a comunidade da cidade, sempre buscando construir algum elemento de consciência social.

Essas ações tiveram consequências, como relata Fortes:

Em 1963, devido à intensa participação política do nosso grupo, as freiras, por medo do comunismo, mudaram a orientação, fecharam o internato e eu e outras colegas fomos 'convidadas a mudar de ares', como disse a Irmã Margarida – Diretora da escola – para meu pai, quando me mandou embora. Com isso, com muitos choros e dor, nosso grupo foi dispersado: para Santo Ângelo, para Santa Maria e eu, para Passo Fundo, onde meu pai tinha parentes que me acolheram.¹³⁷

Em 1965, Alda Fortes iniciou a Faculdade de Filosofia em Passo Fundo, continuando sua participação nos grupos de Ação Católica especializada e, portanto, na JUC¹³⁸. Como vimos, a vinculação entre o cristianismo e a ação política era muito forte na JUC e na AP, produto da leitura de um socialismo humanista e do evangelho como um instrumento de transformação da realidade.

Lembra Fortes:

[...] minha participação nos grupos de ação católica sempre teve um conteúdo político e social muito intenso. O mandamento do Evangelho: 'se tens dois casacos, dá um pra teu irmão', para o nosso grupo, tinha um sentido não de caridade assistencialista, mas de busca de justiça social. Era uma forma de cristianismo profundamente engajada. Com o golpe militar, as reuniões para debate político adquiriram um cunho mais sério e de maiores riscos, em pequenos grupos, mais comprometidos e de maior confiança.

Sua participação no movimento estudantil foi algo natural. As ações do movimento estudantil durante 1965 eram tímidas, tanto nacionalmente como localmente, mas foram se acentuando em 1966.

Em Passo Fundo, existiu igualmente uma forte relação entre a AP e a JUC. A JUC era mais aceita, seus coordenadores e dirigentes tinham a possibilidade de se apresentar com maior facilidade para a sociedade. Os membros da JUC que faziam parte da AP compunham um grupo mais fechado, que mantinham as reuniões e discussões mais resguardadas. Argeu Santarém lembra que mesmo entre os membros da AP, nem todos sabiam quem era efetivamente da organização. Segundo ele, havia dois núcleos da AP no ensino superior de

¹³⁷ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

¹³⁸ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

Passo Fundo¹³⁹. Esta forma de organização era prática utilizada, com maior ou menor rigidez, por todas as organizações de esquerda da época.

Foi um tanto conturbada a entrada de Alda na AP propriamente dita. Esta situação faz parte das tipicidades no período anterior ao AI-5.

Neste período, [meados da década de 1960] eu fui a Porto Alegre participar de um seminário da JUC (não lembro o ano) e, lá, tive que me deslocar para um encontro secreto da AP porque não veio a pessoa que deveria participar por Passo Fundo. Este encontro, lembro, foi coordenado pelo Gilberto Bossle [candidato a presidência da UEE-RS em 1965]¹⁴⁰, acho que era da economia da UFRGS. Lembro que fiquei numa ‘saia justa’ porque voltei para PF sem saber nada do que havia ocorrido no seminário da JUC para o qual eu fora delegada e não podia falar sobre o encontro da AP...¹⁴¹

Esta vinculação não era vista como uma “instrumentalização da JUC”, mas como algo natural, nascida da consciência da necessidade de uma maior participação política. Pelo menos para Alda Fortes, referência da AP na região, não havia uma graduação necessária na qual a AP era o degrau mais alto e a JUC o mais baixo no processo evolutivo de militância. Mostra desta postura está em sua ação após sua saída de Passo Fundo:

Retornei para minha cidade – Tenente Portela - no ano de 1967 e fiz o último ano da Filosofia sem frequência. Continuei ligada à política estudantil, cursei ainda mais uma disciplina em Ijuí com o Dinarte Belato e participei de um Encontro Nacional da JUC em Petrópolis (RJ), penso que em 1968. Neste seminário, conheci o Pe. Henrique, assessor de D. Hélder Câmara, que logo depois foi assassinado em Pernambuco.¹⁴²

O agir era algo premente, somente a reflexão não levaria a revolução. Segundo Ivaldino Tasca¹⁴³ e Argeu Santarém¹⁴⁴, Alda Fortes foi o pilar e um dos elementos motivadores do crescimento da Ação Popular na SPU. Era Alda que fazia a relação entre os diversos cursos e militantes na instituição. Conduzia as reuniões e encaminhava o processo político. Tanto que a AP teve seus melhores anos no ensino superior de Passo Fundo em 1967 e 1968, como fruto do seu trabalho.

¹³⁹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

¹⁴⁰ Correio do Povo 01/09/1965 p.6. in artigo publicado no XI Encontro Estadual de História. FURG 2012. Autores: LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. E Konrad, Diorge Alceno. Entre apoios e resistências: o golpe civil-militar e o movimento estudantil em Santa Maria. www.eeh2012.anpuh-rs.org.br Acesso em dezembro de 2012.

¹⁴¹ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

¹⁴² Entrevista Alda Forte a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

¹⁴³ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

¹⁴⁴ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

Sua liderança e sua preparação teórica incentivavam a participação na política estudantil. A eleição da Alda Fortes para o Diretório Acadêmico da Filosofia [na SPU] em 1966 aumentou ainda mais esta liderança. Segundo Tasca “Todos nós (da AP) éramos apaixonados pela Alda”.

Esta leitura da importância de Alda Fortes não era compartilhada por todos os ativistas do movimento estudantil universitário de então. Jabs Paim Bandeira¹⁴⁵, militante do movimento estudantil da época, segundo sua definição mais vinculado a ideologia de direita, via Alda como bastante atuante, mas não a via como a maior referência no movimento estudantil. Entende que ela teve, possivelmente, uma função mais motivadora e organizadora interna.

2.3 AP em Passo Fundo – Origem na JUC

A grande maioria dos estudantes haviam se deslocado para Passo Fundo, não sendo oriundos de famílias de longo passado na cidade. É o caso de Alda Fortes¹⁴⁶, que cursou seu ensino secundário (atual ensino médio) em Ijuí, tendo suas raízes familiares na cidade de Tenente Portela. Argeu Santarém era da cidade de Marau; Ivaldino Tasca se deslocou com sua família de Palmeira das Missões para Passo Fundo; Miguel Rocha também não tinha origem na cidade e Gilberto e João Borges eram originários da localidade do Capingui, interior de Passo Fundo¹⁴⁷. O único pertencente a alguma família da cidade era Carlos Alceu Machado.

Sob o aspecto das origens religiosas dos diversos militantes da AP, percebe-se claramente a influência católica, por ser a JUC a origem fundamental da AP em Passo Fundo. Nos primeiros anos da década de 1960, os militantes eram majoritariamente oriundos da relação com a Igreja Católica. A origem era os grupos de jovens da igreja e depois se vinculavam aos setores especializados. Porém, a compreensão da religiosidade vai sofrendo uma alteração, acompanhando a alteração que ocorre simultaneamente na ação política no seio da AP.

Outra contribuição religiosa foi a entrada de estudantes protestantes na AP de Passo Fundo. Segundo depoimento de Ivaldino Tasca, existiam estudantes protestantes vinculados a AP, que defendiam o socialismo, sem concordar com o elemento católico na constituição ideológica da AP. Este era o caso de Miguel Rocha, uma das figuras mais importantes da AP

¹⁴⁵ Entrevista Jabs Paim Bandeira a Nilton de Oliveira em Setembro de 2010.

¹⁴⁶ Entrevista a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

¹⁴⁷ Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

em Passo Fundo. Segundo Tasca Miguel era um quadro mais velho e mais preparado, tinha mais leitura teórica¹⁴⁸.

Santarém lembra: “Este concordava com todos os elementos políticos da AP, mas quando eram debatidos os elementos do catolicismo”, provenientes da vinculação da origem na ação especializada da Ação Católica¹⁴⁹ “não havia concordância”¹⁵⁰. Esta postura representa momento no processo de transição que a AP vivia neste período.

Havia, também, aqueles que não eram religiosos. Como era o caso de João e Gilberto Borges não vieram de JEC e não eram ligados aos movimentos católicos. “O Gilberto sempre se declarou ateu, em nenhum momento teve qualquer desrespeito a qualquer tipo de crença, mas sempre se declarou ateu”¹⁵¹

Gilberto que fora ligado ao movimento estudantil desde o período do movimento secundarista na direção do Grêmio Estudantil do CENAV e na direção da UPE. “Gigi” como era conhecido foi outra expressiva liderança da AP em Passo Fundo. Logo que entrara no ensino superior já buscou seu espaço na representação universitária se elegendo presidente do Diretório Acadêmico da Agronomia.

João Borges, irmão mais velho de Gilberto Borges fora Presidente o Diretório Acadêmico da Odontologia. Tomou decisões corajosas no movimento estudantil. Enfrentou ao lado dos seus colegas de diretórios acadêmicos as lutas apresentadas. Mas não era um militante do centro da direção da AP em Passo Fundo. Era uma das pessoas de confiança da organização.

2.4 Debates ideológicos

Quando a AP fez o debate sobre o foquismo, inspirado em Cuba e o maoísmo chinês os militantes de Passo Fundo participam do debate, Ivaldino Tasca propõe, sobre Passo Fundo e seu círculo de relações: “O debate girava entorno do modelo a ser seguido. De um lado exista o modelo cubano, que defendia a ideia do foco guerrilheiro. De outro lado houve circulação de documentos maoístas.”¹⁵²

Estas duas leituras provocaram nacionalmente acirrados debates internos na AP. O grupo que defendia as ideias maoístas tornou-se preponderante tendo o grupo discordante se

¹⁴⁸ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em julho de 2013.

¹⁴⁹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

¹⁵⁰ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

¹⁵¹ Entrevista Juliane Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

¹⁵² Entrevista Ivaldino Tasca concedida a Nilton de Oliveira em abril de 2010.

afastando da AP e fundando outra organização, o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) sob a liderança de Pe. Alípio de Freitas¹⁵³.

Em Passo Fundo, os estudantes ligados a AP, vinculam-se a linha majoritária da entidade, a vinculação a teoria maoísta. A luta armada já era uma opção clara: “A maioria de nós via a luta armada como forma de enfrentamento a ditadura militar.”¹⁵⁴

Conta Helenita Borges que na época Gilberto sempre “falava muito do Camarada Mao. Uma vez ele levou uns livros para um apartamento de um amigo”.¹⁵⁵

Denotando seu envolvimento com o centro da ideologia da AP na época. Assim como sua liderança em ações práticas como relata que certa vez Gilberto saiu de casa e não retornando por diversos dias deixou a família preocupada. Dias depois retorna de Brasília com uma pilha de jornais, provavelmente da AP, afirmando que tinha saído para comprar jornais. Helenita Borges também era acadêmica de Ciências Sociais na mesma época, mas não participava do centro dos processos estudantis.

Carlos Alceu Machado em seu depoimento¹⁵⁶ também afirma o debate sobre a luta armada e o entendimento corrente entre os militantes da cidade de que deveria ser esta a opção a ser tomada e a linha maoísta era a linha mais adequada.

Outro aspecto interessante desta transição ideológica era que, nos anos de 1967, a AP nacional deu como superada a discussão e sua vinculação com o socialismo humanista. Mesmo assim, em Passo Fundo parece que as antigas referências teóricas continuavam a ser referenciais de formação da militância, segundo o relato de Argeu Santarém “Tínhamos uma forte formação teórica, estudávamos Mounier, Maritain e outros pensadores.” O que poderia denotar, de certa forma, um processo de mudanças e permanências de processos de entendimentos ideológicos.

2.4.1 Detensões de Zelci Dall’Acqua e o depoimento de Alcides Guareschi

Um dos episódios que marcaram profundamente as ações estudantis de Passo Fundo no período anterior ao AI-5 foi a detenção do presidente do DCE do período de 1966 Zelcy Dall’Acqua. Segundo Ivaldino Tasca Zelci era avançado politicamente. “Mas principalmente

¹⁵³ Pe. Alípio, na época vinculado a AP, 1966, é indicado como o incitador do atentado a bomba no aeroporto dos Guararapes(PE) que gera dois mortos. A AP reprovava a ação e após Pe. Alípio funda o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

¹⁵⁴ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em julho de 2013.

¹⁵⁵ Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

¹⁵⁶ Entrevista Carlos Alceu Machado a Nilton de Oliveira em maio de 2010.

era um cara que ampliava para outros setores como a igreja católica. Era funcionário da SPU e tinha transito em amplos setores. Por conta disso foi escolhido como candidato a presidente do DCE pelo nosso grupo e venceu a eleição.”

Uma das ações do DCE foi chamar um debate entre os representantes dos dois partidos autorizados pela ditadura civil-militar a ARENA e o MDB. Esta ação teve graves consequências para o presidente do DCE.

Por um ato do comandante do exército na cidade de Passo Fundo o presidente do Diretório Central de Estudantes foi detido no “Quartel do Vinte”¹⁵⁷ para responder algumas perguntas. Pe. Alcides Guareschi nos relata esta situação no livro de entrevista a Tasca:

Em outubro de 1966 a situação política em Passo Fundo ficou muito confusa. O presidente do DCE, Zelcy Dall’Acqua, resolveu convidar alunos e professores para um debate político entre a Arena e o MDB. Aquele debate foi visto pelo comandante Grey Belles como um ato contra o governo revolucionário. Ele via comunistas por toda parte e, de modo especial, no meio universitário. Mandou prender o presidente do DCE, que, além de aluno da faculdade de direito, era também funcionário da faculdade de filosofia. Era o dia 10 de outubro. Na cidade correu o boato da prisão. À noite procurei-me o pai do Zelcy, angustiado porque o filho não aparecera em casa e ele tinha ouvido dizer que estava preso. Por telefone, entrei em contato com o quartel, buscando informações. Responderam-me que somente o comandante poderia falar sobre o assunto e que voltasse a telefonar no dia seguinte. Na manhã seguinte, a resposta foi que o comandante não estava. O que não era verdade, pois, naquela hora, chegou a minha sala o diretor da Faculdade de Direito...

IT: Era o Dr. Celso Fiori?

AG: Sim...Comunicou-me que “o comandante me telefonou e me aguarda para depor”. Entendi que não podia me calar diante da arbitrariedade por que conhecia a formação do Zelcy, incapaz de atividade subversivas. Naquela tarde, sem ter sido atendido, foi até o Jornal O Nacional e dei uma declaração denunciando a prisão do presidente do DCE e funcionário da faculdade como uma arbitrariedade. Foi publicada no dia seguinte, 13 de outubro, ao lado de uma nota do DCE.¹⁵⁸

Esta publicação no jornal enfureceu o comandante militar da cidade. Que ordenou a presença de Alcides Guareschi para prestar informações na sede do quartel.

No período das aulas do noturno os estudantes se organizaram para fazer uma manifestação contra a prisão do presidente do DCE. As manifestações foram antecedidas e precedidas por apagões da luz em todo o campus, em uma clara atitude de intimidar os estudantes. Mesmo assim se deslocaram para frente do quartel um grande número de estudantes para prestar solidariedade.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Nome que a população de Passo Fundo se referia ao então Regimento do Exército da cidade.

¹⁵⁸ GUARESCHI, Elydo Alcides. UPF, que horas são?: Alcides Guareschi e Ivaldino Tasca – 1ª Edição – Passo Fundo: Aldeia Sul Editora, 2002. p. 48.

¹⁵⁹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

Quando Pe. Alcides compareceu no quartel logo sentiu o clima da entrevista. Nas perguntas o comandante do exército em Passo Fundo demonstra o clima de perseguição vigente na época.

(...) - O senhor conhecedor da lei 4464 de 09/10/64, considera que os estudantes têm direito de desaprovar atos do governo?

- Considero que o universitário tem o direito de participar das discussões dos problemas do país e a liberdade de criticar o governo, contanto que a crítica seja feita com respeito a autoridade.

(...) - Porque o presidente do Diretório da Faculdade de Filosofia e o presidente do DCE, funcionário de sua faculdade assinaram manifesto clamando por liberdade de reunião?

- A resposta deve ser dada por eles.

- O Senhor sabe que é vedado aos órgãos de representação estudantil apoiar ausências coletivas e que o diretor da faculdade não pode se omitir ou favorecer o não cumprimento da lei, como aconteceu com o Dasa que apoiou o documento convidando para um colóquio político?

- Não aceito esta insinuação de que como diretor da faculdade tenha me omitido no cumprimento da lei.

(...) - No documento que lhe apresentei, assinado por Alda (presidente do DASA) e por Zelcy (presidente do DCE), que se diz orientada e tutelada por V. S. consta textualmente colóquio político entre as agremiações da Arena e MDB e universitários; portanto se caracteriza em português bem claro que se trata de ato entre políticos partidários que fariam propaganda política dentro da instituição.¹⁶⁰

O caráter das perguntas demonstra muito do momento político que era vivido pela comunidade de Passo Fundo e do Brasil da época. Mesmo sendo em um período anterior ao AI-5 as liberdades democráticas eram bem restritas.

Outro elemento importante a ser destacado foi a ampla repercussão deste acontecimento. Por obra do jornalista Tarso de Castro passofundense e um dos criadores do Jornal O Pasquim, radicado no Rio de Janeiro a notícia desta detenção arbitrária correu o Brasil e o mundo. Saindo inclusive no Le Monde de Paris¹⁶¹.

2.4.2 Tentativa de fechar o DCE

Neste período da prisão de Zelcy Dall Ácqua, houve uma assembléia geral dos estudantes, pressionada pelo grupo da direita, favorável aos militares, buscando fechar o DCE.¹⁶² O movimento buscava aproveitar-se do clima e da ausência do presidente eleito, devido à sua prisão, pedindo o fechamento do DCE, como medida para reencaminhar a

¹⁶⁰ GUARESCHI, Helydo Alcides. UPF, que horas são?: Alcides Guareschi e Ivaldino Tasca – 1ª Edição – Passo Fundo: Aldeia Sul Editora, 2002. p. 50

¹⁶¹ ALMEIDA, José Ernani. Denuncismo e Censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978. Passo Fundo: Méritos, 2006. P. 223.

¹⁶² Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

tranquilidade na faculdade¹⁶³. Os registros deste período nos jornais não existem, pois estes números foram recolhidos.

Outros aspectos que buscavam ser explorados pelo grupo contrário às atividades do DCE era de que o exercício da presidência do DCE estava com a estudante Maria Teresinha Susin. Esta era vinculada desde o movimento secundarista na UPE ao grupo de Paulo Pires¹⁶⁴ que era mais identificado com a ideologia de direita¹⁶⁵. Teresinha fazia parte do cotidiano da Igreja Católica, segundo Jabs Paim Bandeira¹⁶⁶. A assembleia ocorreu em um clima extremamente tenso. Surpreendentemente, Teresinha Susin, posicionou-se contrária ao fechamento do DCE. Segundo ela, “mesmo não sendo da mesma turma, eu admirava o trabalho deles, sua luta, seus ideais¹⁶⁷”. Após muita pressão de lado a lado foi decidido por votação que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) permaneceria aberto¹⁶⁸ e como órgão de representação dos estudantes universitários da cidade e da região.

2.5 O Movimento Estudantil sob vigilância

Segundo o depoimento de Guareschi¹⁶⁹, após o surgimento da AP, não era perceptível, entre os membros da JUC, quem se identificava e integrava a AP. Segundo ele, entre os membros da JUC existiam conversas sobre o tema, mas ele, como assistente, não intervinha.

No entendimento de Argeu Santarém havia “muito ‘dedo duro’ dentro da universidade”, já que os agentes do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] faziam o monitoramento das ações na universidade, especialmente do movimento estudantil. Havia alunos que gravavam as intervenções dos colegas em sala de aula¹⁷⁰. Esta revelação mostra o risco de manifestação mesmo em sala de aula neste período. Além do monitoramento dos alunos havia o monitoramento dos professores. Santarém revela que os professores também eram monitorados¹⁷¹. Em especial eram monitoradas as aulas do professor Eli Benincá e do professor Athos Rui Rodrigues da Silva.

¹⁶³ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

¹⁶⁴ Paulo Pires fora presidente da União Passosfundense de Estudantes, no começo da década de 1960 e, posteriormente, secretário municipal no Governo do Prefeito Mário Menegaz, do MTR. Aderiu ao golpe de 1964.

¹⁶⁵ Entrevista concedida por Paulo Pires por telefone a Nilton de Oliveira em outubro de 2010.

¹⁶⁶ Entrevista Jabs Paim Bandeira a Nilton de Oliveira em setembro de 2011.

¹⁶⁷ Entrevista Teresinha Susin concedida a Nilton de Oliveira em março de 2009.

¹⁶⁸ Entrevista Teresinha Susin concedida a Nilton de Oliveira em março de 2009.

¹⁶⁹ Entrevista Pe. Alcides Guareschi a Nilton de Oliveira em abril de 2010.

¹⁷⁰ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

¹⁷¹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

Padre Eli Benincá, ensinava filosofia. Iniciou suas atividades como professor de ensino superior vindo para Passo Fundo no ano de criação da UPF, em 1968. Assumiu desde o início de sua docência uma postura crítica e humanista. Por conta disso defendia posturas contrárias aos ideais da ditadura militar. Ele era tido por muitos dos membros da AP entrevistados como um grande amigo do movimento estudantil, que aconselhava os estudantes em diversos momentos. De certa forma, representava uma ponte da AP com seu passado “jucista”. Após esses anos ele permaneceu como professor na UPF. Foi coordenador do curso de filosofia na instituição, auxiliou diversos movimentos sociais. Atuou como pároco em diversas igrejas da cidade e na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Passo Fundo.

O professor Athos Ruy Rodrigues da Silva era professor do Curso de Estudos Sociais, tinha uma postura muito crítica a ditadura militar. Suas aulas eram muito apreciadas pelos alunos que tinham uma leitura crítica a ditadura, mas era denunciada pelos alunos mais alinhados ao pensamento favorável a ditadura. Propunha ações de campo para os alunos de Ciências Sociais com a intenção de que estes pudessem conhecer a realidade efetiva das comunidades. O que era uma novidade na cidade¹⁷².

Esta vigilância segundo Santarém era efetiva. Em seu depoimento afirma um caso quando uma colega, que era filha de militares, levou um gravador para a aula. Ele achou estranho, até porque era um modelo novo, que não existia na cidade, até por que ele trabalhava na imprensa e conhecia estes instrumentos:

Num recreio voltei para a sala de aula e liguei o gravador e notei que estava gravado exatamente o momento que eu estava falando em sala de aula. Peguei o gravador e gravei dizendo que o cara que tinha mandado a filha espionar os colegas era um grande canalha. A menina ficou um mês sem ir na aula. Eu contei pra todo mundo. Antes disso ela fazia questão de sentar ao meu lado.¹⁷³

Santarém entende que havia informantes aos órgãos de repressão em diversos setores da universidade: “ (...) era evidente que havia muito professor ‘puxa saco’ no Direito era um perigo. ”

Caso interessante nos conta Helenita Borges sobre seu irmão Gilberto:

Ele (Gilberto Borges) saiu de casa, como sempre, e as vezes ele dormia aqui no centro. Deveria ser um local que eles usavam para se encontrar. Ele ficou uns dois ou três dias fora e ninguém sabia onde é que ele andava. E uma noite ele chegou em

¹⁷² Jornal Diário da Manhã do dia 20 de agosto de 1967.

¹⁷³ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

casa com um monte de jornal de baixo do braço e eu pergunte ‘onde é que ele andava’ ‘ele disse fui comprar jornal’ e depois agente descobriu que ele tinha ido à Brasília. Deve ter sido um encontro desses”¹⁷⁴

Esta fala de Gilberto afirmando que havia ido a Brasília era certamente um despiste daquilo que verdadeiramente estavam fazendo. Provavelmente eram ações que buscavam confundir os órgãos que buscavam investigar as ações do movimento estudantil para posteriormente punir os estudantes.

2.5.1 A forma de organização do grupo em Passo Fundo

A militância na AP era exercida de forma sigilosa. A forma de organização em células impedia que um único militante pudesse saber qual era a real estrutura da AP, mesmo no ensino superior de Passo Fundo. Assim, os militantes dos diversos cursos não se conheciam na totalidade, a não ser uns poucos dirigentes. Em geral, somente o pequeno grupo do curso se conhecia. Desta forma, comumente, membros de direção do mesmo diretório acadêmico não sabiam da vinculação de outros membros do diretório, especialmente se não eram vinculados e nenhum grupo, o que ocorria habitualmente¹⁷⁵.

Havia forte mobilidade no grupo, devido às ações de recrutamento de novos militantes. Para isso, eram feitas algumas provas, para ver se o escolhido poderia participar conjuntamente no grupo, como relatou José Freitas¹⁷⁶, antigo membro da direção estadual da Juventude Operária Católica (JOC), que fez parte da direção regional da AP, como representante dos operários, até o ano de 1969, quando entrou para o PCdoB. Mesmo com este grau de responsabilidade, ele não sabia quem eram os responsáveis pelo movimento estudantil universitário da AP no Rio Grande do Sul.

2.5.2 Os processos de ampliação

Através do processo de seleção, análise e incorporação a Ação Popular e outras organizações clandestinas ampliavam o número de militantes. Essas ações consistiam em

¹⁷⁴ Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

¹⁷⁵ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

¹⁷⁶ Entrevista José Freitas a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

observar pessoas que pudessem apresentar um perfil de futuro militante da organização. Para fazer parte de alguma célula, deveria merecer a confiança e para isso eram feitos alguns “testes”. Se esta pessoa fosse aprovada nestes testes poderia ter mais alguns passos no processo de aproximação do grupo. Os novos militantes não passavam a fazer, porém, parte do núcleo dirigente¹⁷⁷. Dependendo do perfil, poderiam inicialmente auxiliar nas manifestações, na distribuição de material, na venda de bônus para arrecadação de finanças. Estes bônus eram vendidos para apoiadores do movimento estudantil para financiar os custos do movimento. Mas os novos militantes não participavam das deliberações políticas ou aspectos de segurança.

Outra ocupação neste processo de ampliação era de que o grupo não inchasse. Uma ampliação de militantes até por questões de segurança não poderia ser muito grande, sem critérios, poderia colocar diluir ideologicamente a organização e pôr em risco o restante do grupo. O risco de uma denúncia era comum neste período.

Passo Fundo era um dos principais núcleos da AP no interior do Rio Grande do Sul. Em seu depoimento, José Loguércio, dirigente estadual da AP e responsável pelo movimento estudantil universitário, relatou suas passagens por Passo Fundo, deixando e levando informações. Os encontros eram feitos na churrascaria da família de Ivaldino Tasca. Segundo Tasca, os encontros na churrascaria eram tão frequentes que a direção estadual imaginou que este ponto estava “queimado” (vigiado pelos órgãos de repressão), sendo necessário procurar outros locais para reunião.

Segundo Loguércio¹⁷⁸ muitas reuniões em Passo Fundo foram feitas na churrascaria da família Tasca. O pessoal sentava como se fosse cliente. Passava-se a as informações, discutia-se e deliberava-se no mesmo momento que era atendido normalmente. Segundo Ivaldino Tasca¹⁷⁹ o seu pai desconfiava fortemente sobre suas atividades, até porque teve que fazer um empréstimo para pagar a reposição dos valores do caixa do DAJCM que foi gasto em uma operação de retirada de um militante do país pelo esquema de fronteira, mas não tinha todo o conhecimento. De forma contrária sua mãe sabia de sua militância política. Segundo Tasca era uma orientação da AP para que um parente tivesse as informações de suas atividades caso caíssem para a repressão.

2.6 A estratégia de luta

¹⁷⁷ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

¹⁷⁸ Entrevista José Loguércio a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

¹⁷⁹ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em maio de 2009.

A estratégia desenvolvida pela AP em Passo Fundo foi de combinar as lutas mais gerais com proposições mais específicas. Assim, a pauta mais ampla contra a Ditadura, por democracia e por liberdade de expressão era combinada com lutas mais específicas, como as reivindicações estudantis. Esta forma de estratégia foi desenvolvida para AP em todo o Brasil, de forma intencional ou espontânea. Desta forma, muitas das ações que construíram as lideranças estudantis eram por lutas muito pontuais, como o valor da alimentação nas universidades; as condições das casas de estudantes; as alterações de currículos, etc.

Em Passo Fundo, os principais centros de debate eram o Curso de Direito e o Curso de Filosofia¹⁸⁰. Importante notar o entendimento que os órgãos de repressão tinham em relação ao Curso de Filosofia¹⁸¹, explicitado de forma clara por parte de Grey Belles¹⁸², conforme lembra Guareschi: “A Faculdade de Filosofia era um centro de subversão. Dizia que ser subversivo era privilégio dos filósofos. Ele não escondia seu rancor. Imaginava que a direção da faculdade estava tramando a sua transferência”. Estas palavras assinalam o clima totalitário que se instalara no Brasil e em Passo Fundo.

Uma das ações nacionais construídas pela AP em 1966 foi o Movimento Contra a Ditadura (MDC) que buscava construir uma unidade entre as correntes de esquerda¹⁸³. Este movimento buscava construir ações práticas contra a ditadura e uma unidade de ação. Localizando um inimigo claro nos setores que davam sustentação ao golpe militar. Este teve consequências na construção de chapas unitárias em locais onde existia um inimigo comum. Isso em Passo Fundo teve um reflexo muito claro, visto que diversos depoimentos apontam para a existência de uma unidade de setores de esquerda em detrimento de setores de direita do movimento estudantil.

Em Passo Fundo, no período posterior ao Golpe, especialmente de 1966 a 1968, as disputas ocorriam entre os estudantes que eram favoráveis a ditadura militar e os contrários ao regime de ditadura iniciado em 1964. Não há relatos de disputas entre os grupos de esquerda que existiam no ensino superior de Passo Fundo, notadamente entre Partido Operário Comunista (POC), organização formada pela junção entre a ORM-POLOP e um racha do PCB no Rio Grande do Sul e a Ação Popular (AP)¹⁸⁴. Existia solidariedade entre os grupos, no sentido de combater um inimigo comum. Quando existia alguém que estivessem em

¹⁸⁰ Entrevista Carlos Alceu Machado a Nilton de Oliveira em maio de 2010.

¹⁸¹ GURESCHI, Elydo Alcides. UPF, que horas são? Entrevista concedida a Ivaldino Tasca. Passo fundo: Aldeia Sul, 2002. p.51

¹⁸² Comandante do Exército em Passo Fundo na década de 1960.

¹⁸³ DIAS, 2011. p. 81

¹⁸⁴ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

condições e com disposição de ocupar um espaço nos diretórios ou no DCE, ele era apoiado pelo conjunto dos militantes.

2.7 As passeatas dos calouros

Uma parte do rito de passagem dos estudantes aprovados no vestibular tinha como uma de suas constituintes a passeata dos “bixos” nas ruas da cidade¹⁸⁵. De forma muito tranqüila, os estudantes aproveitavam para fazer algum tipo de crítica social¹⁸⁶. Havia também algumas alusões à sexualidade de forma cômica. O Brasil e o mundo vivem neste período um momento de profundas transformações não só no aspecto político, mas também comportamental. Havia contestações ao puritanismo.

A passeata ocorria desde o período ao anterior ao Golpe de 1964. Os Diretórios Acadêmicos organizaram críticas ao regime de forma mais contundente, mas sempre em forma não explícita. A forma e a direção das críticas poderiam mudar, segundo o grupo que dirigia determinado DA ou o DCE. Exemplo disso foi dado por Jabs Paim Bandeira, que se situava como de direita, que quando em sua direção do DAJCM (1964-1965), satirizou-se Leonel Brizola, expoente da esquerda no Rio Grande do Sul e no Brasil¹⁸⁷.

Este evento era organizado pelos diretórios acadêmicos e pelo DCE¹⁸⁸. Nas páginas do Jornal O Nacional publicou-se uma notícia sobre a organização de uma passeata dos bixos no ano de 1967.

O desfile do ano de 1967 ocorreu em certa tranquilidade. O Jornal O Nacional registrou a politização do Diretório Acadêmico da Filosofia com cartazes como “Viva o mEEUU Brasil”. Em alusão ao atrelamento do Brasil aos Estados Unidos. O desfile dos “bixos”, de 1968, teve um caráter de politização maior do que nos outros anos, devido à forte efervescência social. O DCE e os Diretórios Acadêmicos utilizaram deste instrumento para politizar e denunciar o Regime Militar. Foi feita até mesmo uma alusão às torturas de presos políticos, que se iniciavam no Brasil.

No ano de 1968 os alunos do curso de direito fizeram o enterro simbólico da democracia¹⁸⁹, os alunos vestiram-se de negro e carregaram um caixão que simbolizava a

¹⁸⁵ Este evento ocorria nos primeiros meses de aula, normalmente em abril.

¹⁸⁶ O Nacional 17 de abril de 1967.

¹⁸⁷ Entrevista Jabs Paim Bandeira a Nilton de Oliveira em setembro de 2011.

¹⁸⁸ Jornal O Nacional de 10 de maio de 1967.

¹⁸⁹ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

democracia no país. Além deste muitos dos alunos fizeram analogias de caráter pornográfico, o que era um tabu para a época.

Na reunião do Conselho Universitário do dia 3 de maio foi denunciada a ação dos estudantes. Da mesma forma o pronunciamento do Vereador Romeu Martinelli da ARENA na Câmara de Vereadores de Passo Fundo no dia 2 de maio gerou grande repercussão na cidade, o que é retratado nos jornais. O vereador acusou os estudantes de indecência. Gerando a necessidade da publicação de notas de esclarecimentos por parte do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Diretórios Acadêmicos do Direito e da Odontologia.

Segue a nota do DCE, assinada pelo secretário Jorge Soares e pelo presidente Deodato Paim em 3 de maio de 1968

Tendo em vista as declarações do Vereador Romeu Martinelli. Da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) do dia 2 de maio e do Conselho da Fundação da Universidade de Passo Fundo, no dia 3 do mesmo mês, ambos pelo prefixo da rádio Municipal desta cidade, acusando o DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE), como responsável do aparecimento de alguns cartazes não condizentes com o decoro público, na tradicional passeata promovida anualmente por esta entidade e este ano realizada em 1º de maio, vimos a público declarar que:

1. Em reunião realizada na Faculdade de Filosofia no dia 26 de abril do corrente, com os Srs. Delegado de Polícia, representante do comandante do 2º BP e escrivão da Delegacia de Polícia, ficou definitivamente acertado entre os representantes dos Diretórios Acadêmicos das respectivas Faculdades e aquelas autoridades que, a censura para os cartazes para o referido desfile ficará para cada DA;
2. Sendo assim, não vemos razão para as acusações infundadas e propositadamente parciais que se tem feito contra o órgão máximo dos universitários passofundenses, qual seja, o DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES;
3. Aproveitando o ensejo, desejamos solicitar ao Sr. Romeu Martinelli, ao Conselho da Fundação da Universidade de Passo Fundo, e aos que por ventura, em futuro próximo, desejarem criticar esta entidade, que o façam baseados em fatos concretos e não em meras suposições, pois, do contrário, seremos obrigados a supor a existência de outras intenções e de outros propósitos, além do objetivo de condenar os dísticos impudicos exibidos ao público!
4. Finalizando a presente nota desejamos salientar que o DCE também reprova tais manifestações de caráter obsceno, não apropriadas a estudantes de nível superior, reservando-se o direito de refutar qualquer crítica improcedente e recolocar os fatos em seus verdadeiros termos.

Percebe-se com clareza o entendimento da direção do DCE. Fica subjacente o entendimento de que a verdadeira motivação das falas de contrariedade a ação dos estudantes seja verdadeiramente a postura política destes.

Da mesma forma a transcrição da nota do Diretório Acadêmico Rubens Maciel da Faculdade de Odontologia, na qual o presidente João Borges e o Vice-Presidente Luiz Carlos Rabello declararam “Ao povo de Passo Fundo” que:

Em virtude da polêmica que se gerou em face do desfile dos calouros, o Diretório Acadêmico Rubens Maciel, da Faculdade de Odontologia, esclarece o seguinte: Efetivamente, houve um certo exagero, no que tange as piadas pornográficas, não condizentes com os princípios que nos regem.

Queremos nesta oportunidade pedir escusas a família passofundense, que não merecia tal tratamento. Temos convicção que seremos entendidos, pois esta comunidade é composta por pessoas que não guardam rancores e não lançariam seus próprios filhos, para que as feras os devorassem.

Somos humanos, e como tal, sujeitos a erros, mas imbuídos de coragem suficiente para nos retratar diante da opinião pública. cremos que falhas e erros não desmerecem o valor e o brio de ninguém, porque na escala ascendente dos valores humanos a lógica e a razão nos ensinam a fazer de todo erro, de toda imperfeição, um trampolim para uma perfeição maior.

O que não podemos admitir que determinados elementos, que se dizem defensores dos bons costumes e da moral, venham revestidos de objetivos estranhos, através da imprensa, atacar vil e covardemente uma classe, inclusive pondo em dúvida a honradez da família dos universitários, como se esses estivessem divorciados da sensibilidade e dos sentimentos humanos. Um erro não justifica outro. Se críticas deveriam ser feitas, estas teriam de estar revestidas de um caráter sumariamente construtivo. E não se vale, de maneira mais prosaica, mais vulgar, para atacar e tentar desmoralizar os integrantes de uma organização, que hora prepara-se para receber sua instalação oficial que é motivo de júbilo e satisfação da comunidade passofundense. Aos puros “aos que atiram a primeira pedra”, apelamos para que façam um exame de consciência e não tentem se projetar em detrimento de outrem. Criar furos e sensacionalismo, vasculhando defeitos e gerando confusões, é próprio das mentes vazias e dos pobres de espírito.

Passo Fundo, 6 de maio de 1968¹⁹⁰.

De uma forma mais comedida, o DA da Odontologia indica que uma intenção dos acusadores de gerar confusão.

Por fim a nota oficial do DAJCM possui um tom altivo. O presidente Ivaldino Tasca e o representante da Comissão de Calouros José Luiz Menna Barreto declaram na seguinte nota:

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e a Comissão de Calouros, sentido a gravidade com a situação criada com a passeata dos bichos, e o proposital desinteresse pela identificação dos responsáveis pelos baixos expedientes, torna público o seguinte:

Repudiamos toda e qualquer acusação contra os Estudantes de Direito de Passo Fundo. Fomos arrolados numa política de lavadeiras, com acusações sem fundamento relativas ao tema apresentado pelos calouros da Faculdade de Direito, que, mais do que nunca, apresentaram-se com tanta seriedade e dignidade, demonstrando ao povo de Passo fundo seu alto nível de consciência política.

Também somos contra todo tipo de pornografia, pois, de fato nada adiantam para esclarecer a população. Nosso tema na passeata foi essencialmente político, de alto nível. Preocupamo-nos em esclarecer ao povo de Passo Fundo a precária situação nacional.

O que não admitimos é que outras frações do pensamento passofundense, porque opostas ao nosso pensamento, e acostumadas a ocupar-se pela prática odiosa do “crê ou morre” num ridículo monopólio da verdade, por direito divinatório. Venham acusar-nos com verborréias infectas, que lhe são congênicas.

¹⁹⁰ O Nacional 8 de maio de 1968.

Não aceitamos as acusações que fazem a todos os universitários, em ataques generalizados. Estão servindo-se de um fato com o fim de desmoralizar toda classe acadêmica.

E, é diante deste fato, diante de atitude como esta, que caracterizam as mais nefastas politicagens que os estudantes de direito de Passo Fundo sentem-se no dever de denunciar à opinião pública o processo de desmoralização a que está sendo submetida sua classe. E esta é a imperiosa imposição de nossa consciência. E não poderia ser outro nosso comportamento, atentos a tradição de dignidade que sempre inspiraram os grandes vultos de nossa história.

Querem que o estudante seja no futuro um apático, um destroço humano, não um homem. Mas nós não nos arredaremos de nossa posição vanguardeira. Não é lícito a ninguém fraudar a honra estudantil, pois temos as mais altas responsabilidades perante os destinos nacionais. Somos parte viva a atuante de uma grande Pátria e a nossa significação cívica tem sido a tônica para os rumos da nacionalidade¹⁹¹.

As duras manifestações dos representantes estudantis às insinuações do vereador Romeu Martinelli abriram a possibilidade de diálogo de diversos elementos a serem debatidos. Notemos a força nas declarações no sentido de proteger a imagem dos estudantes perante a sociedade. No entendimento dos estudantes a fala de Martinelli tinha como objeto a desmoralização do movimento estudantil da cidade e especialmente suas lideranças. O destaque é a disposição de enfrentamento e o espírito de luta dos estudantes neste fato.

2.8 Oposição ao DEE

Os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE's), assim como o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), foram órgãos criados pela ditadura para substituir as instituições livres dos estudantes, quais sejam as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Entidades com forte presença de militantes da AP. O movimento estudantil decidiu fazer o enfrentamento a estas entidades oficiais da ditadura.

Elemento importante deste enfrentamento entre o DEE, especialmente a sua sub-sede de Passo Fundo e amplos setores do movimento universitário organizado da cidade foi a disputa pela confecção das identidades estudantis. Além do caráter ideológico e simbólico da disputa existia o elemento econômico. A confecção das carteiras estudantis dava uma condição econômica de desenvolver a luta estudantil.

O DCE e os DA's reuniram-se no início de 1967 para determinar que a confecção das carteiras estudantis fossem feitas pelo DCE de Passo Fundo, em detrimento do DEE. Para isso aproveitaram-se do decreto da presidência que extinguiu o DNE e os DEE's. Mesmo que os estudantes fossem opositores da ditadura a ação presidencial serviu para a luta específica contra o DEE. Segue a nota que é assinada por Geraldo Zibetti, Secretário de Assistência

¹⁹¹ O Nacional 6 de maio de 1968.

aos Diretórios Acadêmicos, Ivaldino Tasca, Secretário geral do DCE e por Zelcy DallÁgua, presidente do DCE:

Os delegados dos Diretórios Acadêmicos de Passo Fundo, reunidos conjuntamente com a direção do Diretório Central dos Estudantes, em 9 do corrente, determinam, em comum acordo, que as identidades estudantis universitárias para 1967, serão confeccionadas e fornecidas pelo DCE.

Para efeitos de esclarecimentos do assunto, uma comissão, devidamente autorizada, após decisões em apreço, enviou o seguinte comunicado ao Diário da Manhã, para conhecimento dos interessados:

Passo Fundo 13 de março de 1967,

Sr. Túlio Fontoura

Diretor do DIÁRIO DA MANHÃ

Passo Fundo – RGS

Prezado Senhor,:

No sentido de informar a classe universitária, vimos solicitar a colaboração de V.S. para que seja publicada a seguinte nota:

Considerando a iminência do Decreto publicado pelo Sr. Presidente da República, extinguindo a representatividade dos Diretórios Estaduais de Estudantes e do Diretório Nacional de Estudantes, os diretórios acadêmicos que congregam os universitários de Passo Fundo, reunidos em congresso no dia 9-3-67, nas pessoas de seus delegados autorizados, decidiram soberanamente delegar atribuição ao Diretório Central de Estudantes, pessoa jurídica de direito civil, para que coordenasse os trabalhos de confecção de carteiras de identidade estudantil universitária.

Assim que, doravante, as carteiras expedidas pelo DCE serão válidas em todo território nacional, baseada na delegabilidade de competência dos DA's, entidades autônomas, amparadas no Decreto Presidencial.

Outrossim, está assegurada a validade das carteiras de 1966 por mais 30 dias aproximadamente, já anotadas as dificuldades que acarretará as alterações dos padrões identitários¹⁹²

As ações dos DEE's e do DNE não tinham respaldo dos DA's e DCE's vinculados a uma postura combativa a ditadura. Foi realizado um seminário sobre reforma universitária promovido pelo DEE na cidade de Passo Fundo nos dias 18 a 20 de julho de 1968. Ao final do encontro o estudante Adalberto Pasqualoto¹⁹³ agradece a participação das lideranças universitárias de Passo Fundo que “ignorando qualquer diferença, souberam prestigiar e participar de mais esta etapa do movimento estudantil gaúcho”¹⁹⁴. Informação esta que foi contestada na mesma notícia de jornal:

O seminário realizado pelo DEE contou com a participação de uma sexta parte dos diretórios acadêmicos gaúchos, segundo participantes. Os diretórios acadêmicos de Passo Fundo que apresentaram credenciais, inicialmente, retiraram-nas depois, negando representatividade democrática ao conclave.

Em consequência o seminário sobre reforma universitária desenvolveu-se sobre contestação dos passofundenses, os quais, entretanto participaram ativamente das discussões havidas inclusive com aprovação de teses da UNE.

¹⁹² Jornal Diário da Manhã 14 de março de 1967.

¹⁹³ Passofundense aluno do curso de direito da UPF.

¹⁹⁴ Jornal O Nacional de 23 de julho de 1968.

Sob este ponto de vista, informaram meios estudantis, o seminário ganhou movimentação, entrando em debate os principais pontos do atual movimento estudantil brasileiro, entre os quais a transformação das universidades em fundações.¹⁹⁵

Na prática os dirigentes dos DA's e do DCE de Passo Fundo “implodiram” a reunião promovida pelo DEE. Convidaram os Diretórios Acadêmicos presentes a fazer uma reunião paralela e esvaziaram a reunião oficial¹⁹⁶

2.9 - 1967 um ano de ouro para a AP em Passo Fundo

Em 1967, as eleições para os DA's e DCE do ensino superior de Passo Fundo foram especialmente favoráveis para a AP¹⁹⁷. Dos seis cursos de ensino superior, a AP venceu em quatro. Isto foi realizado através de um acordo com o POC (Partido Operário Comunista), que tinha influência no meio estudantil universitário de Passo Fundo.

Assim, a AP venceu no curso de Direito, um dos principais espaços de mobilização política da entidade. Ação Popular possuía um grande número de militantes e simpatizantes no curso. Mesmo tendo uma forte presença de estudantes conservadores e simpatizantes da Ditadura no curso, Ivaldino Tasca foi eleito presidente do Diretório Acadêmico do Direito.

No Diretório Acadêmico de Odontologia foi eleito presidente o estudante João Borges e, na agronomia, seu irmão Gilberto (Gigi) Borges. Os dois irmãos eram dos poucos estudantes da época que haviam nascidos em Passo Fundo. Posteriormente, o segundo foi prefeito na cidade de Horizontina (RS), em 2004, e o segundo faleceu em 2002.

No curso de Economia, a direção do Diretório Acadêmico coube a Elvaristo Amaral, era ligado ao POC, obteve sua eleição e em aliança com a AP.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) tinha à cabeça Zelci Dall'Aqua, foi indicado pela AP para a liderança de todos os universitários de Passo Fundo. Ele era considerado por muitos como um independente, era ligado a Igreja, funcionário da universidade, um pouco ingênuo para o nível da exigência política da época, segundo Alda Fortes¹⁹⁸. Segundo Tasca ele era um bom nome pelo fato de dialogar com setores de estudantes que a esquerda tradicional não conseguia dialogar.

¹⁹⁵ Jornal O Nacional de 23 de julho de 1968.

¹⁹⁶ Depoimento Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em julho de 2013.

¹⁹⁷ Conforme depoimentos de Carlos Alceu Machado, Argeu Santarém e Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira.

¹⁹⁸ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

Em 1967 ocorreram assembléias gerais dos estudantes da universidade, para discutir proposta de greve geral na instituição¹⁹⁹. Nas palavras de Santarém:

Ali quebrou o pau. O Dr. Celso Fiori, Diretor da Faculdade de Direito era um cara muito liberal. Em abril de 1964, deu abrigo para muita gente. Mas tratava de se defender primeiro. Porque estava com a cabeça meio a prêmio porque não se dava com o vice-reitor. E pra não deixar sair a greve, ele arregimentou a turma do último ano, entre eles o Jabs Paim Bandeira, o Adirbal Corralo (...) para tentar impedir a reunião, porque ele não queria a greve. Mas no fim nós conseguimos o que queríamos, que era sustar um aumento de anuidade. Tivemos que negociar. De cinco e cinco minutos vinha um aviso do Quartel que dizia que se sair a greve vão fechar a universidade.

Segundo Bandeira²⁰⁰, foi um processo muito tenso que durou dois dias, com longos debates, ao menos de seis horas. Além da greve, estava em jogo a possibilidade da formatura naquele ano. Se houvesse greve, a formatura de 1967 estaria ameaçada.

O relato do jornal Diário da Manhã do dia 15 de novembro de 1967 mostra que

Depois de três sessões, com várias interrupções, a Assembléia Permanente do Diretório Acadêmico João Carlos Marchado da faculdade de Direito encerrou seus trabalhos na tarde ontem. Após uma análise tumultuada e vibrante dos itens constantes na ordem do dia.²⁰¹

No Jornal Diário da Manhã da mesma data é relatado que houve a primeira interrupção da assembleia ainda na segunda-feira a noite, pois os ânimos estavam exaltados. A proposta de greve dos estudantes do Direito em conjunto com os estudantes da Economia era defendida e combatida por dois grupos antagônicos. Os militantes de esquerda dirigidos pela coordenação da AP que tinham a proposta de greve se a reitoria não diminuísse os valores da anuidade e o grupo que era contra a greve, muitos desses com medo de não se formar.

Após a reabertura da assembleia na terça pela manhã teve novo desacordo entre os grupos, este desacordo era pela forma do encaminhamento da votação da assembleia. Não pacificado o formato houve nova interrupção. Reabrindo a reunião na tarde do mesmo dia a proposta foi retirada de votação, orientada pela direção da AP. Como relatado anteriormente pelo então acadêmico de Direito Argeu Santarém o objetivo fora alcançado. A proposta de greve geral surtiu o efeito prático de diminuir as anuidades e outras conquistas pontuais. Além de reforçar a bandeira histórica da educação gratuita e de qualidade.

¹⁹⁹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁰⁰ Entrevista Jabs Paim Bandeira a Nilton de Oliveira em setembro de 2011.

²⁰¹ Jornal Diário da Manhã do dia 15 de novembro de 1967.

A reportagem conclui com uma fala de Ivaldino Tasca, presidente do DAJCM que elogiou o bom senso dos participantes da assembleia que “souberam levar ponderadamente suas reivindicações pelos caminhos legais”²⁰²

A AP constituiu no Diretório Acadêmico Santo Agostinho (DASA) um centro de suas atividades e de sua representação era um espaço consagrado das lideranças da AP. Nos anos de ditadura ele foi dirigido por Alda Fortes (1965). Depois por Edméia Rui (1966), Miguel Rocha (1967) e Wrana Panizzi (no ano de 1968), em mandatos subsequentes. Todos com vinculação maior ou menor com a AP. Era neste local e no Direito onde era travado o centro do debate político.

2.10 Retirada de militantes do país

Segundo o relato de Ivaldino Tasca, um dia chegou uma pessoa na churrascaria, enviada pela AP, pedindo dinheiro para tirar uma pessoa do país. A solução foi pegar dinheiro do DAJCM, que ele presidia na época. O valor era considerável. Para remediar a situação, foi necessário o pai de Ivaldino Tasca, Vincenzo Tasca, para fazer um empréstimo para pagar esta despesa. Sabia somente que era para cobrir o “rombo” no caixa do DA. O que provocou forte prejuízo para a família. Segundo Tasca, “as coisas eram assim: era necessário fazer, então era feito”.

Tasca afirmou que nunca ficou sabendo quem foi que ajudou e qual foi seu destino.

O Rio Grande do Sul mereceu no período posterior de um tratamento especial por parte da direção da AP. Esta condição se deve a uma rota de retirada de seus militantes para fora do país o chamado “esquema de fronteira”:

Conforme dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública, a AP montou um esquema de passagem de militantes da organização para o exterior, através da região fronteira do estado, no final da década de 1960. Esse esquema ficou conhecido com “esquema de fronteira” e envolveu diretamente oito militantes e foi responsável pela passagem na área de membros da direção nacional, entre os quais estavam Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright e Manuel da Conceição e os militantes Maria Lucia Jaime, Rui Lemos Schimidt, Alduízio Moreira de Souza, Arnoul Holanda Cavalcante e Rui Frazão Soares²⁰³

Segundo Tasca somente sua mãe sabia das atividades desenvolvidas pelo filho. Este era, segundo ele, um mecanismo de proteção. Os militantes da AP deveriam falar para

²⁰² Jornal Diário da Manhã do dia 15 de novembro de 1967.

²⁰³ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972. Dissertação de Mestrado. UPF, 2011. p. 168

somente um membro da família das suas atividades. Caso ele fosse preso poderiam suspeita de que haviam sido presos pela repressão do regime²⁰⁴.

2.11 Encontro do movimento estudantil de Passo Fundo com o ministro da educação

Uma das grandes ações dos militantes do movimento estudantil no período foi a entrega das demandas do movimento estudantil universitário ao Ministro da Educação Tarso Dutra. O Jornal Diário da Manhã de 23 de janeiro de 1968 apresenta assim o fato

Durante a permanência semanas atrás do Sr. Ministro da Educação (Tarso Dutra) em nossa cidade, uma comissão de líderes estudantis, esteve confabulando com o titular do MEC, oportunidade em que uma série de tópicos de interesses foi levantada, como sejam, o problema das anuidades nas universidades brasileiras, o problema da representação universitária em escala nacional e estadual e finalmente a futura Casa do Estudante, que os universitários querem erguer na Capital do Planalto.²⁰⁵

Na apresentação das demandas diversos líderes do movimento estudantil fizeram uso da palavra. Quando os diversos diretórios acadêmicos eram dirigidos por correntes de esquerda era possível apresentar uma pauta avançada de forma conjunta. Destes estudantes que apresentaram as reivindicações somente um não pertencia a AP, Elvaristo Amaral, representante do Diretório Acadêmico de Ciências Políticas e Econômicas, que era ligado ao POC.

Nesta ocasião Elvaristo apresentou a contrariedade em relação aos valores de anuidade cobrados aos estudantes. Ao que o Ministro esquivou-se afirmando ser responsabilidade do Conselho Estadual de Educação com sede em Porto Alegre²⁰⁶.

Logo a seguir falou Miguel A. Rocha, então Presidente do Diretório Santo Agostinho (DASA)²⁰⁷. Solicitou o apoio do ministério para a construção de uma casa de estudante na cidade de Passo Fundo. Assim ficou registrado

O acadêmico Miguel A. Rocha, presidente do Diretório Acadêmico Santo Agostinho da faculdade de Filosofia, reivindicou a seguir o apoio do Ministério a construção da futura Casa do Estudante que surgiria através do diretório Central de Estudantes, máximo órgão representante dos estudantes da futura Universidade, ao que respondeu o ministro da viabilidade de tais projetos, sendo que, tais reivindicações

²⁰⁴ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

²⁰⁵ Diário da Manhã 23 de janeiro de 1968 p. 3.

²⁰⁶ Diário da Manhã 23 de janeiro de 1968 p. 3.

²⁰⁷ Na época do DASA representava os cursos de Ciências Humanas como Filosofia, Estudos Sociais, Pedagogia e Letras.

devem ser encaminhadas imediatamente ao Conselho da Fundação para inclusão de tal obra nos empreendimentos da futura universidade.²⁰⁸

Por fim o estudante Argeu Santarém apresenta um elemento político fundamental para o movimento estudantil nacional. Apresenta a contrariedade ao Decreto 228²⁰⁹, determinação esta que impunha uma série de novas normatizações ao movimento estudantil brasileiro. Mas o elemento de fundo desta ação era de que restringia as instituições de estudantes a fazer o debate político. Adotando somente um papel mais restrito que não se relacionavam ao debate político. Ficando assim registrado o seu depoimento:

O acadêmico Argeu Santarém do Diretório Acadêmico João Carlos Machado da Faculdade de Direito salientou o pensamento da classe, com relação a organização da legislação universitária, no que compete a representatividade das entidades estadual e nacional, amputada pelo recente decreto 228. “tanto a Lei Suplicy quanto o Decreto Aragão, não surtiram qualquer efeito positivo e é necessária uma reformulação que parta das bases universitárias, sem decisões de cúpula, que sejam impostas aos estudantes” asseverou o referido acadêmico. Em resposta o ministro assegurou que a Comissão recentemente nomeada no Rio de Janeiro para estudar a situação universitária, nada tem estabelecido e parte de um aprofundado estudo para a reorganização universitária, aceitando sugestões dos meios universitários. Finalizando acentuou que tem absoluta certeza que os estudantes ficarão satisfeitos com a nova legislação estudantil.

Certamente estas falas foram um grande ato de coragem. Mesmo sendo de entendimento de muitos estudantes destas pautas e da justiça dessas proposições poucos tinham a coragem de fazê-las em público e ainda mais em frente a um Ministro da ditadura.

2.12 As manifestações motivadas pela morte do estudante Edson Luiz

Segundo Argeu Santarém²¹⁰, Ivaldino Tasca²¹¹ e Carlos Alceu Machado²¹², a grande manifestação de rua que houve em Passo Fundo, neste período, foi pelo assassinato pela polícia do estudante secundarista Edson Luiz²¹³, em 28 de março de 1968, no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, em manifestação contra o aumento dos preços das refeições. Os estudantes temendo o desaparecimento do corpo, impediram que os militares o levassem,

²⁰⁸ Diário da Manhã 23 de janeiro de 1968 p. 3.

²⁰⁹ A totalidade deste decreto está no anexo desta dissertação.

²¹⁰ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²¹¹ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

²¹² Entrevista Carlos Alceu Machado a Nilton de Oliveira em maio de 2010.

transferindo-o para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A cobertura da imprensa e a palavra de ordem dos estudantes “Mataram um estudante. Podia ser seu filho!” provocou grande comoção da opinião pública e diversas manifestações em todo o Brasil.

Em Passo Fundo, a manifestação ocorreu nos dias que se seguiram ao fato. No dia 2 de abril de 1968 o DCE hasteou uma bandeira negra em sinal de luta pela morte do jovem estudante²¹⁴. O DAJCM decretou luto oficial por sete dias.

Outra ação dos estudantes de Passo Fundo foi a decisão de mandar rezar uma missa de 7º dia pela morte do estudante Edson Luiz²¹⁵. Esta foi realizada sem incidentes no dia 4 de abril, com convite assinado conjuntamente entre o DCE e a UPE. A missa teve amplo comparecimento e ocorreu sem incidentes²¹⁶.

O jornal Diário da Manhã mostra em sua manchete do dia 5 de abril de 1968 a proibição de manifestações estudantis em Passo Fundo neste dia. O ambiente andava bem tenso, os estudantes Solon Viola e Bona Garcia haviam sido expulsos do Cenav (Centro Educacional Nicolau de Araújo Vergueiro, maior escola pública da cidade), por manifestarem pela morte de Edson Luiz, neste contexto os estudantes da escola decretaram greve.

Tasca afirma que foi marcado o dia para a manifestação o local estava marcado para a frente da universidade. Nesta época a universidade era no centro da cidade, no atual campus 3 da Universidade de Passo Fundo. No amanhecer do dia da manifestação a frente da instituição estava tomada pelos militares. Os estudantes, emergencialmente remarcaram a manifestação para frente da Catedral. Neste período, a entidade mais representativa no movimento estudantil da cidade era a União Passofundense de Estudantes (UPE), especialmente por ser entidade com muitos anos de organização, por ser a mais enraizada na sociedade e pelo maior número de estudantes que representava, em relação aos universitários.

Houve forte repressão militar à manifestação. Tasca lembra que utilizaram inclusive contingentes dos bombeiros para reprimir a manifestação. Em suas palavras: “(...) o comandante militar avisou que tínhamos cinco minutos e depois eles iriam ‘baixar o cacete’. Lembro que consegui falar algumas palavras e depois saímos correndo”. Carlos Alceu Machado²¹⁷ recorda que, quando as portas da Igreja foram providencialmente abertas, muitos estudantes conseguiram escapar da violência fugindo por dentro do prédio saindo pela rua de trás da catedral, a rua Coronel Chicuta.

²¹⁴ Jornal Diário da Manhã dia 02 de abril de 1968.

²¹⁵ Idem DM 02 de abril de 1968.

²¹⁶ Jornal Diário da Manhã dia 5 de abril de 1968.

²¹⁷ Entrevista concedida a Nilton C. de Oliveira em 2008.

2.12.1 Os ventos de 68 sopravam em Passo Fundo

Passo Fundo não ficou alheia aos acontecimentos ocorridos em 1968, os fatos ocorridos em maio, na França, foram debatidos. Na Instituição ocorreram palestras e debates sobre o tema, segundo o depoimento de Carlos Alceu Machado. Também afirma que, especialmente as pessoas de seu círculo de relação política, tinham uma visão crítica sobre este tema. Os membros da direção do Diretório Acadêmico do Direito entendiam que a falta de uma direção e de um processo organizativo claro do movimento francês não dava grande perspectiva de avanço.

Outras ações em 1968 feitas por militantes da AP e executadas pelos estudantes foram as pichações defendendo o voto nulo nas eleições municipais daquele ano²¹⁸. Na verdade, não era uma decisão somente da AP, mas também de diversas organizações que se opunham a ditadura. Exceção era o PCB, que defendia a participação no pleito e tinham uma leitura de que ações como aquelas prejudicavam a procura de distensão do processo político. As pichações foram assumidas pela AP. Segundo Santarém, “os membros do ‘Partidão’ diziam ‘você estão loucos’ ta todo mundo sabendo que foram vocês que picharam a cidade. Mas era para saber mesmo”. Esta pichação tinha palavras de ordem contra a ditadura.

2.13 O Congresso da UNE de Ibiúna

Uma das ações importantes da gestão de 1968 do DASA foi a construção de eventos acadêmicos. Entre os dias 15 e 17 de agosto de 1968 foi realizado na Faculdade de Filosofia de Passo Fundo um Congresso Gaúcho de Filosofia²¹⁹. Esta ação aproximava ainda mais militância política do aspecto acadêmico. Na fala de Tasca²²⁰ existia o entendimento de que era necessário fazer ações acadêmicas e não somente luta política.

Importante perceber que as ações de preparação ao congresso de filosofia deram possibilidade para que os membros da direção do DASA, especialmente Tasca, pudessem circular o Rio Grande do Sul fazendo as articulações estaduais da AP para o XXXº Congresso da UNE e a luta contra a ditadura.

²¹⁸ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²¹⁹ Jornal Diário da Manhã do dia 7 de agosto de 1968.

²²⁰ Entrevista a Nilton em março de 2013.

Os preparativos ao congresso da UNE ocorreram de forma semi-clandestina em Passo Fundo. Os jornais publicavam as ações preparatórias ao congresso, assim como as disputas que ocorreriam entre os dois principais grupos²²¹, “o grupo do Travassos, que era ligado a AP e o grupo do Wladimir Palmeira” que era ligado ao racha carioca do PCB.

O conjunto dos estudantes buscou levantar fundos para viabilizar a ida de uma delegação passofundense ao evento. Santarém afirma que parte dos custos para a participação do congresso foi “financiada por gente boa”.

Quando tentava falar com os brizolistas de Passo Fundo era um problema. Fizemos várias campanhas para ajudar o movimento. Precisávamos de dinheiro para viajar. Nós *íamos* em quem estava na oposição. Mas eles choravam e pediam ‘não digam nada’. E no inquérito [em São Paulo após a prisão no Congresso de Ibiúna] o que eles [os interrogadores] mais insistiam em saber era quem tinha financiado a ida. Mas estes eu não ia entregar de jeito nenhum.”²²²

Segundo Carlos Alceu Machado, no período anterior ao 30º Congresso da UNE, que foi realizado em Ibiúna, os dirigentes estudantis de Passo Fundo debateram a estratégia da organização do congresso. Uma discussão que era reflexo dos debates nacionais e das posturas dos diferentes grupos políticos. Conforme o depoimento de Jean Marc²²³, a questão do local para a realização do Congresso foi uma das questões mais candentes no período.

Os estudantes passofundenses entendiam que o congresso deveria ser realizado na USP, na cidade, em consonância com o pensamento da AP nacional sobre encontro. Ali, a sociedade poderia testemunhar qualquer ato mais violento dos militares contra o movimento estudantil. Outro elemento favorável à realização do congresso da Casa de Estudantes da USP era a dificuldade de cercar toda a área do congresso.

Santarém acredita que:

Se nós fizéssemos em São Paulo, não ia dar tanta repressão. Iria dar uma repercussão política violenta com a invasão do campus. Eles não iriam pegar a metade das pessoas, porque haviam 40 mil pessoas ali, ou eles prendiam todo mundo ou não pegavam metade dos participantes. Quer dizer (fazer o congresso no interior de Ibiúna) foi uma coisa provocativa. Foi um ‘potreiro’ que eles quiseram fechar lá. Eles (Dirceu e Palmeira) queriam ganhar a eleição de qualquer jeito.”²²⁴

Em Passo Fundo, foi tranquila a eleição dos representantes ao XXXº Congresso da UNE, realizado nas proximidades da cidade paulista de Ibiúna. Segundo os relatos dos

²²¹ Jornal Diário da Manhã do dia 23 de julho de 1968.

²²² Entrevista de Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²²³ Presidente da UNE, ligado a AP, em 1969.

²²⁴ Entrevista de Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

diversos entrevistados que foram delegados, não havia muitas pessoas dispostas a participar do evento. Os setores de direita da universidade não participaram dos debates e nem da eleição, limitaram-se a criticar a ação da UNE. Desta forma, todos os delegados eleitos em Passo Fundo tinham preferência de votos no candidato da AP. Os representantes de Passo Fundo foram: Gilberto Borges, Carlos Alceu Machado, Ivaldino Tasca, Argeu Santarém e Vera Strasno. Segundo Santarém: “Os cinco votos (no congresso) na AP era tranquilo foi determinação de assembléia aqui.”

De acordo com Santarém em 1968, a AP era a grande força da universidade, controlava a maioria dos DA's e o DCE e tinha capilaridade, influência e quadros capacitados²²⁵. O Diretório Acadêmico da Economia, dirigido por Elvaristo Amaral, não mandou representante para este congresso – era o único diretório de esquerda que não estava ligado a AP²²⁶. Em verdade, a direita não tinha força política para ganhar uma assembleia e um debate em condições normais. Além do mais, como assinalado, os setores de direita não se aproximavam de ações promovidas pela UNE. A entidade maior dos estudantes universitários era um símbolo da luta contra a ditadura, apoiada pelos setores universitários de direita

A eleição de um número significativo de delegados, todos com indicativo de votos na AP, era importante – Passo Fundo tornava-se um dos principais centros de mobilização da AP no interior do Rio Grande do Sul. José Loguércio, responsável da AP pelo movimento universitário, deslocou-se diversas vezes para Passo Fundo, frequentando a churrascaria da Família Tasca para passar e receber informações sobre a AP, como assinalado.²²⁷

No período de 1964 a 1968, segundo José Loguércio, a AP era a maior corrente do movimento estudantil organizado do RS, sendo que, em 1968, sua grande força estava precisamente no interior do Rio Grande do Sul. “A Quarta [Internacional] só existia em POA e o PCB começou a se rachar devido a sua posição dúbia diante da ditadura. O POC só surge em 68 (fusão de parte da POLOP com a dissidência estudantil do PCB/RS) e sua força era em POA.”²²⁸

Bastante forte em Porto Alegre, sobretudo no movimento universitário, a Fração Bolchevique Trotskista da IV Internacional surgida de um rompimento com o Partido Operário Revolucionário Trotskista [Possadista]. No movimento estudantil, apresentava-se como Tendência Pela Aliança Operário-Estudantil. Defendia o programa socialista, propunha a organização dos trabalhadores, exigia o respeito dos ritmos dos explorados, que propunha

²²⁵ Conforme entrevistas de Argeu Santarém e Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira

²²⁶ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²²⁷ Entrevista José Loguércio a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

²²⁸ Entrevista José Loguércio a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

como protagonistas essenciais do processo insurrecional. Opunham-se ao que definiam vanguardismo militar pequeno-burguês, urbano e rural, e aos programas de libertação nacional. Esse grupo cairia, devido à ampla repressão que se sucedeu no Rio Grande do Sul após a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre.

Importante também referir que quando o cardeal Vicente Scherer termina com as equipes nacionais e regionais de JUC e JEC (em combinação com a ditadura) isso assestou um grande golpe na AP que passou a ter dificuldade em contatar sua área de influência e recrutamento²²⁹.

Segundo José Loguércio, em fins de 1967, ele estava se preparando para se inserir na produção. Esse movimento nasceu influenciado pela aproximação da AP com o maoísmo. José Loguércio iria se transferir para o interior do Brasil para trabalhar como camponês. Os camponeses eram, segundo a lógica maoísta, classe determinante para a tomada da cidade pelo campo. Porém uma contra ordem da direção nacional da AP determinou que José Loguércio entrasse na UFRGS para dirigir o Movimento Estudantil Universitário da AP no RS²³⁰. Nesse ano ele foi o dirigente estadual da AP para o movimento estudantil.

2.13.1 As ações no Congresso de Ibiúna

Para chegar no local do Congresso Santarém afirmou que passaram por diversos “pontos” em que era necessário repassar senhas para poder chegar ao próximo ponto. Onde outro veículo nos levaria até o local do alojamento.

Quando chegaram ao local as condições do congresso eram muito precárias. Não havia local adequado para alojamento e nem alimentação²³¹.

No entendimento de Argeu Santarém, este congresso estava fadado ao fracasso devido ao formato

O [30º] Congresso da UNE não foi uma ‘coisa clandestina’. Ele ia ‘cair’ de qualquer jeito. Foi um erro do José Dirceu e do Wladimir (Palmeira)²³². Eles se juntaram e fecharam questão. Já estavam mais ou menos organizados para fazer. Estava tudo pronto (...). Na última hora, um dos dois abria mão para tirar a UNE das

²²⁹ Entrevista José Loguércio a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

²³⁰ Entrevista José Loguércio a Nilton de Oliveira em janeiro de 2008.

²³¹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²³² José Dirceu e Wladimir Palmeira eram as duas principais figuras de oposição à direção da UNE. Pertenciam consequentemente às desinências paulista e carioca do PCB. A UNE tinha na presidência na época Luiz Travassos da AP.

mãos da AP. A AP tinha escolhido o Jean Marc como candidato, este com grandes chances de ser eleito.

Jean Marc foi eleito posteriormente presidente da UNE em um congresso menor, realizado somente com lideranças do movimento estudantil universitário.

O Congresso da UNE marcou a família Borges. Nas palavras de Helenita Borges “Ficamos sabendo que o Gilberto havia sido preso em São Paulo pela Rádio Farroupilha. Nós sabíamos que eles estavam se preparando para alguma coisa dos estudantes em São Paulo, mas não sabíamos o quê.”²³³

A “queda de Ibiúna” e de grande parte da vanguarda do Movimento Estudantil Universitário Brasileiro representou um duro golpe para a oposição à ditadura militar.

Segundo Santarém, sobre o *retorno* de Ibiúna:

Nosso processo estava vinculado à Delegacia Regional de Polícia, onde funcionava o DOPS. Mas não chegamos a ser ouvidos, porque o processo estava ‘todo furado’. Eles nos prenderam lá e tentaram nos aplicar o inquérito aqui. Mas o flagrante foi lá, não foi aqui. Então entrou ‘todo furado’. (...) Nós não podemos reclamar mesmo. Uns baianos foram colocados no trem ‘pinga-pinga’ e chegaram em Salvador e ficaram presos mais um tempo. Os gaúchos, que, eram quarenta e poucos gaúchos, o Delegado Marco Aurélio Reis, os gaúchos e disse ‘vocês não vão ir presos pra lá’ vocês vão se apresentar lá. Reuniu todos os gaúchos no pátio, inclusive as gurias, fazia uns vinte dias que não nos víamos. Os caras (estudantes) não são bobos, o Adelminho²³⁴, apresentou documento falso, ai não tinha nada contra ele (...) esse nem voltou para Santa Maria. (...) as cidade que foram (que mandaram representantes) para Ibiúna eram Passo Fundo, Santa Maria, Porto Alegre, Ijuí, (...) Pelotas, Rio Grande, Caxias, onde tinha universidade. Não foi mais gente porque era clandestino.²³⁵

O congresso da UNE de Ibiúna foi uma das últimas grandes ações do Movimento Estudantil do período anterior ao AI-5. Para poder haver fórum de eleição de direção da UNE são realizados micro-congressos.

O terceiro capítulo tratará do declínio da Ação Popular em Passo Fundo. Será analisado como esta corrente do movimento estudantil que teve tanta força e influência no ensino superior da cidade chegará a seu fim na cidade. Neste mesmo capítulo também será observado quais as leituras que estes atores do movimento estudantil universitário fazem das suas ações no período histórico e na conjuntura analisada.

²³³ Helenita Borges em entrevista a Nilton de Oliveira em março de 2013.

²³⁴ Adelmo Genro Filho, irmão de Tarso Genro governador do RS no período de 2010 a 2014.

²³⁵ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

3 O DECLÍNIO DA AP EM PASSO FUNDO

Após o XXXº Congresso da UNE as ações de massa do movimento estudantil se tornam muito raras. O AI-5 determina o fim dos poucos elementos garantidores de intervenção política com o decreto do fim do *habeas corpus* para questões políticas. É a ditadura em sua face mais escancarada. Com o fim dos espaços democráticos de intervenção social, muitos militantes fazem a opção pela luta armada. Os militantes que resistem são presos, torturados ou mortos. Muitos deixam o país.

Em Passo Fundo esta conjuntura cala pesadamente. O movimento estudantil universitário da cidade entra em declínio e por consequência a Ação Popular, que tinha aí seu principal ponto de apoio também.

3.1 O AI-5

Em 13 de dezembro de 1968, após as intensas ações, mobilizações populares, o início de ações por parte de grupos armados e ações parlamentares oposicionistas os militares decretam o Ato Institucional nº 5, conhecido como o “golpe dentro do golpe”²³⁶. Desde então o setor “linha dura” assume o poder. Militares desvinculados desta linha de ação são afastados do centro decisório.

A força do aparato estatal de domínio e repressão adquire orientação por meio deste Ato Institucional nº 5. O Congresso Nacional é fechado. Os militares que defenderam esta ação advogavam a necessidade de estabelecer um governo mais duro e mais longo. Frustrando de vez aqueles que defenderam a ação dos militares como uma medida breve para repor a ordem democrática

Os linhas-duras, liderados pelo Ministro do Interior Albuquerque Lima, fizeram saber que o Brasil precisava de 20 anos de regime autoritário. Defendiam também a necessidade de um partido novo confiável caso o legislativo voltasse a funcionar. Costa e Silva resumiu a opinião militar em seu primeiro discurso público depois de edição do AI-5, quando perguntou: ‘Quantas vezes teremos que reiterar que a Revolução é irreversível?’²³⁷

²³⁶ SKIDMORE, Thomas (2004) op. Cit. p. 162, 203-204

²³⁷ PORTELA. *A Revolução e o governo Costa e Silva*, p. 668 apud SKIDMORE, Thomas (2004) p. 166.

Desde a instituição do AI-5, o movimento estudantil entra em declínio. O formato de organização do movimento estudantil como ação de massa torna-se impossível, pois a repressão estabelecida pelo AI-5 acaba com as liberdades de organização. A repressão age fortemente não somente contra os alunos. Mais professores são perseguidos, aposentados compulsoriamente ou expulsos das universidades brasileiras.

Setenta professores da Universidade de São Paulo (USP) e de várias outras universidades foram involuntariamente aposentados em maio de 1969. Entre eles figuravam mestres internacionalmente conhecidos, como os antropólogos Florestan Fernandes e seus antigos alunos (depois professores) Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Outros nomes conhecidos eram de Isaias Raw, diretor do Departamento de Bioquímica da USP, e José Leite Lopes, professor de física, juntamente com Abelardo Zaluar, professor de belas-artes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nunca se conheceram as razões destas punições, embora algumas das vítimas pertencessem ostensivamente à esquerda e muitas outras tivessem defendido a modernização da antiquada estrutura do ensino universitário.²³⁸

Um elemento fundamental para o refluxo das ações de contestação à ditadura militar foi a ascensão econômica do Brasil, o chamado “milagres econômico”. Já desde o ano de 1967 o Brasil vivia um período de forte crescimento econômico²³⁹. Este crescimento econômico beneficiou segmentos da sociedade que eram apoiadores do movimento estudantil. Com este novo quadro econômico os movimentos de contestação ao regime militar não conseguiram estabelecer um processo de vazão em amplos setores da sociedade. Muitas pessoas resolveram abrir mão das lutas mais gerais de oposição ao regime.

Aspecto importante é perceber a alteração do processo curricular após o AI-5. Esta ação deixou profundas sequelas na formação escolar brasileira nos anos seguintes. Proposição que, de forma muito contundente, alterou o aspecto reflexivo do ensino. Disciplinas curriculares como a Filosofia e a Sociologia, por seu conteúdo, possuíam condições de refletir sobre a realidade vivida, são excluídas dos currículos escolares. Sendo substituídas por componentes curriculares que ao invés de fomentarem a reflexão, possuíam formatação de instrução e reforço de entendimentos defendidos pelos setores no poder de então.

De par com estes expurgos, o governo lançou o que lhe pareceu uma medida positiva, um novo dispositivo curricular para promover o patriotismo. No início de 1969, um decreto-lei criou compulsoriamente o curso de Educação Moral e Cívica que todos os estudantes deveriam fazer anualmente – com instrutor e material didático devidamente aprovado. Destinada a apoiar a versão brasileira de Doutrina de Segurança Nacional, a idéia do curso partira de um grupo da Escola Superior de

²³⁸ SKIDMORE (2004) p. 168.

²³⁹ Skidmore, op. Cit. p. 183.

Guerra como resposta a necessidade de se reformular a mentalidade das vindouras gerações em conformidade com as novas realidades da Revolução de 1964.²⁴⁰

A condição instalada de falta de liberdades democráticas e o risco efetivo que os militantes contrários a ditadura militar corriam de prisões e torturas levam a diversos grupos militantes a optarem pela luta armada como forma de combater a ditadura instalada, dentre eles posteriormente a AP, depois transformada em APML. Muitos destes militantes saem do país em direção ao exílio.

3.2 Começo do fim da AP em Passo Fundo

A Ação Popular em Passo Fundo teve influência no movimento estudantil universitário na cidade até o final de 1968. Após esta data em com o incremento das legislações e dos aparelhos de combate aos opositores à ditadura militar as ações do movimento estudantil em Passo Fundo tiveram um forte declínio. A AP, e o movimento estudantil como um todo, sofreu um golpe duríssimo. Após este ano, a organização entra em decadência na cidade. O caminho que a muitos dos militantes da AP toma em fundar a APML, a entrada na produção e depois a incorporação da maior parte dos militantes ao PCdoB não é seguido na cidade. Cada um dos militantes segue caminhos diferentes, mas nenhum por meio do desenvolvimento da AP.

As consequências do Congresso da UNE em Ibiúna foram que com a prisão dos representantes dos estudantes do ensino superior de Passo Fundo os estudantes foram identificados pelos militares em São Paulo. Após sua chegada em Passo Fundo, alguns tiveram que ir, nos meses subsequentes aos órgãos públicos para prestar esclarecimentos.

A direção do movimento estudantil estava toda fichada. Com isso as ações de massa estavam difíceis de acontecer. O aumento da repressão às ações estudantis e de contestação a ditadura desencorajada os militantes de atuar. Quem continuasse na mesma ação militante do período posterior ao AI-5 tinha risco de prisão, tortura e morte. Por conta destes elementos e de diversas escolhas pessoais a AP em Passo Fundo chega ao fim. Assim como outros companheiros de outras organizações de esquerda. Na fala de Santarém:

²⁴⁰ CUNHA, Luis Antônio e GÓES, Moacyr de, *O Golpe na educação*. Rio. Zahar, 1985. p. 74-75 In. SKIDMORE 2004 op. Cit. p. 168.

A AP em Passo Fundo desmontou com (o ano de) 1968. Ela que vivia (em Passo Fundo) do Movimento Universitário, e só do Movimento Universitário. Ela foi totalmente desmontada quando aconteceu a queda de Ibiúna em 68 (Congresso da UNE de Ibiúna) e depois o AI-5, então muita gente deixou de morar aqui (Não somente da AP). Foi o caso do Miguel (Rocha) que foi embora, o Dall’Aqua foi embora, o Elvaristo foi preso, o Bona Garcia foi preso, o Éden foi embora também.²⁴¹

No depoimento de Santarém ele menciona militantes da AP e também de outras correntes de oposição a ditadura.

3.3 Representações estudantis no DCE e nos DAS após o AI-5

Segundo o relato do Pe. Eli Benincá²⁴², em Passo Fundo, desde o ano de 1969, foi muito difícil encontrar alguém que tivesse disposição para fazer parte da direção dos Diretórios Acadêmicos. O ambiente não era favorável à participação na política estudantil e nas entidades estudantis, devido ao clima de vigilância às lideranças²⁴³. O que prejudicava o próprio funcionamento da UPF devido ao fato de diversas instâncias acadêmicas necessitarem de uma representação dos estudantes.

Pe. Eli conta que após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), era muito difícil encontrar algum aluno interessado em participar do Diretório Acadêmico (DA)²⁴⁴ os alunos estavam receosos de que a simples participação no DA pudesse lhes causar problemas.

A vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, motivou o fechamento de diversos organismos de representação institucional. A superação da crise recessiva e a forte retomada da expansão econômica ensejaram igualmente a neutralidade e mesmo o apoio à ditadura de importantes segmentos das classes médias brasileira, isolando a oposição ao regime militar. Alguns atores que participavam do período de resistência a ditadura no período anterior ao AI-5 optaram pela luta armada; pela intervenção clandestina cada vez mais difícil em um movimento social em refluxo; pelo exílio ou por abandonar a luta. Não existia mais condição para estabelecer processo de enfrentamento nos moldes anteriores. O AI-5 deu o instrumental legal para a ação repressiva das forças do Estado, em um momento de claro refluxo da luta e da oposição social. A Vigência da Lei 477 era um pesadelo constante na vida dos estudantes engajados

²⁴¹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁴² Entrevista Pe. Eli Benincá a Nilton de Oliveira em junho de 2010.

²⁴³ Entrevista Tasca, entrevista Alda e entrevista Santarém a Nilton de Oliveira.

²⁴⁴ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

José Loguércio lembra que as dificuldades que a AP encontrou deveram-se às correntes e frações, devido ao rumo que deveria ser adotado e à prisão e afastamento forçado em 1969 das principais lideranças dessa organização²⁴⁵.

3.4 A crítica as mensalidades

Mesmo com todos os riscos que se corria houve um último suspiro da ação militante universitária por parte das lideranças estudantis lutando contra o aumento das mensalidades que eram vigentes na agora Universidade de Passo Fundo (UPF).

As críticas dos valores pagos sob forma de anuidade e demais taxas cobradas pela instituição foram pauta das reivindicações dos DA's e do DCE. Desde anos passados esta demanda estava sempre presente²⁴⁶. Por conta disso, esta reivindicação já era um elemento tradicional de diálogo entre os estudantes e a direção da instituição.

O DCE e os DA's fizeram vários cartazes contra o aumento das mensalidades e contra o vice reitor da UPF.

Estas ações tiveram diversos desdobramentos. A fala de Santarém é muito elucidativa sobre este episódio:

O Tasca e eu, nós fomos convidados a sair da universidade, da Faculdade de Direito, pelo diretor daquele tempo, o Alcione Niederauer Correa, sob a ameaça de aplicar o 477, porque o Reitor poderia aplicar o 477. O Alcione era um ex-comunista chegou a Passo Fundo como membro do Partidão (PCB) e casou com uma Menegáz²⁴⁷ e de repente um sujeito que fazia pichações pelas reformas de base virou um anticomunista ferrenho.²⁴⁸

A Lei 477 era o AI-5 para os estudantes. Eram expulsos da universidade que estavam cursando, não poderiam voltar a estudar por um período determinado e havia outras sanções como a proibição de prestar concurso público.

Como vimos, Mário Menegáz, então prefeito de Passo Fundo, disputava com os irmãos César e Reyssoli Santos o controle administrativo do ensino superior de Passo Fundo. Ainda neste período histórico as ações de parte a parte refletiam positivamente ou negativamente para o grupo que estava no poder na UPF. Com as denúncias dos estudantes a situação do Vice Reitor ficou ruim.

²⁴⁵ Entrevista José Loguércio ao autor em janeiro de 2008.

²⁴⁶ Jornal Diário da Manhã do dia 15 de novembro de 1967.

²⁴⁷ Parente do ex-prefeito de Passo Fundo no período do golpe Mário Menegáz .

²⁴⁸ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

Segue Santarém onde afirma que:

[Alcione Niederauer Correa] [...] nos perseguia lá dentro [da Universidade]. Até porque nós criticávamos a política dele de taxaço das mensalidades. Ele, como Reitor Administrativo, não admitia isso. Ficou nosso inimigo ferrenho. O que ele mais se irritou conosco, e comigo principalmente, [era que] eu trabalhava na Rádio Municipal e tinha saído naquele tempo da Rádio Passo Fundo e tinha ido para a Rádio Municipal. E o Diretório Central tinha acusado ao órgão controlador de preços que ele tinha aumentado os preços das mensalidades acima do permitido por lei e veio a Polícia Federal aqui e queriam dar voz de prisão a ele inclusive. E eu publiquei na Rádio que ele tinha passado a tarde inteira sendo ouvido. Ai ele virou inimigo assim figadal. Não só eu, mas todo o Diretório.

Argeu Santarém conta que foram chamados ele, Ivaldino Tasca e Zelcy Dall Ácqua na sala do professor Reissoly, Vice Reitor da UPF. Este estava comunicando a todos que eles seriam enquadrados na Lei 477. Segundo Santarém “eu e o Tasca vibramos quando ele nos disse isso”²⁴⁹

Este fato é confirmado por Ivaldino Tasca²⁵⁰. Para estes dois ser enquadrado na Lei 477 era um grande orgulho. Seriam mártires do movimento estudantil. Mas para o terceiro envolvido no episódio que era o ex-presidente do DCE Zelcy DallÁcqua seria esta uma tragédia pessoal. Este era aluno do último ano de direito da UPF precisava deste diploma para iniciar sua vida profissional. Esta ação seria uma tragédia pessoal, profissional e familiar, visto que era de família humilde.

A solução foi a transferência do aluno Ivaldino Tasca para Porto Alegre com a promessa de ser matriculado no curso de Direito e no curso de Filosofia²⁵¹ na UFRGS. O que resultou somente na transferência para o curso de Filosofia e a perda do curso de Direito. E a conclusão do curso de direito por parte de Zelcy Dall Ácqua.

3.5 Decadência

Tasca neste período permaneceu com as articulações no movimento estudantil e na Ação Popular. É transferido para Porto Alegre por pressão da direção da UPF, com a promessa de ser transferido em dois cursos: Direito e Filosofia. Foi efetivada somente a transferência para o curso de Filosofia. O que em uma realidade em que a Filosofia saiu do currículo é como se fosse uma punição.

²⁴⁹ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁵⁰ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

²⁵¹ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2010.

Por sua representatividade estadual foi eleito para a presidência da Associação Estadual de Estudantes de Filosofia. Entidade esta que tinha grande número de dirigentes estudantis de orientação ideológica de esquerda. Esta entidade teve vida muito curta, foi desorganizada meses após sua constituição. Quando a repressão recaiu fortemente contra as instituições estudantis, forçando sua desorganização.

A experiência do período anterior ao Golpe Militar de 1964 da busca de profundas mudanças sociais por meio de reformas dentro do espectro da democracia burguesa mostrou-se infrutífero. Muitas pessoas que militavam no movimento estudantil discutiam como era possível “fazer a revolução no Brasil”. Para alguns, a solução era combater a ditadura militar através da luta armada, já que a ditadura, entronizada pela força, só seria deposta pela força.

Outros grupos fazem a opção pela via pacífica, como por exemplo o PCB. Este entendimento da direção do PCB levou a uma série de frações, nas quais confluíram, comumente, militantes da POLOP e do MNR brizolista, como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8, em alusão a data de captura de Che Guevara); a Aliança Libertadora Nacional (ALN, liderada por Mariguela); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, de Carlos Lamarca), etc. Muitos destes grupos compreendiam que o caminho da revolução armada era a única possibilidade de construção de a revolução socialista ou movimento de libertação nacional no Brasil.

Segundo Carlos Alceu, em Passo Fundo, parte dos acadêmicos militantes do movimento estudantil entendiam que a revolução armada era o caminho para barrar a ditadura. Alguns militantes da esquerda de Passo Fundo chegaram a pegar em armas, com níveis e responsabilidades diferentes. Caso de Bona Garcia, Elvaristo Amaral, entre outros.

Não existem registros em Passo Fundo de “ações revolucionárias”, ou seja de atos armados promovidos contra a ditadura – assalto a bancos; expropriação de armas; seqüestro de diplomatas; guerrilha rural, etc. O envolvimento de militantes estudantis de Passo Fundo na luta armada ocorreu posteriormente ao AI-5, fora de Passo Fundo.

3.6 Compreensões do período feita pelos atores do processo

Santarém fez uma análise do sob a perspectiva nacional. Entende que o período de 1964 estava sendo disputado. Que os setores de esquerda poderiam ter se organizado mais e estabelecido mecanismos de contragolpes. O que poderia ser pensado melhor pela eminência de um golpe militar.

Não debito a culpa para um grupo ou outro. Acho que toda a esquerda foi incosequente. Eles não acreditavam que haveria um golpe naquele momento em que o Brasil estava crescendo. Eles se enganaram no começo, se enganaram com o exército. Se enganaram com o nacionalismo. Se enganaram com uma porção de coisas. Não digo com o Jango. Porque eles conheciam bem o Jango. Mas eles se enganaram com a estrutura toda do PTB, que desmoronou também. Aquele PTB do Nordeste foi todo para a ARENA. Um ou outro que estava ligado ao PTB continuou.²⁵²

Sobre as ações específicas do movimento estudantil universitário entende que foi feito todo o possível. Que as condições dadas eram desfavoráveis. As ações feitas pelos estudantes neste período histórico foram extraordinárias²⁵³. Afirma que “quem sabe poderíamos ter um pouco mais de cuidado com algumas coisas”.

Ivaldino Tasca classifica as ações feitas por ele e pela Ação Popular no período da Ditadura como incosequência. “Na época nós não pensávamos nos riscos que estávamos correndo”. Entende que “em um estado de ditadura era um contra censo fazer o que nós fizemos.”

Porém entende que “em uma ditadura tu não tem instituição que garanta nada, ela não serve nunca. Seja de esquerda ou de direita ela é sempre ruim. Ela prende, mata, tira a tua liberdade.”²⁵⁴

Tasca foi o militante que mais se aproximou do movimento da maioria das lideranças da AP da época. De fazer boa parte da trajetória comum a muitos: JEC, JUC, AP, APML e PCdoB. Relata que quando iria entrar no PCdoB e fazer um curso de formação, necessário para a entrada no partido seu “contato” em São Paulo “caiu” e por questões de segurança a atividade foi suspensa. Relata que “só tinha o dinheiro da passagem para voltar a Passo Fundo. Na volta sentei ao lado de um militar no ônibus. Não tinha dinheiro para o lanche e ele até me pagou um lanche.”²⁵⁵

Faz a crítica das posturas políticas adotadas pela Ação Popular nas quais afirma “Na época defender a luta armada parecia coisa mais certa do mundo. Até defendemos a via chinesa do camarada Mao. Mas o tempo te faz refletor sobre umas coisas.”²⁵⁶

Uma aproximação de um relato do período dos irmãos Borges foi feito por Helenita e Juliana Borges. Irmã e esposa de Gilberto Borges, falecido em 2002.

Helenita afirma que eles sempre foram muito envolvidos no movimento estudantil, especialmente o Gilberto. Desde o Grêmio estudantil a União Passofundense de Estudantes e

²⁵² Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁵³ Entrevista Argeu Santarém a Nilton de Oliveira em janeiro de 2009.

²⁵⁴ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2014.

²⁵⁵ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2014.

²⁵⁶ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em março de 2014.

quando chegou na Universidade era algo natural participar do movimento. Ela disse que os outros estavam esperando que eles entrassem na universidade para entrar do Diretório Acadêmico²⁵⁷.

Alda Fortes constrói um entendimento do processo sob um ponto de vista das vivências que foram construídas. Da importância da entrega pelas ideias e da luta contra o autoritarismo e pela justiça

Penso que toda a nossa geração tem consciência da riqueza de experiências, tanto de sonhos e projetos como de sofrimentos de todo esse período. Do quanto nossas personalidades foram forjadas por essas vivências, relações apaixonadas e profundas, consciência de uma realidade social autoritária e injusta que poderia ter sido alterada e ser diferente e melhor... e não foi.²⁵⁸

Segue a professora Alda Fortes em sua análise do processo vivido e as comparações com o tempo presente.

Penso que, após o período da constituinte, tivemos retomadas importantes, especialmente na construção de uma consciência ampla de direitos humanos mas parece que não se consegue alterar com profundidade as coisas, mesmo assim. Nos dias de hoje, muitas coisas estão mais escancaradas, talvez estejamos mais lúcidos... e muitos de nós bem mais cínicos e acomodados... Hoje há profundos avanços de consciência de direitos e aparentemente mais liberdade.²⁵⁹

Percebe-se a angústia pela transformação ainda presente no relato. A intenção de construção de uma sociedade mais justa ainda presente.

Pensam diferente outros militantes da AP do período. Eles que não se interessaram ou não se dispuseram em dar seu depoimento sobre este tema. Mesmo com alguma insistência não se propuseram visitar o passado e rever suas ações que para muitos atores do movimento estudantil atual é um farol para as suas ações e é combustível para as suas utopias.

3.7 Trajetórias de alguns militantes da Ação Popular após o processo de redemocratização

²⁵⁷ Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

²⁵⁸ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010

²⁵⁹ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010

Argeu Santarém construiu uma trajetória como jornalista e com atuação na política institucional. Trabalhou com a Rádio Municipal, Uirapuru e Jornal O Nacional até seu falecimento em 2010. Em sua coluna intitulada “Coluna do Santa” analisava aspectos especialmente da vida política da cidade.

Na vida pública foi um dos grandes nomes, primeiro do Movimento Democrático Brasileiro e depois do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Tendo destacada atuação no plenário, inclusive como líder do Governo Pedetista.

Trabalhou na imprensa oficial do Governo do Estado quando do Governo Alceu Colares.

Em 1976 resolvi entrar no MDB, fui eleito (vereador em Passo Fundo). O Movimento Democrático Brasileiro foi permitido pela Ditadura, dentro da lógica do bipartidarismo controlado, que tinha a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) como sustentação política do regime militar. Em 79 criamos um bloco com o PTB. Ai perdemos o PTB para a Ivete Vargas. Ai criamos o PDT²⁶⁰. Fui o primeiro líder do PDT (...). Fui em 84 para Porto Alegre ai eu trabalhei mais quatro anos na Assembléia (Legislativa), no setor de imprensa. Trabalhei no Palácio com o [Alceu] Collares [governador em 1992 pelo PDT], ai me aposentei em 96.

Além destes elementos Santarém publicou uma obra que virou referência para a política local. A República dos Coqueiros. Obra onde são construídas diversas crônicas sobre o cotidiano e as pessoas da cidade de Passo Fundo.

João Borges formou-se em odontologia e seguiu carreira na política institucional. Transferiu-se para Horizontina na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Lá desenvolveu a atividade de odontólogo e se transformou em uma das grandes lideranças da política local sendo eleito e reeleito prefeito municipal.

“O Joãozinho continuou aqui em Passo Fundo depois de se formar, ele trabalhava na CEEE. Em seguida ele foi demitido. Mas não foi por motivo político. Ai foi trabalhar em Santo Ângelo. Depois convidaram ele para trabalhar em Horizontina. Porque só tinha um dentista na cidade e ele tinha morrido ai ele foi para lá. Lá ele participava de tudo. Lá ele foi eleito prefeito. Por duas vezes pelo PDT. É que lá ele começou a participar de todas as coisas que ele podia ele participava.”²⁶¹

Gilberto Borges desenvolveu atividades em diversas áreas. Formou-se engenheiro agrônomo e grande parte da sua vida desenvolveu atividades correlatas a sua área. Assim

²⁶⁰ O PDT foi criado após uma disputa pela sigla do PTB, especialmente entre Ivete Vargas e Leonel Brizola. Ficando a antiga sigla do Ivete Vargas. Brizola cria o PDT (Partido Democrático Trabalhista) sendo seu principal líder.

²⁶¹ Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

como Tasca e Santarém ele teve uma ação como jornalista. Trabalhando com rádio, jornal e posteriormente revista.

O Gilberto foi avaliador do Banco do Brasil, das terras. E trabalhou na Rádio Municipal. Tinha um programa sobre cinema. E ele escrevia para O Nacional, escrevia artigos, não lembro sobre que assunto. Depois ele trabalhou para Merck Sharp Dohme. Uma multinacional de agro-químicos. Foi a Ijuí e depois direto para Ponta Grossa, no começo dos anos 1980. Ele voltou para Passo Fundo em 1990.²⁶²

Elemento interessante é perceber as diversas ações que Gilberto manifestava. De um lado o aspecto engenheiro agrônomo e de outro a dimensão da arte. Mas o aspecto da responsabilidade determinou algumas mudanças de planos.

Ele trabalhou em uma multinacional e isso para ele era um sofrimento pelo processo ideológico. Por uma questão de família filhos e tal. Depois que nasceram as filhas precisava botar comida na mesa. Mas antes disso ele fez algumas tentativas de trabalhas sozinho, teve uma floricultura em sociedade com o professor Amantino, tentou plantar rosas aqui em Passo Fundo. Além de ser uma multinacional trabalhava com químicos que era uma questão que ele não concordava.²⁶³

No retorno a Passo Fundo uma reaproximação com o antigo companheiro de movimento estudantil.

Em 1990, ele voltou para Passo Fundo. Chegou sem emprego, mas com idéias. Foi com o Ivaldino (Tasca) que ele começou a Revista Plantio Direto. E em Ponta Grossa teve o início do plantio direto na palha que era um processo muito mais conservacionista. E o Gilberto se encantou com aquilo e queria desenvolver isso. Vindo para Passo Fundo ele conversou com o Ivaldino e eles uniram-se. O Ivaldino com experiência em jornalismo e o Gilberto com experiência como agrônomo.²⁶⁴

Juliane Borges afirma que o “Ivaldino sai da sociedade para se dedicar a sua candidatura a prefeito e Gilberto segue com a Revista Plantio Direto que será uma das promotoras da feira Expodireto.” O que foi a raiz desta feira atual.

Os relatos de Alda Fortes expõem tempos difíceis profissionalmente e pouca ação política. Os anos posteriores ao AI-5 foram marrados assim por Alda Fortes

A década de 70 foi um tempo apagado na minha vida, exceto pelo nascimento de meus dois filhos. Profissionalmente, o início foi difícil. Acontece que meu marido e eu tínhamos fama de subversivos e não éramos aceitos na escola pública. Eu consegui trabalhar por pressão do Círculo de Pais e Mestres da Escola pois a

²⁶² Entrevista Helenita Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013.

²⁶³ Entrevista Juliana Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013

²⁶⁴ Entrevista Juliana Borges a Nilton de Oliveira em março de 2013

Direção não me queria lá dentro. Logo depois fui nomeada, havia feito (por acaso) um Concurso para o magistério. Foi o que me salvou profissionalmente.²⁶⁵

O medo era presente na sociedade, especialmente cidades do interior do Rio Grande do Sul onde a possibilidade de intervenção e o conhecimento e as pechas de indesejáveis em determinadas conjunturas são mais fáceis de estabelecer.

Alda segue agora no sindicato do magistério estadual

Em 1978, participamos na primeira greve do magistério estadual, eu em Sapucaia do Sul e o Tuca, em São Leopoldo. A partir daí, retomamos as lutas sociais, agora em defesa de uma escola pública de qualidade, no fortalecimento de um sindicato de professores, buscando construir a participação do magistério na Central Única dos Trabalhadores. Participamos de todas as greves do magistério, sempre fazendo parte do Comando de Greve, percorrendo a região do Vale dos Sinos, visitando escolas, fazendo os enfrentamentos, dentro e fora do sindicato e nas escolas e com os pais dos alunos...

No final de 1979, fomos convidados a nos retirar da Escola Polivalente (desde o início daquele ano eu trabalhava em São Leopoldo). Ficamos dois meses assinando o ponto na Delegacia de Ensino porque o Secretário não sabia o que fazer conosco... Lembro de 82 quando o CPERS sofreu ameaça de intervenção e tivemos que recuar... Eu estava grávida e no retorno da greve para a escola onde agora eu trabalhava, (poucas professoras tinham aderido à greve) sofri repressão da direção(...)²⁶⁶

Segue o relato de suas ações posteriores e seu constante envolvimento com a comunidade e com as lutas sociais

Em 1990, me aposentei no magistério público estadual e fui para o Movimento Popular. Organizamos a Comissão de Educação da União de Associações de Bairro - UAB e começamos a realizar seminários nas Vilas Populares. Logo depois fui eleita para o Conselho Tutelar, na primeira gestão (1992-1995) e entrei na luta em defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Depois, em 1996, me separei e voltei para a Universidade, onde fiz o Mestrado em Educação (1996 -1998). Em 1998, comecei a trabalhar em uma ONG e até hoje estou nestes espaços.²⁶⁷

Ivaldino Tasca no período posterior ao AI-5 trabalhou como jornalista em um sindicato em Porto Alegre. Fez uma tentativa de inserção ao PCdoB, já relatada, e depois retornou a Passo Fundo. Em meados da década de setenta começou a fazer a crítica das ações desenvolvidas durante sua militância clandestina.

²⁶⁵ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

²⁶⁶ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

²⁶⁷ Entrevista Alda Fortes a Nilton de Oliveira por e-mail em janeiro de 2010.

Esta postura lhe trouxe sérias consequências pessoais relata “as pessoas que eram tuas companheiras antes te viam como traidor e as pessoas que estavam do outro lado perguntavam ‘o que este cara quer?’ ”.²⁶⁸

Trabalha na imprensa de Passo Fundo como colunista e participa ativamente da política partidária, primeiro no MDB e depois no PMDB. Foi companheiro de Bona Garcia na candidatura a prefeitura da cidade e depois ele próprio foi candidato a prefeito pelo PMDB e depois a vice-prefeito.

Escreveu diversas obras, algumas de críticas aos regimes socialistas. É membro da Academia Passofundense de Letras e ativo partícipe dos debates sobre as vivências deste período da ditadura.

Desde o final dos anos oitenta estabeleceu uma militância na área ecológica. Sendo, também por conta disso, Secretário de Meio Ambiente de Passo Fundo nos governos Julio Teixeira e Osvaldo Gomes.

²⁶⁸ Entrevista Ivaldino Tasca a Nilton de Oliveira em maio de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A especificidade do tema pesquisado, localizando a Ação Popular no recorte histórico de 1964 a 1968 no movimento estudantil universitário na cidade de Passo Fundo é de uma peculiaridade muito grande. Por estar localizada em um período de ditadura militar em que ainda existiam algumas liberdades. Além dessa a constituição do ensino superior em Passo Fundo trazia consigo um forte disputa pelo controle da instituição de ensino superior. Esta pesquisa trás diversas conclusões, mas principalmente diversas possibilidades de pesquisas futuras.

Entender a peculiaridade de uma organização que vai se moldando ideológica e programaticamente em um curto período de tempo foi tarefa que mereceu atenção especial. Sua origem enquanto segmento especializado da Igreja Católica quando era estritamente vinculado a ação religiosa, funcionando como cadeia de transmissão dos elementos da alta hierarquia da Igreja. Neste período a visão de mundo da JUC sofreu uma mudança quando a organização se desafiou a olhar para o mundo, entender o desenvolvimento histórico. Para quem olha de fora parece algo trivial, mas fazer este movimento e romper como o mundo confortável de uma instituição tão grande e com formas de explicar o mundo que não necessitam de instrumentos externos é algo que foi desafiador para este agrupamento.

Nesta passagem é necessário colocar de forma destacada o esforço de construção de um método para se inserir neste mundo histórico e exterior. O ver, julgar e agir, era revolucionário para aquele conjunto de jovens. Era a o caminho a seguir e ler o mundo.

Cabe notar os novos ares de transformação e de abertura da Igreja como o Concílio Vaticano Segundo. Esta nova postura da Igreja incentivou os jovens vinculados a sua estrutura a fazer a transformação de outros aspectos.

Existindo o método o passo seguinte foi a construção de um elemento ideológico. Vale lembrar o caráter idealista do grupo neste primeiro momento. Idealista no entendimento de não materialista. Esta postura de se colocar no mundo e interferir nesse mundo foi algo muito desafiador. Mundo este em profundas transformações com posições ideológicas fortemente maniqueístas e radicalizadas na forma e na ação.

A participação no mundo institucional estudantil e a necessidade de tomar posições vão construindo as contradições com a tutela da igreja e muitas vezes com os padres responsáveis por acompanhar o trabalho.

Chama atenção o formato da organização enquanto setor especializado da Igreja Católica no setor estudantil. A JEC tinha suas lideranças, seus métodos de ação sua independência em relação a JUC. Mas a JUC era a sequencia estrutural das lideranças da JEC. Nisso os espaços de entendimento e poder variam de acordo com a participação e o momento histórico. Muitas vezes uma liderança destacada da JEC não se tornava uma liderança destacada da JUC. Por serem espaços e níveis de atuação diferenciados. Nacionalmente a força da JEC no movimento secundarista era quase hegemônica neste período histórico tratado. Mas em Passo Fundo a JEC não teve esta força toda nas escolas secundaristas da cidade.

Cabe notar que a UNE fora a grande representante dos estudantes nacionais e símbolo de combate a ditadura. Neste quadro a UBES, que nas manifestações de rua levava muita gente e “engrossava as marchas” era, de certa forma engrenagem auxiliar da representação estudantil.

Porém em Passo Fundo, contrariamente a condição nacional, a entidade mais consolidada de representação estudantil era a UPE. Por ser uma entidade mais antiga e mais estruturada. Além disso, a organização do ensino superior da cidade foi posterior ao ensino médio. Por isso a UPE foi por anos a única entidade que representava os estudantes da cidade. Inclusive em seu estatuto, que era anterior ao surgimento do ensino superior, previa que ela era a entidade que representava todos os estudantes da cidade. Elemento que com a inserção dos cursos superiores perdeu sua eficácia. Mesmo assim, enquanto representatividade externa o DCE demorou a se constituir em um elemento forte de representação estudantil para os olhos da cidade.

Esta condição destes militantes serem agora lideranças de massa, liderando uma instituição estudantil que se fortalecia e crescia, coloca estas em uma nova perspectiva. Em um mundo e em um Brasil muito conturbado as tomadas de decisões e as responsabilidades destas convidavam esses militantes a construírem cada vez mais responsabilidades. Mesmo que em um primeiro momento não seja intenção de todos os militantes muitos são colocados em um dilema e outros transitam entre a AP e a JUC que permanecem paralelas por algum tempo.

Esta condição de existência paralela da JUC e da AP foi condição fundamental para o sucesso da AP. Por um lado a JUC, por ser mais ampla tinha muito mais acesso em diversos espaços da sociedade, isso deu condições para os militantes da AP construírem estas incursões em espaços mais amplos, planejadas ou espontâneas. Além disso, com esta relação de inter-

relação muitos militantes da AP puderam usar das estruturas e das relações da igreja. O chamado Grupão que formou a AP era amplo e ainda heterogêneo.

Elemento importante na análise do período foi o apoio da AP ao Governo João Goulart. Neste período a AP e a principal entidade que dirigia, a UNE. As lideranças da AP foram defensoras das Reformas de Base, especialmente a Reforma da Educação. Além disso recebiam do governo e a subvenção para a manutenção de suas atividades, especialmente para o Centro Popular de Cultura, CPC da UNE.

A confiança nas reformas institucionais, propostas por Jango e a conseqüente queda do governo pelo Golpe Civil Militar obriga a AP a fazer profundas reflexões sobre o caráter de suas ações e os mecanismos de transformação social que almejava.

O Golpe de 1964 faz que a AP se fragilize. Percebe-se que não havia preparação para o que ocorreu. Muito militantes deixaram de lado a luta política. O período imediatamente posterior ao Golpe é de certa perplexidade.

Era necessário arrumar a casa. As construções teóricas da AP de 1965 serviram para isso. Nessa foram feitas críticas as posturas anteriores e a confiança excessiva na institucionalidade. É um período de mudanças e reorganização.

Em Passo Fundo o Golpe afetou fortemente o ensino superior. A direção da SPU, que reunia os cursos superiores da cidade já era anteriormente disputada por dois grupos. O grupo liderado pelo então prefeito municipal Mário Menegaz e o grupo dos irmãos Santos, ligados ao PTB. Com o golpe a situação torna-se extremamente favorável ao grupo de Menegaz que dava sustentação política aos golpistas e era sustentado por estes. Por conta disso colhia os louros da vitória. Esta tensão permanece por alguns anos ainda. Quando os irmãos Santos recuperam parte de seu prestígio e poder.

Interessante perceber que esta foi a principal disputa em jogo no ensino superior da cidade e da região. Mas o entendimento construído pelas lideranças, na maior parte do tempo é de que este não era assunto para o movimento estudantil. Esta era outra esfera. Uma exceção foi a ação efetivada por Miguel Rocha, liderança da AP no DASA que propôs uma espécie de conciliação entre as duas partes que estavam quase que permanentemente em discórdia. Constante foram as lutas gerais e as lutas contra o aumento das mensalidades. Os setores de direita do movimento estudantil entraram nesta querela.

Assim como nacionalmente os anos de 1967 e 1968 foram de retomada das ações de massa entre os estudantes, com mobilização de um amplo número de estudantes. Percebe-se um desgaste da ditadura, amplos setores da classe média e da igreja que anteriormente apoiaram o golpe neste momento fizeram oposição aos generais.

Em Passo Fundo não observei este movimento de forma nítida como ocorreu em cidades como Belo Horizonte, quando o congresso da UNE de 1966 só pode ser realizado com a ajuda das famílias mineiras para abrigar os estudantes vindos de outros estados e as reuniões ocorreram no seio da Igreja Católica, especificamente nos porões dessa.

A repressão foi muito presente nas atividades do movimento estudantil. Vários cuidados eram tomados, mas interessante notar a ação destes militantes neste período que mesmo com a possibilidade de prisões e outros constrangimentos desenvolviam suas atividades.

O enfrentamento ao chamado movimento estudantil institucionalizado representado pelo DEE foi importante na política estudantil em geral e especialmente em Passo Fundo. Especialmente porque o presidente do DEE do Rio Grande do sul era da cidade. Os elementos de bairrismos eram menores em relação a luta mais geral que representava o combate às instituições que buscavam tutelar o movimento estudantil da época.

As manifestações de rua na cidade especialmente no ano de 1968 foram importantes, provou-se a possibilidade de mobilização do movimento estudantil. Assim como foi mobilizada a repressão. Reunindo pessoas no centro da cidade protestando com a ditadura e aquilo que ele representava.

Após as manifestações do início do ano de 1968 e as ações subsequentes foi interessante notar que apareceram nos jornais da cidade informações sobre o congresso da UNE que se realizaria em Ibiúna com os grupos que disputavam e outras informações mais.

Por fim cabe notar a decadência da AP na instituição após 1968. Muito mais profundo que o golpe de 1964 o AI-5 foi acachapante para a organização na cidade. Este ceifou não só a organização em Passo Fundo, mas ceifou diversas vidas que lutavam contra ditadura estabelecida. Atrofiou uma perspectiva de transformação do Brasil e atrasou o desenvolvimento humano do país.

FONTES PRIMÁRIAS

Acervo do Arquivo Público Unicamp.

Caixa Duarte Pacheco Pereira. Campinas, SP, 2012.

Acervo do Arquivo Histórico Regional. Passo Fundo, RS, 2013.

Jornal O Nacional do ano de 1964 a 1968.

Acervo do Jornal Diário da Manhã. Passo Fundo, RS, 2013.

Jornal Diário da manhã do ano de 1964 a 1968.

Depoimento de Alcides Gareschi.

Depoimento de Alda Fortes por e-mail.

Depoimento de Aldo Arantes

Depoimento de Argeu Santarém.

Depoimento de Bernardo Jofilli.

Depoimento de Carlos Alceu Machado.

Depoimento de Eli Benincá.

Depoimento de Helenita de Oliveira Borges.

Depoimentos de Ivaldino Tasca.

Depoimento de Jabs Paim Bandeira.

Depoimento de José Freitas.

Depoimento de José Loguércio.

Depoimento de Juliane Borges.

Depoimento de Liége Rocha.

Depoimento de Paulo Pires.

Depoimento de Raul Carrion.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo: 1964/1978*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BEOZZO, Pe. José Oscar. *Cristão na Universidade e na Política: história da JUC e da AP*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

CARONE, E. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Como a Ação Popular escreveu e reescreveu o sentido de sua história*. Trabalho originalmente apresentado ao XXIV Simpósio Nacional da Associação Nacional de História/ ANPUH. Unisinos - São Leopoldo, julho de 2007

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

GUARESCHI, Elydo Alcides. *UPF, que horas são?: Alcides Guareschi e Ivaldino Tasca*. Passo Fundo: Aldeia Sul Editora, 2002.

LIMA, H; ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. 2ª Ed. Brasiliense. São Paulo. 1982.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3ª Ed. São Paulo. Contexto, 2001.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Moraes. São Paulo. 1970.

NETO, Dary Pretto. *Um histórico das recentes políticas econômicas de combate a inflação no Brasil*. UFGRS. 2003. Dissertação de Mestrado

PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. *A Influência de Immanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS*. EDPUCRS. Porto Alegre. sem ano.

REVISTA UNE: 60 anos em favor do Brasil. São Paulo: Publicada pela União Nacional dos Estudantes em comemoração ao 60º aniversário de sua fundação. 1997.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Unesp. 1993

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (Org.). *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANFELICE, José Luis. *Movimento Estudantil: A UNE na resistência ao Golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: a evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Unimep, 1982.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: Memória da guerrilha perdida*. Global. Rio de Janeiro. 1994.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo: 1930-1964*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. 8ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis. Vozes, 1984.

ANEXOS

ANEXO A - LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964 (Lei Suplicy)

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral ematerial das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º. São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Parágrafo único - VETADO

Art. 3º. Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo docente;
- b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade;

§ 1º. A representação a que se refere a alínea *b* deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2º. A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho-Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

Art. 4º. Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º. O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4º. O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6º. A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;
- b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;
- d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados a possibilidade de apresentação de recurso;
- f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;

Parágrafo único. A mudança para regime parcelado, trancamento da matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7º. O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º e seu parágrafo único.

Art. 9º A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação Estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo único O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.

Art. 10 O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preconceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art.11 Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.

Art. 12º As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de reconhecimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regulamente o pagamento das contribuições que lhe competem.

§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso internacional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13. Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhadas de parecer.

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art.15 A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou escola e estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único. Quando a matéria for relativa ao previsto no § 2º do artigo 73, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá ocorrer:

- a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícos;
- b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não comparecimento de, pelo menos, três, quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento .

Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República

H. CASTELLO BRANCO

ANEXO B - ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se for estudante proibido de frequentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.

Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Tarso Dutra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.2.1969

ANEXO C – DECRETO –LEI Nº 228

Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967

Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por êste decreto-lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

Art. 3º Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;
- c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1º A representação a que se refere a alínea b dêste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos

de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acôrdo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

§ 2º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interêsse de determinado curso ou secção.

§ 3º No caso da representação, a que se refere o item c, a Congregação decidirá:

1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 4º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

Art. 5º É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de fôrça maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

Art. 6º A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;
- b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;
- d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;
- f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

Art. 7º O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

Art. 8º Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º o exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da frequência.

Art. 9º Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos poderes públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos Estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento destes.

Art. 10. Os auxílios ou donativos, provenientes dos Poderes Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou

propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância dêste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

Art. 12. A fiscalização do cumprimento dêste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento dêste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos dêste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

Art. 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

Art. 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata

desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

Art. 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-Lei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

Art. 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio somente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

Art. 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a êsse número.

Art. 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

Art. 21. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

Art. 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão